

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO:
UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS**

RICARDO NEVES COUTO

João Pessoa-PB

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO:
UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS

Ricardo Neves Couto, *Mestrando*
Prof^ª. Dr^a. Patrícia Nunes da Fonsêca, *Orientadora*

João Pessoa-PB

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO:
UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS

Ricardo Neves Couto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de *Mestre* em Psicologia Social.

João Pessoa-PB

2017

C871p Couto, Ricardo Neves.

Perdão e crescimento pós-traumático no âmbito do divórcio: uma explicação pautada nos valores humanos / Ricardo Neves Couto.- João Pessoa, 2017.

184 f. : il.-

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Nunes da Fonsêca.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL

1. Psicologia Social . 2. Valores Humanos. 3. Perdão.
4. Crescimento Pós-Traumático. 5. Divórcio. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 316.6(043)

**PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO:
UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS**

Ricardo Neves Couto

BANCA AVALIADORA:



Prof.ª Dr.ª Patrícia Nunes da Fonseca (UFPB, *orientadora*)



Prof. Dr. Valdíngio Veloso Gouveia (UFPB, *Membro Interno*)



Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros (UFPI, *Membro Externo*)

Aos meus amados pais e família

Bom marinheiro só se faz
com a tempestade no mar
que o ensina a velejar
são e salvo retornar

e a pipa só pode voar
se o vento forte a empina
com sua força arrastar
seu corpo leve no ar

viver é um risco que risca a vida
que você não arrisca
minha vó dizia
"coloque o medo de baixo do braço e siga"

buraco escuro a fé é isso
você se joga e deixa com Deus o impossível

tudo é difícil mas é só
até fácil se tornar
boas notícias vão chegar (as notícias vão chegar)
se você acreditar (acredite)

coloque um pé e o outro pé e vai na fé
olha pra Deus e sorria
coloque o medo de baixo do braço e siga

Risco

Marcela Taís

AGRADECIMENTOS

Conjugar o verbo conseguir é uma satisfação imensa, saber que consegui finalizar uma atividade que representa a realização de um sonho faz com que eu lembre de muitos momentos de dificuldades, preocupações, ansiedade e incertezas que tive que enfrentar e continuar firme no propósito. Nesse caminho, Deus sempre esteve presente, confortando meu coração das angústias, dando esperanças, otimismo e a certeza de que seguir no caminho certo, vale a pena. Hoje afirmo que tudo valeu a pena, fico com o sentimento de orgulho da trajetória até aqui traçada e feliz com minhas escolhas e consequências.

Superar e atingir o que durante toda minha vida acadêmica sonhei não foi uma tarefa fácil, porém agradeço a Deus por todas as conquistas diárias, direcionamentos, presença no meu coração e por todas as pessoas que colocou no meu caminho. Deus me presenteou com uma família maravilhosa, Euriberto e Rosileine, meus pais, sempre apoiaram minhas escolhas e nunca mediram esforços para que eu continuasse estudando, mesmo que isso significasse renunciar outras coisas, é com vocês e por vocês que eu não desisto. Eduardo, meu irmão, desde pequeno sempre teve a preocupação de cuidar e está presente na minha vida, obrigado também tios(as), primos(as), Mãe Ceição (avó), Pai Horácio (avô), Audax e Raimunda (demais avós, In Memoriam), vocês são minha maior riqueza e incentivo.

Especificamente na vida acadêmica, conhecia a professora Patrícia Fonsêca, orientadora que me aceitou sem nem saber quem era, tornou-se minha amiga e a pessoa de confiança que tenho em João Pessoa. A senhora tem a minha eterna gratidão e lealdade, por todo apoio, palavras, compreensão, confiança e orientações que ultrapassam o trabalho universitário. Sinto-me privilegiado e orgulhoso de ser seu orientando e poder conviver com uma mulher que é exemplo de dedicação, comprometimento, ética e amor pelo o que faz. Professora, muito obrigado por tudo, principalmente por todas as oportunidades que foram essenciais no meu desenvolvimento.

Sou grato ao professor Farias, homem de formação híbrida, que transmite conhecimento e competência. Muito obrigado por todas as palavras de apoio, momentos de alegria e trabalho, certamente, toda oportunidade de conviver com o senhor, é uma oportunidade de aprendizado. Obrigado professora Viviany, por sempre ter palavras de otimismo e por acalmar os corações de seus alunos, mesmo que indiretamente, é um prazer trabalhar com a senhora. Sou grato a todos os professores das disciplinas do mestrado, por todos os conhecimentos e oportunidades de conviver e evoluir como profissional.

Obrigado, professor Valdiney Gouveia, por aceitar compor a banca, sinto-me honrado. Sou grato também por sempre ser receptivo e ter as respostas e direções certas para qualquer que seja as inquietações de alunos que, assim como eu, enxergam no senhor exemplo de pessoa, profissional, psicólogo e pesquisador. Extendo o meu agradecimento para todos os membros do seu grupo de pesquisa, BNCS, os quais sempre foram presentes e muito prestativos nessa trajetória.

Gratidão define o sentimento de ter pelo professor Emerson Diógenes, por está mais uma vez presente nesse momento ao aceitar compor esta banca. O senhor foi peça chave para esta conquista, nunca negou ajuda, ao contrário, sempre abriu as portas para mim. Obrigado pelas oportunidades e estrutura que o senhor proporcionou desde os trabalhos no LABAP, minha escolha de seguir com o mestrado deve muito ao seu apoio, indicação e incentivo. Sou grato à sua esposa, professora Paloma, que sempre acreditou, apoiou e ajudou em diversos momentos, buscarei cultivar da melhor maneira a amizade com vocês.

Amigos são a base para conquistas, graças a Deus tive muitos, principalmente aqueles que se tornaram minha família em João Pessoa, os componentes do NEDHES. Minhas companheiras de mestrado, Bia e Jerssia, as quais ajudaram muito na construção desse trabalho, dividiram preocupações e superações, meu muito obrigado. Grato pela companhia diária de Bel, Nicole, Rayssa, Mayara, Rose, Andrezza, Jéssica, Nathalia, Mirela, Lays, Anny, Karol e demais membros que passaram e de alguma forma contribuíram nos trabalhos desenvolvidos.

Outra amiga, a melhor de todas, é Aline Feitosa Rêgo, namorada, companheira, confidente, com quem divido sonhos, compartilho minhas expectativas, muitas vezes medos e angústias. Muito obrigado por sempre está do meu lado, fazendo com que eu tenha forças e coragem de enfrentar tudo. Sou grato por todas as palavras, momentos, compreensão e por muitas vezes não fazer e nem falar nada, apenas demonstrar que independente de qualquer coisa, você quer o meu melhor. Sua ajuda foi crucial para a finalização de mais uma atividade. Com você tudo fica mais fácil e melhor de ser vivo.

Um casal que sou muito grato é Ana Raquel e Thayro, exemplos de amigos, muitas vezes me ajudaram, sem nada pedir em troca. Desde o início querendo e torcendo por mim, saiba que é recíproca toda as manifestações de carinho. Gregório é um amigo irmão que a vida me deu, obrigado meu amigo, por nunca dizer “não” e nunca dizer que não dava para ajudar. Obrigado por ensinar, compartilhar e está presente em toda essa caminhada, sua ajuda foi o primeiro passo para a realização deste estudo.

.

PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO: UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS

Resumo. A presente dissertação objetivou conhecer em que medida os valores humanos explicam o perdão e o crescimento pós-traumático (CPT) no âmbito do divórcio. Para tanto foram realizados dois estudos. No *Estudo 1* objetivou-se reunir evidências de validade e consistência interna do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) contando com uma amostra de 200 indivíduos (idades de 19 a 71 anos, $M = 38,42$, $DP = 11,51$) que já passaram pelo processo de divórcio. A maioria residia nos estados da Paraíba (29,32%) e Piauí (27,21%) e foram distribuídos equitativamente entre os sexos. Todos responderam ao CPD-S e questões sociodemográficas. Os resultados da análise fatorial exploratória indicaram a extração de um único fator, composto por 4 itens e uma consistência interna (alfa de *Cronbach* = 0,78) igualmente favorável. O *Estudo 2* teve como objetivos testar a estrutura do CPD-S, identificar a influência de variáveis sociodemográficas no perdão e conhecer o poder preditivo dos valores humanos no perdão e no CPT no âmbito do divórcio. A amostra foi composta por 200 indivíduos (idades de 18 a 84 anos, $M = 42,02$, $DP = 11,99$) que já passaram pelo processo de divórcio, em sua maioria residentes no estado do Piauí (44,12%) e do sexo feminino (75%). Viveram em média 10,56 anos ($DP = 7,48$) ao lado do ex-cônjuge, estando em média a 8,63 anos ($DP = 8,19$) divorciados e a maior parte (66,5%) tiveram um divórcio consensual e 58% afirmaram que não estão em outro relacionamento amoroso. Com relação ao nível de religiosidade, em uma escala podendo variar entre 1 = *nada/pouco* e 7 = *muito*, a média dos participantes foi de 4,98 ($DP = 1,83$). Todos responderam os instrumentos do primeiro estudo além do Questionário de Valores Básicos e o *Posttraumatic Growth Inventory*. O resultado da análise fatorial confirmatória aponta bons índices de qualidade de ajuste do CPD-S, confirmando sua estrutura unifatorial. Pode-se verificar, através de correlações r de Pearson e regressões lineares o poder preditivo dos valores humanos quanto ao perdão e o CPT, observando que, unicamente, a subfunção *interativa* explica o perdão ($\beta = 0,17$, $p < 0,05$) e que as subfunções *normativa* ($\beta = 0,20$, $p < 0,01$) e *realização* ($\beta = 0,24$, $p < 0,01$) são as melhores preditoras do CPT. Ainda pode-se identificar as possíveis influências de variáveis sociodemográficas nos níveis de perdão e CPT. Através de correlações r de Pearson observou-se uma relação positiva do perdão com tempo de divórcio e nível de religiosidade, por meio do teste t identificou-se que aqueles que tiveram um divórcio consensual concedem mais o perdão. Através da ANOVA, verificou-se que pessoas mais velhas apresentam maiores magnitudes de perdão. Quanto ao CPT os resultados indicam que existe correlações positivas e estatisticamente significativas, apenas, entre o CPT, tempo do divórcio divorciado e o nível de religiosidade. As demais variáveis sociodemográficas consideradas no estudo não apresentaram influência nas pontuações. Os resultados sugerem que o indivíduo que endossa valores da subfunção *interativa*, focando na qualidade das relações, apresenta maiores índices de perdão, por se preocupar e nutrir sentimentos de cuidado e afeto com o outro. E pessoas que priorizam os valores da subfunção *normativa*, reconhecendo a existência de uma entidade superior e afirmação de sua fé para superação, e os da subfunção *realização*, necessitando de uma alta autoestima e a demonstração de competências, experienciam mudanças positivas pós-divórcio. Diante dos objetivos alcançados, confia-se que esta dissertação contribui com a crescente literatura do perdão, disponibilizando uma medida com qualidades psicométricas asseguradas e com as produções acerca do CPT, com evidências científicas sobre as temáticas. Ademais, demonstra a centralidade dos valores humanos nos estudos da psicologia social, na explicação de fenômenos psicossociais que promovem saúde, harmonia social e adaptação ao divórcio.

Palavras-chaves: Valores Humanos; Perdão; Crescimento Pós-Traumático; Divórcio.

FORGIVENESS AND POST-TRAUMATIC GROWTH IN THE FRAMEWORK OF DIVORCE: AN EXPLANATION INDUCED IN HUMAN VALUES

Abstract. This dissertation aimed to know the extent to which human values explain forgiveness and post-traumatic growth (PTG) in the context of divorce. Two studies were carried out. In Study 1 aimed to gather evidence of validity and internal consistency of the *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) with a sample of 200 individuals (ages 19 to 71 years, $M = 38.42$, $SD = 11.51$) who have already gone through the divorce process. The majority resided in the states of Paraíba (29.32%) and Piauí (27.21%) and were equally distributed between the sexes. All responded to CPD-S and sociodemographic issues. The results of the exploratory factorial analysis indicated the extraction of a single factor, composed of 4 items and an internal consistency (Cronbach's $\alpha = .78$), which was also favorable. In Study 2 had as objectives to test the structure of CPD-S, to identify the influence of sociodemographic variables on forgiveness and to know the predictive power of human values in forgiveness and PTG in the scope of divorce. The sample consisted of 200 individuals (ages ranging from 18 to 84 years old, $M = 42.02$, $SD = 11.99$) who had already undergone divorce proceedings, mostly residing in the state of Piauí (44.12%) and Women (75%). They lived on average 10.56 years ($SD = 7.48$) with the former spouse, being on average 8.63 years ($SD = 8.19$) divorced and the biggest part (66.5%) had a divorce consensual, 58% said they are not in another love relationship. About religiosity level, in a scale that could vary between 1 = nothing / little and 7 = a lot, the participants' mean was 4.98 ($SD = 1.83$). All of them responded to the instruments of the first study in addition to the Basic Values Questionnaire and the Posttraumatic Growth Inventory. The result of the confirmatory factorial analysis shows good indexes of adjustment quality of the CPD-S, confirming its unifactorial structure. The predictive power of human values for forgiveness and PTG can be verified through Pearson's correlation and linear regressions, noting that only the interactive subfunction explains the forgiveness ($\beta = .17$, $p < .05$) And that the normative subfunction ($\beta = .20$, $p < .01$) and promotion ($\beta = .24$, $p < .01$) are the best predictors of PTG. It is still possible to identify the possible influences of sociodemographic variables in the levels of forgiveness and PTG. Through Pearson's correlations, a positive relationship of forgiveness with time of divorce and level of religiosity was observed, through the test t , it was identified that those who had a consensual divorce granted more pardon and through ANOVA it was verified that older people show greater magnitudes of forgiveness. Regarding PTG, the results indicate that there are positive and statistically significant correlations, only, between PTG and divorced time and religiosity level. The other sociodemographic variables considered in the study had no influence on the scores. The results suggest that the individual who endorses values of the interactive subfunction, focusing on the quality of relationships presents higher rates of forgiveness, for worrying and nurturing feelings of care and affection with the other. And people who prioritize the values of the normative subfunction, recognizing the existence of a superior entity and affirmation of their faith to overcome, and those of the achievement subfunction, requiring high self-esteem and demonstration of competencies, experience positive changes after divorce. In view of the objectives achieved, it is hoped that this dissertation contributes with the growing literature of forgiveness, providing a measure with assured psychometric qualities and with the productions about the PTG, with scientific evidences on the themes. In addition, it demonstrates the centrality of human values in the studies of social psychology, in the explanation of psychosocial phenomena that promote health, social harmony and adaptation to divorce.

Keywords: Human Values; Forgiveness; Post-traumatic Growth; Divorce.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I- MARCO TEÓRICO.....	20
CAPÍTULO I- VALORES HUMANOS.....	21
1.1. Contextualização.....	22
1.2. Perspectiva sociológica dos valores.....	24
1.3. Perspectiva psicológica dos valores.....	27
1.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos Básicos	35
1.4.1. <i>Funções dos valores</i>	37
1.4.2. <i>Unindo as duas funções dos valores humanos: seis subfunções valorativas</i>	38
1.4.3. <i>Compatibilidade e Congruência dos valores na teoria funcionalista</i>	43
CAPÍTULO II- PERDÃO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO	46
2.1. Do casamento ao divórcio	47
2.1.1. <i>Evolução histórica do divórcio</i>	49
2.1.2. <i>Aspectos do divórcio</i>	52
2.2. Estudo do perdão	53
2.2.1. <i>Conceituação do perdão</i>	55
2.2.2. <i>Modelos teóricos do perdão</i>	60
2.2.3. <i>Correlatos do perdão</i>	63
2.3. Perdão no âmbito divórcio.....	67
2.4. Mensuração do perdão.....	69
2.4.1. <i>Cuestionário de Perdón en Divórcio-Separación (CPD-S)</i>	71
CAPÍTULO III- CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO	74
3.1. Surgimento da Psicologia Positiva	75
3.2. Aplicações e áreas da Psicologia Positiva.....	78
3.2.1. <i>Desenvolvimento da Psicologia Positiva</i>	81
3.3. Crescimento Pós-traumático.....	82
3.3.1. <i>Modelos e definições teóricos do crescimento pós-traumático</i>	84
3.3.2. <i>Mensuração do crescimento pós-traumático</i>	91
3.3.3. <i>Correlatos do crescimento pós-traumático</i>	92
3.4. Valores Humanos, Perdão e Crescimento Pós-traumático	96
PARTE II- ESTUDOS EMPÍRICOS	98

CAPÍTULO IV- PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DO CPD-S	99
4.1. Método.....	100
4.1.1. <i>Delineamento e Hipóteses</i>	100
4.1.2. <i>Participantes</i>	100
4.1.3. <i>Instrumentos</i>	100
4.1.4. <i>Procedimentos</i>	101
4.1.5. <i>Análise de Dados</i>	103
4.2. Resultados.....	103
4.2.1. <i>Poder discriminativo dos itens do CPD-S</i>	103
4.2.2. <i>Validade e precisão do CPD-S</i>	104
4.3. Discussão Parcial.....	108
CAPÍTULO V- PERDÃO E CPT NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO A PARTIR DOS VALORES HUMANOS	110
5.1. Método.....	111
5.1.1. <i>Delineamento e Hipóteses</i>	111
5.1.2. <i>Participantes</i>	114
5.1.3. <i>Instrumentos</i>	114
5.1.4. <i>Procedimentos</i>	116
5.1.5. <i>Análise de dados</i>	116
5.2. Resultados.....	117
5.2.1. <i>Análise confirmatória do CPD-S</i>	117
5.2.2. <i>Relação e influência de variáveis sociodemográficas no perdão</i>	118
5.2.3. <i>Correlatos e preditores do perdão e CPT</i>	122
5.3. Discussão Parcial.....	124
CAPÍTULO VI- DISCUSSÃO GERAL	134
6.1. Principais contribuições dos estudos	135
6.2. Limitações da pesquisa.....	138
6.3. Direções futuras e conclusões	139
REFERÊNCIAS	141
ANEXOS.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de Valores Instrumentais e Terminais Proposto por Rokeach (1973).....	29
Tabela 2. Subfunções valorativas, tipo motivador, orientação e os marcadores valorativos ...	43
Tabela 3. Poder discriminativo dos itens do CPD-S	104
Tabela 4. Estrutura fatorial do CPD-S	107
Tabela 5. Estatística descritiva e correlação entre as subfunções, perdão e CPT	120
Tabela 6. Regressão linear tomando as subfunções valorativas como variáveis preditoras do CPT	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura dos Tipos Motivacionais.	32
Figura 2. Facetas, dimensões e subfunções dos valores básicos.....	38
Figura 3. Padrão de congruência das subfunções dos valores básicos.....	44
Figura 4. Representação Gráfica dos Valores Próprios (<i>eigenvalues</i>).....	106
Figura 5. Estrutura Fatorial do CPD-S.....	118

As pessoas se casam com a ideia de que o matrimônio é para a vida toda. Contudo, quando os cônjuges reconhecem não terem superado os momentos de dificuldades, após inúmeras tentativas de resolução dos conflitos, decidem pôr fim ao casamento, conduzindo ao processo de divórcio (Alves, Cúnico, Arpini, Smaniotto, & Bopp, 2014). Acerca disto, Holmes e Rahe (1967), em seu estudo de referência, reconhecem o momento do divórcio como um dos mais severos estressores destruturantes na vida adulta.

O divórcio, rompimento legal do vínculo conjugal, tem crescido nos últimos anos, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registraram, no Brasil, 341,1 mil divórcios em 2014. Comparado com os 130,5 mil registros em 2004, houve um salto de 161,4% em dez anos (Brasil, 2014).

Posto isso, evidencia-se a importância de intervenções positivas que, em sua maioria, incluem mudanças cognitivas, comportamentais e afetivas, frequentemente nas motivações das pessoas. Sendo assim, os valores humanos estando associados ao desenvolvimento positivo dos indivíduos (Godoy & Oliveira-Monteiro, 2015) serão encarados como variáveis explicadoras e promotoras de respostas que facilitem a adaptação ao divórcio. Esse construto é caracterizado como crenças duradouras de natureza benevolente que transcendem situações específicas e que funcionam como guias do comportamento humano, além de representar cognitivamente as necessidades (Gouveia, 2013).

Nesse contexto, a qualidade e a harmonia das relações que as pessoas têm com os demais são amplamente influenciadas pela vontade de perdoar que elas manifestam, estando diretamente relacionada à adaptação, à saúde mental e física (Calo-Blanco, 2014), além de estabilidade emocional (Lander, 2012). Isso poderá proporcionar mudanças positivas para as pessoas divorciadas, caracterizando o crescimento pós-traumático (CPT), e para os aspectos negativos, representam uma alternativa saudável após a vivência estressora (Calhoun & Tedeschi, 2012).

A importância da identificação de variáveis que auxiliem a adaptação e o desenvolvimento positivo das pessoas divorciadas, assim como a maximização da ocorrência de respostas pró-sociais e consequências saudáveis após o processo de divórcio, motivaram a idealização desta dissertação. Partindo da seguinte questão problema: quais os valores humanos endossados pelas pessoas que perdoam o ex-cônjuge e apresentam crescimento pós-traumático no âmbito do divórcio?

Leva-se em conta que as características axiológicas dos valores têm relevante influência para a compreensão das ações, julgamentos, escolhas e opiniões das pessoas (Gouveia, 2013; Rokeach, 1973). Elas explicam diversos fenômenos psicossociais (Bardi & Schwartz, 2003), tais como satisfação conjugal (Almeida, 2015), perdão conjugal (Lopes, 2015), escolha de um(a) parceiro(a) ideal (Gouveia, Fonsêca, Gouveia, Diniz, Cavalcante, & Medeiros, 2010) e habilidades de conservação da água (Coelho, 2009).

Além disso, sabe-se que, cotidianamente, as pessoas convivem com injustiças e mágoas nas relações sociais. Em maior dimensão, quando são ocasionadas por aqueles que são mais próximos, a exemplo de um cônjuge, geram consequências negativas, podendo culminar em divórcio (Rique, Camino, Enright, & Queiroz, 2007; Exline & Baumeister, 2001). Posteriormente a essa situação, além de conviver com batalhas econômicas, com tudo que experimentou e passou, necessita manejar a mágoa, raiva, culpa, vergonha e perda em si mesmo, seja o cônjuge, sejam os filhos ou quaisquer dos integrantes que compõe o sistema familiar (Alves et al., 2014).

Logo, o perdão se torna uma temática cada vez mais importante no dia a dia das pessoas, sobretudo nessas situações, favorecendo o enfrentamento de transgressões (Worthington, 2005). Os ensinamentos religiosos propagam o ato de conceber o perdão, enfatizando a ideia de que, sendo perdoadas por Deus, as pessoas também devem perdoar. Especificamente para a Psicologia, o perdão implica em uma diminuição nos sentimentos negativos (ressentimento,

rancor, vingança) e a nutrição de sentimentos positivos (amor, compaixão) frente ao transgressor, mesmo reconhecendo que a ofensa foi injusta e que tem o direito de estar ferido (Strelan & Covic, 2006).

Configurando-se como promotor de harmonia social (Gouveia et al., 2015; McCullough, 2000), o perdão, proporciona condições para o desenvolvimento pleno, saudável e positivo dos aspectos biológicos e sociais dos seres humanos (Paludo & Koller, 2007). Em situações de divórcio, sob a luz da Psicologia Positiva, maximiza a possibilidade do indivíduo direcionar suas energias para novos projetos, focalizar no que faz a vida valer a pena e na busca de novas possibilidades e aprendizagens, aumentando a probabilidade de apresentar o CPT.

Esse fenômeno acontece como resultado de um processo de luta diante da vivência de grandes crises ou eventos traumáticos, no qual a pessoa experiencia mudanças psicológicas positivas, reconhece suas forças e valoriza mais a sua vida (Bluvtein, Moravchick, Sheps, Schreiber, & Bloch, 2012; Lau et al., 2013; Tedeschi, Park, & Calhoun, 1998). Nesta pesquisa, esse construto é encarado como variável consequente do perdão, pois entende-se que ao conceder o perdão, motivado por uma ação pró-social e postura benevolente ao ofensor, aumenta-se a qualidade da relação interpessoal. Em consequência, as pessoas assumem um caráter adaptativo e essencial ao processo de reorganização da experiência e no planejamento de novas rotas de desenvolvimentos (Lamela, Figueiredo, Bastos, & Martins, 2014).

A partir dessas premissas, a presente dissertação tem como objetivo geral conhecer em que medida os valores humanos explicam o perdão e o crescimento pós-traumático no âmbito do divórcio. Para uma melhor compreensão do leitor, este trabalho está dividido em duas partes: uma teórica e outra empírica, totalizando seis capítulos.

O primeiro capítulo, “Valores Humanos”, apresenta uma contextualização do tema valores, sua relevância na Psicologia Social, sendo dividido em duas perspectivas: sociológica e psicológica. Focalizando nesta última e descrevendo a *Teoria Funcionalista dos Valores*

Humanos, mostra possibilidades e utilidade na tentativa de explicar os construtos abordados. O segundo capítulo, “Perdão no âmbito do divórcio”, trata sobre o fenômeno divórcio, aspectos históricos e demandas psicológicas e sociais que podem ser manejadas através do perdão. Em razão de sua importância, o capítulo resgata produções e definições teóricas e apresenta, dentre outras, uma possibilidade de avaliação com uma medida breve e eficaz. O terceiro capítulo, “Crescimento pós-traumático”, o último da parte teórica, versa sobre esse fenômeno a partir da perspectiva da Psicologia Positiva, descrevendo suas dimensões, correlatos e um instrumento de mensuração.

Já na parte empírica, o quarto capítulo, “Estudo 1”, descreve resultados de evidências de validade e precisão do *Cuestionário de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD), instrumento utilizado para mensurar o perdão frente ao ex-cônjuge, além de uma discussão parcial dos resultados. Seguido do quinto capítulo, “Estudo 2”, o qual mostra a comprovação da estrutura encontrada do CPD e retrata a relação entre os valores humanos, perdão e CPT, trazendo o potencial dos achados. Em seguida, descreve os resultados das influências de variáveis sociodemográficas e características do processo do divórcio no índice de perdão e CPT e apresenta uma discussão parcial dos resultados. Por fim, o sexto capítulo, “Discussões Gerais”, retoma o arcabouço teórico e discute os principais resultados encontrados, apresentando limitações, direções futuras e avanços, sobretudo a contribuição que a realização desta dissertação proporciona.

PARTE I.
MARCO TEÓRICO

Dada a importância do estudo dos valores humanos na Psicologia Social, sobretudo na compreensão de diversos fenômenos psicossociais (e.g., conservação de água, satisfação conjugal), neste capítulo, apresentam-se as principais contribuições para o entendimento de como os valores se organizam, destacando-se autores representantes de duas perspectivas (sociológica e psicológica) que situam a compreensão e o estudo deste construto. No presente capítulo, será destacada a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, apresentando os seus fundamentos, estrutura e possibilidades de aplicações.

1.1.Contextualização

Os valores humanos ocupam um lugar de destaque, sendo considerado um construto importante na compreensão dos fenômenos das ciências sociais (Estramiana, Pereira, Monter, & Zlobia, 2013). Especificamente, evidencia-se a posição importante nos estudos da Psicologia Social, com seu papel central no processo seletivo das ações humanas, julgamentos e atitudes (Souza, 2012; Vione, 2012). Conseguiu uma maior relevância quando deixou de ser concebido como atributo de um objeto e passou a ser tratado como uma concepção explícita ou implícita sobre o que é desejável (Gouveia, Milfont, Fischer, & Santos, 2008), possibilitando perpetuação de ideias, costumes e saberes por se manterem os mesmos, independentemente do momento da história ou do contexto, modificando, unicamente, aquilo que as pessoas priorizam (Gouveia, 2013; Vione, 2012).

Rokeach (1973) conceituou valores como crenças individuais duradouras que se referem a modos específicos de condutas ou estados finais de existência. Em anos posteriores, Schwartz e Bilsky (1987) asseveraram ser concepções ou crenças sobre estados-fins ou comportamentos desejáveis ordenados de acordo com a sua importância relativa. Aqui, evidencia-se a relação mais clara com as necessidades, sendo os valores, proposto por Gouveia (1998, 2003, 2013), uma representação cognitiva das necessidades, encarando-os como conceitos ou categorias de

estados desejáveis de existência que vão além de situações específicas e assumem graus de importância diversos, conduzindo a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos.

Para além das tentativas de definições, destaca-se que não é recente o interesse pelo estudo dos valores humanos, acontece desde épocas remotas, com registos de filósofos gregos como Sócrates, Aristóteles e Platão (Pimentel, 2004; Tamayo & Porto, 2009). Contudo, atualmente, vários pesquisadores não chegam a uma única definição sobre o construto (Hitlin & Piliavin, 2004; Rohan, 2002). Essa situação pode ser encarada como positiva ou negativa (Barbosa, 2015); é positiva porque proporciona um arcabouço formado por diversas disciplinas, com distintos pontos de vistas e contribuições (Milfont, 2001; Rokeach, 1981), porém pode ser considerada negativa à medida que pode originar distorções e ambiguidades quanto ao seu entendimento (Rohan, 2002).

Ademais, até hoje, são discutidos em diferentes áreas do saber, como a Filosofia, Economia, Antropologia, Teologia e Ciência Política, apresentando um panorama histórico arbitrário (Ros, 2006). Neste cenário, ao considerar os principais nomes, existem os pesquisadores e teóricos que se dedicam à análise de um número extenso de autores que contribuíram de alguma maneira para a classificação e outros que optam por discorrer sobre aqueles que deram contribuições mais impactantes e/ou são mais citados na comunidade acadêmica (Soares, 2015).

Existem autores que representam duas tradições do estudo dos valores humanos, as quais se diferenciam a partir do foco estudado. Uma com natureza sociológica, a nível cultural, em que a estrutura dos valores é estudada levando em consideração cada cultura (Hofstede, 1980; Inglehart, 1977); e outra com natureza psicológica, com o foco individual, a qual considera os valores como prioridades e orientam os indivíduos, trazendo a compreensão das diferenças individuais, dentro do contexto inserido (Rokeach, 1973; Schwartz, 1992).

Não obstante, o emprego de teorias específicas para avaliar valores nos diferentes níveis parece ser dispensável (Soares, 2015), pressupondo que eles são dos indivíduos que precisam conviver e se organizar socialmente (Gouveia, 1998; 2013). Logo, a partir dessas especificidades, a seguir são apresentadas as principais contribuições de autores que representam ambas perspectivas.

1.2. Perspectiva sociológica dos valores

Nessa perspectiva, os trabalhos em destaque, por serem marcos teóricos no âmbito dos valores, são aqueles realizados por Ronald Inglehart e Geert Hofstede. O primeiro, Ronald Inglehart, baseia seu trabalho na teoria das necessidades de Maslow (1954) e assevera que as pessoas podem e mudam seus valores para buscarem felicidade, mudando de estratégias como respostas às necessidades e oportunidades. Assim, entendendo valores como necessidades, as quais devem ser satisfeitas em uma hierarquização desde as mais básicas até as superiores, são orientados à autorrealização e são positivos, portanto representam a natureza humana como benevolente (Inglehart, 1977).

Nessa linha, Inglehart elaborou um modelo teórico, propondo considerar aspectos sociais e culturais (Medeiros, 2011), sugerindo que valores se concentram em duas dimensões, são elas: (1) materialistas: fazendo referências aos valores materiais, sendo relacionadas com as necessidades mais básicas e de segurança, sendo o padrão valorativo prevalecido nas sociedades em que tais necessidades não são satisfeitas, e (2) pós-materialistas: relacionadas às necessidades sociais e de atualização, sendo prevalecida em sociedades com mais recursos financeiros, contudo, não é difícil encontrar países ou pessoas que priorizam valores materialistas e possuem uma boa condição econômica (Formiga, 2002).

Para Inglehart, nas diversas sociedades, o desenvolvimento econômico conduz a determinadas mudanças no sistema de valores e crenças das pessoas, tendo a tipologia de

valores um *continuum* bipolar, com duas extremidades: (1) positiva, concentrando os valores materialistas, e (2) negativa, os pós-materialistas (Estramina et al., 2013). Ademais, caracteriza os valores como potentes reguladores do comportamento e parte da identidade, que a maioria dos indivíduos internacionalizam de forma inconsciente em um processo de familiarização com o que é socialmente aceito em uma determinada sociedade (Inglehart, 1997).

Além disso, Inglehart (1977) propõe duas hipóteses a fim de explicar as prioridades axiológicas nas culturas e suas modificações, são elas: a hipótese de escassez e a hipótese de socialização. A primeira afirma que as prioridades dos indivíduos são reflexos de seu meio socioeconômico. Acredita-se que as pessoas procuram atender as necessidades, dando ênfase em metas materialistas. Já a hipótese de socialização sugere que os valores priorizados são aqueles aprendidos na primeira infância, logo são mais difíceis de serem mudados e indicam o que cada pessoa julga como mais importante. Destaca-se que essas duas hipóteses são complementares e, geralmente, a hipótese de socialização prevalece como explicação das prioridades valorativas das pessoas (Gouveia, 2013).

Hofstede, também representante dessa vertente, destaca a ideia do individualismo-coletivismo no âmbito cultural, sendo um dos primeiros a dar contribuições sobre a estrutura transcultural do construto (Ros, 2006). Hofstede (2001) assevera que a cultura é moldada e se manifesta através dos seguintes elementos: (1) os símbolos, que são palavras, gestos, quadros ou objetos que carregam um significado particular e são somente reconhecidos por pessoas que partilham a mesma cultura; (2) heróis, tendências amplas na preferência por certos estados ou relações *versus* outras; e (3) rituais, os quais são atividades coletivas consideradas socialmente essenciais dentro de uma cultura. Estes podem ser incluídos sob o termo “práticas”, afetando os membros das organizações, além dos valores, formadores do núcleo da cultura, que são tendência geral em preferir certos estados de coisas sobre outras (Hofstede, Hofstede, & Minkov, 2010).

A partir dessa fundamentação, em seu estudo pioneiro, formulou um conjunto de 14 perguntas que descreviam atitudes, crenças e metas referentes ao contexto do trabalho (Gouveia, 2013). A partir da análise dos componentes principais (ACP), ele identificou quatro dimensões que explicavam metade das variâncias encontradas na média dos países, que segundo (Hofstede, 1980) são:

Distância do poder: dimensão que caracteriza em que medida os trabalhadores subordinados reagem diante do poder e da autoridade. Apresenta-se como um indicador de aceitação ou não de hierarquia, tendo em vista que o poder e a desigualdade são fatores extremamente importantes em qualquer cultura, ressaltando que todas as sociedades são desiguais.

Coletivismo vs. Individualismo: a partir dessa dimensão, observa-se o quanto os membros de uma sociedade são responsáveis uns pelos outros e o grau de independência entre eles. Algumas culturas são mais individualistas que outras, assim, espera-se que os indivíduos cuidem apenas de si mesmos e de sua família primária.

Masculinidade vs. Feminilidade: indica que em países que primam por valores com características consideradas masculinas, as pessoas enfatizam o materialismo, o reconhecimento e os ganhos pessoais. Já em culturas que são consideradas femininas, as pessoas enfatizam mais os relacionamentos e as interações pessoais.

Evitação de incerteza: apresenta a ansiedade e a inquietação dos indivíduos diante de situações inesperadas que predizem riscos, frequentemente relacionadas a questões que dizem respeito ao futuro.

Além dessas quatro dimensões, como resultado da realização dos inquéritos a um número crescente de países, nomeadamente da Ásia Oriental, verificou-se a existência de diferentes formas de lidar com outros tantos problemas essenciais. Assim, Hofstede e seus colaboradores acrescentaram mais duas dimensões no modelo (Hofstede, 2011). A quinta

dimensão é resultado do estudo de Bond (1988), no qual verificou a distorção ocidental ao questionário e, de acordo com Hofstede (1997), é denominada como “*dinamismo confuciano*”, em referência aos ensinamentos do pensador chinês Confúcio. Na prática, relaciona-se com a orientação para curto prazo (valores orientados para tradições) *versus* longo prazo (orientações progressivas, valores voltados para o futuro). A sexta dimensão, *fruição imediata vs contenção*, relaciona-se com o grau em que cada membro da sociedade tenta controlar seus desejos e impulsos (Hofstede, 2011). É importante esclarecer que, segundo Fischer, Vauclair, Fontaine e Schwartz (2010), essas dimensões não se aplicam ao nível individual, apenas a países (e.g., características institucionais e econômicas).

1.3. Perspectiva psicológica dos valores

Essa perspectiva é formada por teorias comumente relacionadas com tomadas de decisões e manifestações de atitudes, as quais são úteis para caracterizar prioridades que orientam as pessoas, além de serem as bases motivacionais que apoiam os valores, servindo igualmente para entender as diferenças entre os indivíduos (Ros, 2006). Destacam-se os estudos de Rokeach, este considerado uma figura central da temática dos valores, encarado nos últimos 50 anos na Psicologia Social como o pai da temática (Medeiros, 2011). Ademais, é um dos autores que contribui de forma significativa para o estudo do construto, influenciando e tendo suas contribuições acolhidas em diversos modelos de valores, como por exemplo Schwartz (1992) e Gouveia (1998, 2003, 2013).

Rokeach foi o primeiro a considerar a possibilidade de mensurar os valores humanos como um construto distinto dos demais, dando legitimidade (Gouveia, 2013) e tornando-o independente de outros com os quais comumente era associado (e.g., atitudes e personalidade; Braithwaite & Law, 1985). É, também, o primeiro autor a discutir a sua centralidade,

especificamente, no âmbito da Psicologia Social, enfatizando, assim, o papel central dos valores no sistema cognitivo das pessoas, capazes de explicar atitudes e comportamentos (Ros, 2006).

Organizando os valores de forma hierárquica, cada valor é priorizado em razão de sua importância quando comparado aos demais (Medeiros, 2011), proporcionando assim a variação das atitudes e comportamentos das pessoas, a partir das posições hierárquicas dos valores (Estramiana et al., 2013). De maneira geral, o modelo teórico apresentado por Rokeach (1973) é sustentado por cinco pressupostos: (1) as pessoas possuem relativamente um pequeno número de valores; (2) independentemente da cultura a que estão inseridas, todas as pessoas possuem os mesmos valores, variando apenas o nível de importância que é atribuído a cada valor; (3) os valores são organizados por sistemas de valores a partir do grau de importância; (4) os antecedentes dos valores podem ser determinados pela sociedade, pela cultura e por suas instituições, como também pela própria personalidade dos indivíduos; (5) os valores se manifestam em fenômenos que são dignos de serem estudados pelos cientistas sociais.

Rokeach também estrutura os valores em dois principais tipos: os *instrumentais* e os *terminais* (Estramiana et al., 2013). Os primeiros consistem no meio do indivíduo alcançar o desejável (ambicioso, honesto, responsável), sendo subdivididos em *valores morais* (sua transgressão provoca culpa, com foco intrapessoal) e *valores de competência* (sua transgressão provoca vergonha, foco intrapessoal). Já os segundos correspondem ao próprio desejável; representam os estados finais de existência (igualdade, vida confortável e felicidade), podendo ser divididos em *pessoais* (centrados na pessoa), com foco intrapessoal; e em *valores sociais* (centrado na sociedade), com foco intrapessoal. Para uma melhor ilustração, a seguir, na Tabela 1, apresentam-se os valores de Rokeach:

Tabela 1.

Tipos de valores instrumentais e terminais de Rokeach.

Tipos de Valores	
Terminais: estados finais de existência	Instrumentais: modos de comportamento
<p>Pessoais</p> <p>Centrados na própria pessoa, foco intrapessoal</p> <p>Exemplos: <i>salvação, harmonia interior</i></p>	<p>De competência</p> <p>Sua transgressão provoca vergonha, foco intrapessoal</p> <p>Exemplos: <i>lógico, inteligente</i></p>
<p>Sociais</p> <p>Centrados na sociedade, foco interpessoal</p> <p>Exemplos: <i>um mundo de paz, amizade verdadeira</i></p>	<p>Morais</p> <p>Sua transgressão provoca culpa, foco interpessoal</p> <p>Exemplos: <i>honesto, responsável</i></p>

Nota. Adaptada a partir de “The Nature of Human Values”, de M. Rokeach 1973, p. 7-8. Copyright 1973 de The Free Press.

Para esse autor, os valores são relacionados com modos de conduta e estados finais de existência, logo, uma vez internalizados, servem como padrão de critério para guiar a ação humana (Rokeach, 1973), sendo, também, o centro da definição da autoestima e autoconceito dos indivíduos (Ros, 2006). Considerados como uma crença duradoura, em que um modo de conduta é socialmente preferível, podem ser compreendidos como crenças prescritivas/proscritivas que permitem aos indivíduos julgarem objetos ou ações como desejáveis, indesejáveis, recomendáveis ou reprováveis (Freire, 2013; Medeiros, 2011).

Destacam-se as funções dos valores, divididas em cinco por Rokeach, que são ressaltadas por Soares (2015): (1) *ego-defensiva*: modificação dos sentimentos ou das ações pouco aceitas a fim de que se tornem, socialmente, conceitos culturalmente justificáveis; (2) *conhecimento* ou *autorrealização*: alguns dos valores provocam a busca de significado e compreensão, indicando conhecimentos e, conseqüentemente, autorrealização; (3) *critérios de orientação*: manutenção da autoestima em situações envolvendo problemas, tarefas, atitudes e comportamentos que, outrora, são condenados moralmente; (4) *motivacional*: os valores são

guias das ações humanas no dia a dia e expressam as necessidades humanas básicas e (5) *adaptativa*: o conteúdo de alguns valores acentua os modos de conduta ou estados finais que são de orientação adaptativa ou orientados para a utilidade.

Rokeach contribuiu muito para o estudo dos valores, servindo como base para muitas pesquisas, sobretudo na perspectiva psicológica. Não obstante, existem algumas lacunas, a saber: tipo de medida empregada, a qual não identifica as estratégias usadas pelos participantes na classificação dos valores; a não definição da estrutura clara e testável desse construto; a restrição da amostra em seus estudos e a não comprovação da estrutura dos valores *instrumentais e terminais* (Gouveia, Martínez, Meira, & Milfont, 2001; Tamayo, 2007; Souza, 2012). A falta de uma melhor explicação dos pontos exemplificados anteriormente serviu como ponto de partida e incentivo para os estudos de Schwartz (1992, 1994), que propôs uma nova tipologia, denominada de *Teoria dos Tipos Motivacionais*, a qual, atualmente é uma das mais utilizadas em todos os domínios das ciências sociais.

Os estudos realizados por Schwartz tiveram início em meados dos anos 80, tornando-se uma das referências na Psicologia Social, especialmente no estudo dos valores. Esse autor criou uma teoria na perspectiva cultural (Schwartz, 2006) e outra, aqui destacada, na perspectiva individual (Schwartz, 1992, 2005). Inicialmente, Schwartz e Bilsky (1987;1900), a partir dos resultados de estudos os quais aplicaram na escala de Rokeach (1973), constataram que os 36 valores coletados se organizavam em uma figura que permitia distinguir os tipos de interesse a que eles serviam: individualista, coletivista e mistos, além da existência de compatibilidade entre estes valores. Tais relações poderiam ser constatadas em todas as culturas (Estramiana et al., 2013).

Em seguida, Schwartz (1992) promove modificações nas direções da versão inicial da teoria e elabora um instrumento contendo 56 valores, dos quais 36 correspondem aos da escala de Rokeach, os demais oriundos de outros instrumentos (Braithwaite & Law, 1985; Chinese

Culture Connection, 1987; Hofstede, 1980; Munro, 1985) e obtidos a partir de análise de textos comparativos de religiões e de consulta com estudiosos. No seu procedimento de pesquisa, solicitava que os participantes identificassem primeiramente, a partir de uma escala de 9 pontos, variando entre o valor de suprema importância e oposto aos seus valores, avaliando-os com 7 e -1, respectivamente. Dessa forma, através do *Schwartz Value Survey* (SVS), os valores são organizados conforme as motivações ou objetivos (Thamayo & Porto, 2009) e podem se diferenciar através da meta motivacional expressa por cada pessoa (Schwartz, 2006).

Schwartz (2006) assevera que os valores humanos expressam necessidades inerentes à existência humana, compreendendo respostas para três requisitos básicos de necessidades universais: as necessidades humanas (organismo biológico), os motivos sociais (interação) e as demandas institucionais (bem-estar e sobrevivência dos grupos). Quanto à estrutura das organizações, encontram-se variações de sete (Schwartz & Bilsky, 1987), onze (1994) e até mesmo dezenove (Schwartz et al., 2012), além da mais frequentemente empregada e com maiores evidências formada por dez tipos motivacionais, que são apresentados a seguir:

1) *Autodireção*: busca da independência do pensamento e liberdade de ação, envolvendo escolhas, criatividade e exploração (criatividade; independência, liberdade);

2) *Estimulação*: busca de excitação, novidades, desafios e mudanças na vida (ser atrevido; ter uma vida excitante, uma vida variada);

3) *Hedonismo*: busca de prazer e gratificação pessoal (desfrutar da vida, prazer);

4) *Realização*: demonstração de sucesso pessoal e competência de acordo com os padrões sociais (ambicioso, capaz, obter êxito);

5) *Poder*: busca de *status* social e prestígio, controle ou domínio sobre as pessoas e recursos (poder social, autoridade e riqueza);

6) *Segurança*: busca de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo (ordem social, segurança familiar, segurança nacional);

7) *Conformidade*: valorização das normas sociais e evitação de comportamentos que podem prejudicar os outros, respeito aos mais velhos (autodisciplina, bons modos, obediência);

8) *Tradição*: busca de respeito, compromisso, aceitação dos bons costumes e ideias impostas pela cultura, assim como pela religião (devoto, honra aos pais e aos mais velhos, humildade, respeito pela tradição, vida espiritual);

9) *Benevolência*: busca e prevenção do bem-estar das pessoas com quem se mantém relações de intimidade (ajudando, sendo honesto, não rancoroso, ter sentido na vida);

10) *Universalismo*: busca de compreensão, tolerância, aceitação e bem-estar de todos, além da proteção e preservação dos recursos naturais (aberto, amizade verdadeira, igualdade, justiça social, protetor do meio ambiente, sabedoria, um mundo em paz, um mundo de beleza).

Esses dez tipos motivacionais discriminados pela teoria são organizados, em um nível mais básico, em um contínuo de motivações que estão relacionadas entre si, sendo a continuidade e a dinâmica dos fatores que explicam a estrutura circular (Schwartz, 2012; Tamayo & Porto, 2009), que pode ser observada na Figura 1, a seguir:



Figura 1. Estrutura dos tipos motivacionais de Schwartz. Adaptada a partir de “Universal in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Test in 20 Countries,” S. H Schwartz, 1992, *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, p. 14. Copyright 1992 de Academic Inc.

Nessa teoria, uma das características mais marcantes e importantes são as relações dinâmicas entre os tipos motivacionais de valores (Medeiros, 2011). Schwartz (1992) admite que, quando o indivíduo age tomando um dos valores como meta, as consequências práticas, psicológicas ou sociais podem ser conflitantes ou compatíveis com algum outro valor que este almeje alcançar, podendo ser deduzidos da proximidade que eles ocupam no espaço bidimensional. Dessa forma, quando se estudam os valores, deve-se primar por analisar compatibilidade ou o conflito entre eles, sempre considerando duas dimensões antagônicas bipolares de ordem superior (Campos & Porto, 2010).

Essa estrutura permite conceituar que o sistema de valores é organizado por duas dimensões básicas (Schwartz, 1992). A primeira, localizada no eixo horizontal, formada pela oposição entre *abertura à mudança* (combinando dos tipos motivacionais: autodireção e estimulação) X *conservação* (tradição, conformidade e segurança), foca a estabilidade pessoal, a submissão e a manutenção das tradições. A segunda dimensão é apresentada na vertical, compreendendo oposição de *autotranscendência* (universalismo e benevolência) X *autopromoção* (poder e realização).

Não obstante, mesmo no meio acadêmico a teoria dos valores proposta por Schwartz e seus colaboradores (Schwartz & Bilsky, 1987, 1990; Schwartz, 1992, 1994, 2006, 2012) ainda hoje é a que possui maior repercussão, sendo usada na realização de muitas pesquisas em Psicologia Social (e.g., Berkel, Crandall, Eidelman, & Blanchar, 2015; Tam, Lee, Kim, Li, & Chao, 2012). Todavia, ainda se reconhece a necessidade de evolução em determinados pontos (e.g., influência da genética, das emoções e ao nível cultural, pessoal e social; Schwartz, 2012). Ademais, Gouveia, Millfont e Guerra (2014a) publicam críticas quanto à falta de uma base teórica referente à origem dos valores propostos e sua técnica estatística, da mesma forma que a ambiguidade do modelo de ser humano adotado por ele é contestada. Nessa linha, destaca-se

ainda que os conflitos dos valores e a incongruência da quantidade dos tipos de valores motivacionais incompatibilizam a concepção do desejável.

A partir disso, Schwartz (2014) reconhece as críticas apontados por Gouveia et al. (2014a), contudo menciona que não são justificadas e questiona os argumentos, propondo que a Teoria Funcionalista seja refinada, reconhecendo mais claramente elementos que se sobrepõem e se relacionam com outras teorias já existentes. Em uma tréplica, Gouveia, Milfont e Guerra (2014b) apontam proposições teóricas para as críticas e equívocos históricos, reafirmam que a Teoria Funcionalista inovou e refinou o estudo dos valores básicos e, por fim, demonstram hipóteses testadas utilizando os dados do “*European Social Survey*” utilizando o *Schwartz PVQ-21*.

Envidencia-se que em função de restrições e inconsistências dos modelos apresentados, Gouveia (1998, 2003; 2013) propõe uma nova tipologia dos valores humanos, a qual por ser um modelo integrador, mais parcimonioso e teoricamente fundamentado, além de tomar como foco a natureza motivacional dos valores (Gouveia, 2013, Gouveia et al., 2014), é o marco teórico desta dissertação e será exposta a seguir.

1.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

A *Teoria Funcionalista dos valores humanos*, baseada na análise teórica dos valores terminais, vem sendo desenvolvida por Gouveia e colaboradores, desde o final dos anos 90 (Gouveia, 1998, 2003, 2013). Essa teoria, ocupando cada vez mais um espaço considerável na esfera internacional, tem evidências de sua adequação com estudos que abrangem a realidade brasileira, com aproximadamente 50.000 pessoas, além de outras culturas (Medeiros, 2011, Soares, 2015). Ressalta-se que não deve ser encarada como oposição às teorias já existentes e descritas anteriormente, das quais surgiram algumas divergências, e sim, tomadas produções a partir da compreensão destas teorias prévias.

Evidenciam-se as funções valorativas como o principal foco dessa teoria, a qual entende os valores como aspectos psicológicos que cumprem ao guiar os comportamentos e representar cognitivamente as necessidades humanas (Gouveia, Fonsêca, Milfont, & Fischer, 2011). São, portanto, princípios-guia desejáveis, que têm o papel de assegurar a sobrevivência, manutenção e evolução da sociedade, explicando atitudes e comportamentos de seus membros (Gouveia, 2013). Apresentam cinco suposições teóricas principais:

1. *Natureza humana*: o modelo assume a natureza benevolente ou positiva dos seres humanos, encarando o homem como naturalmente bom, logo, apenas faz sentido falar em valores como atributos positivos, mesmo que ainda existam valores dentro do modelo que possam apresentar um caráter negativo para alguns indivíduos (por exemplo, *poder*, *religiosidade*) sua essência é positiva e em um sistema de valores é possível interligá-los (Gouveia et al., 2011; Maslow, 1954).

2. *Princípios-guia individuais*: ainda que os valores humanos sejam contextualizados de acordo com a cultura na qual as pessoas estão inseridas, esta teoria concebe os valores como categorias gerais de orientação para as condutas dos indivíduos, não se restringindo a determinadas situações ou objetos (Gouveia et al., 2008). Os valores são, então, encarados como tipicamente individuais, representando escolhas de pessoas concretas, embora em diversos contextos culturais (Araújo, 2013).

3. *Base motivacional*: a teoria admite a natureza humana como benévola, assumindo apenas necessidades positivas, além de considerar que os valores representam cognitivamente as necessidades dos indivíduos (Maslow, 1954), oriundas de demandas individuais, institucionais e sociais (Lima, 2012). Tais demandas, de acordo com Gouveia et al. (2011), compreendem pré-condições para a realização das necessidades, sugerindo a existência de uma restrição de impulsos pessoais para que seja garantido um ambiente seguro e estável (Soares, 2013).

4. *Caráter terminal dos valores*: nessa teoria, apenas valores terminais são tidos em conta. Gouveia (2013) aponta a razão para isso, afirmando que tais valores são mais precisos e em menor quantidade do que os instrumentais, além de serem mais coerentes com a concepção de valores humanos como uma orientação geral e transcendente, representando metas superiores que não são periódicas, diferenciando das mais imediatas e biologicamente urgentes.

5. *Condição perene dos valores*: essa suposição afirma que os valores sempre se mantêm, alterando apenas suas prioridades, não sendo influenciados por contexto, nem época da história. Dessa forma, novos valores não existem; os de hoje, muito provavelmente, são os mesmos há séculos (Gouveia, 2013; Soares, 2013).

Essas suposições são consideradas o disco rígido da teoria funcionalista dos valores, supondo que as funções são definidas como aspectos mentais cumpridos pelos valores a fim de dirigir o comportamento dos indivíduos e representar cognitivamente suas necessidades (Soares, 2013). Com isso, enfatizam-se essas duas importantes funções dos valores apontadas por Gouveia (1998, 2003), as quais parecem ser consensuais e estão relacionadas ao *tipo de orientação* (os valores são vistos como padrões que guiam os comportamentos) e ao *tipo de motivador* (representação cognitiva das necessidades).

1.4.1- Funções dos Valores

Quanto à primeira função dos valores humanos, Rokeach (1973) mostra que existem dois tipos principais de valores terminais, os *sociais* (e.g., amizade verdadeira, um mundo de paz) e os *personais* (e.g., harmonia interior, uma vida excitante), considerando que as pessoas pautadas por valores pessoais são egocêntricas e possuem um foco intrapessoal, enquanto que aqueles guiados por valores sociais priorizam a vida em sociedade e possuem um foco interpessoal (Araújo, 2013). Entretanto, a essa dicotomia clássica tem sido acrescentado um terceiro grupo de valores, que se situa entre esses já mencionados, por ser a base estruturante ou a espinha dorsal da organização valorativa: os valores sociais e pessoais têm como referência

ou podem ser preditos a partir deste terceiro grupo denominado centrais (metas centrais), cuja orientação evidencia a polarização entre as necessidades mais básicas e as de ordem mais elevada (Gouveia, 2013; Medeiros, 2011), podendo ser um reflexo da variação de indicadores sociais e econômicos (Fischer, Milfont, & Gouveia, 2011; Lima, 2012).

Outra função primária dos valores consiste em atribuir expressão cognitiva às necessidades humanas, mesmo não havendo uma correspondência perfeita entre valores e necessidade (Medeiros, 2011). Embora seja factível pensar em diferentes arranjos para os valores como representação das necessidades, uma classificação que tem encontrado respaldo na literatura é a de valores *materialistas* (pragmáticos) e *humanitários* (idealistas) sendo importante ressaltar que, nessa teoria, os valores não são considerados contraditórios, mas, possivelmente complementares, constituindo um sistema valorativo de um indivíduo maduro (Gouveia, 2003; Gouveia et al., 2010; Gouveia, 2013), podendo ser descritos da maneira que segue.

Valores materialistas: relacionados com ideias práticas, um pensamento mais voltado para esses valores evidencia uma orientação para metas específicas, visando um interesse imediato e a observância de regras normativas; tendem a pensar em condições de sobrevivência mais biológicas, dando importância a sua própria existência e às condições que podem assegurá-la.

Valores humanitários: expressam uma orientação universal, baseada em ideias e princípios mais abstratos. Esses valores geralmente não são específicos ou dirigidos a metas concretas. Pessoas que dão importância aos valores humanitários são coerentes com um espírito inovador e uma mente aberta, indicando menos dependência de bens materiais e considerando as pessoas iguais entre si, além de apreciarem as relações interpessoais como um fim.

1.4.2- Unindo as duas funções dos valores humanos: seis subfunções valorativas

Como mencionado, os valores apresentam duas dimensões principais: o *tipo de orientação*, correspondente ao eixo horizontal, e o *tipo de motivador*, representado no eixo vertical (Gouveia et al., 2014; Medeiros, 2011; Soares, 2013). O cruzamento desses eixos (*social, central e pessoal / materialista e humanitário*) gera seis subfunções, distribuídas entre os critérios de orientação *social (interativa e normativa)*, *central (suprapessoal e existência)* e *pessoal (experimentação e realização)*, e os tipos de motivadores: *idealista (interativa, suprapessoal e experimentação)* e *materialista (normativa, existência e realização)*. Na Figura 2 a seguir, observa-se um esquema da estrutura de valores tendo em conta a estrutura teorizada, em uma forma de biplex 3 X 2, em que, a partir do resultado dessa combinação, surgem seis quadrantes valorativos: social-materialista, central-materialista, pessoal-materialista, social-humanitário e pessoal-humanitário.

		Valores como padrão-guia de comportamentos		
		<i>Metas pessoais (o indivíduo por si mesmo)</i>	<i>Metas centrais (o propósito geral da vida)</i>	<i>Metas sociais (o indivíduo na comunidade)</i>
Valores como expressão de necessidades	<i>Necessidades idealistas (a vida como fonte de oportunidades)</i>	<i>Experimentação</i> Emoção Sexualidade Prazer	<i>Suprapessoal</i> Beleza Conhecimento Maturidade	<i>Interativa</i> Afetividade Apoio social Convivência
	<i>Necessidades materialistas (a vida como fonte de ameaça)</i>	<i>Realização</i> Êxito Poder Prestígio	<i>Existência</i> Estabilidade Saúde Sobrevivência	<i>Normativa</i> Obediência Religiosidade Tradição

Figura 2. Facetas, dimensões e subfunções dos valores básicos. Adaptada a partir de “Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses”, de V. V. Gouveia, T. L. Milfont, e V. M. Guerra., 2014, *Personality and Individual Differences*, 41-47 p. 2. Copyright 2013 Elsevier Ltd.

No tocante a organização funcional dos valores, a descrição das seis subfunções leva em consideração que os valores centrais constituem, como mencionado anteriormente, a principal fonte em que são ancorados os outros valores. Dessa forma, a seguir, os valores serão apresentados, considerando as duas funções, *tipo de orientação* e *tipo motivador*, descrevendo os conteúdos específicos de cada subfunção (Gouveia, 2013).

Subfunção existência: representa cognitivamente as necessidades fisiológicas mais básicas, sendo compatível com orientações sociais e pessoais do motivador materialista, pois seu propósito principal é assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo; desse modo, esta subfunção é a mais importante do motivador materialista, sendo a fonte das outras duas subfunções, *normativa* e *realização*, que também representam esse motivador (Gouveia et al., 2010). Esta subfunção é constituída pelos seguintes valores:

Saúde: representa a busca de um grau adequado de saúde, evitando eventos ameaçadores. Pessoas que endossam esse valor podem ter experimentado eventos dramáticos ou estão preocupadas com doenças e incertezas relacionadas a elas.

Sobrevivência: geralmente é o princípio guia de pessoas socializadas em contextos de escassez ou que não possuem os recursos econômicos básicos.

Estabilidade pessoal: pessoas que primam por este valor enfatizam uma vida organizada e planejada, procuram garantir sua própria existência, com um trabalho estável e a segurança econômica.

Subfunção realização: representa o motivador materialista; entretanto, têm uma orientação pessoal. Pessoas orientadas por esta subfunção focam em realizações materiais, pessoais e imediatas, voltadas para o aqui e agora. É constituída pelos valores:

Êxito: A ênfase é ser eficiente e alcançar as metas. As pessoas que adotam este valor têm o ideal de sucesso e são orientadas nesta direção sucesso, primando pela competitividade, a fim de obterem destaque e benefícios pessoais.

Prestígio: importância ao contexto social, mas está para além de ser aceito pelos demais. Pessoas tendem a procurar ter uma imagem pública reconhecida.

Poder: Este valor é menos social que os outros dois desta subfunção, representando a ênfase que é dada ao princípio da hierarquia: o que importa é ser o chefe.

Subfunção normativa: com motivador materialista, mas com orientação social, esta subfunção representa a necessidade de controle e as pré-condições imprescindíveis para alcançar todas as necessidades. Representa a importância de preservar a cultura e as normas convencionais, sendo encontrada mais em pessoas mais velhas e constituídas pelos valores:

Obediência: Evidencia a importância de obedecer e cumprir deveres e obrigações diárias, respeito pelos pais e mais velhos. É um valor típico de pessoas com mais idade e/ou educadas em sistema mais tradicional, sendo crucial a obediência à autoridade.

Religiosidade: Representa a necessidade de segurança, porém não depende de qualquer preceito religioso; existe o reconhecimento de uma entidade superior em que se busca certeza e harmonia social para uma vida social pacífica.

Tradição: Representa a pré-condição de disciplina no grupo ou na sociedade como um todo para satisfazer as necessidades. Indica ter respeito aos padrões morais seculares além de contribuir para a harmonia social.

Subfunção Suprapessoal: apresenta uma orientação central, porém um motivador humanitário, com seus valores representando as necessidades de estética, cognição e autorrealização, os valores indicam a importância de ideias abstratas, com menor ênfase em coisas concretas e materiais. Fazem parte desta subfunção os seguintes valores:

Conhecimento: Representa as necessidades cognitivas, tendo um caráter extrassocial. Pessoas que priorizam este valor buscam conhecimentos novos e atuais, além de informações sobre assuntos gerais.

Maturidade: representa a necessidade de autorrealização. Descreve um senso de autossatisfação ou um sentimento de se perceber útil. Indivíduos que priorizam este valor tendem a apresentar uma orientação universal.

Beleza: evidencia uma orientação global, desprendida de objetos e pessoas específicos, representa claramente a preocupação com a estética; independente da natureza do objeto (material ou imaterial), as pessoas cultivam o belo.

Subfunção Experimentação: tendo como fontes os valores suprapessoais, esta subfunção apresenta um motivador idealista com orientação pessoal. Seus valores representam a necessidade fisiológica de satisfação, em sentido amplo, ou o princípio do prazer (hedonismo). Contribuem para a promoção de mudança e inovação na estrutura das organizações sociais (Lima, 2012). Fazem parte desta subfunção os valores descritos a seguir:

Emoção: Representa a necessidade fisiológica de excitabilidade e busca de experiências perigosas, arriscadas. É a subfunção comumente priorizada pelos mais jovens.

Prazer: Corresponde a uma necessidade orgânica de satisfação em sentido mais amplo com uma fonte de satisfação inespecífica.

Sexualidade: Representa a necessidade do sexo, tem sido tratado como indicador ou fator de moralidade.

Subfunção interativa: Os valores desta subfunção representam as necessidades de pertença, amor e afiliação, promovendo o estabelecimento e a manutenção das relações interpessoais por parte do indivíduo. Representa o motivador idealista (humanitário) com orientação social, sendo características de pessoas mais jovens e orientadas para relações íntimas estáveis (Soares, 2013), valores que a caracterizam:

Afetividade: É relacionado com aspectos da vida social, enfatizando relacionamentos íntimos, relações familiares, cuidados, afetos, prazer e tristeza.

Apoio social: Enfatiza a necessidade de afiliação, destacando-se a segurança que pode ser proporcionada. No caso, expressa a segurança no sentido de não se sentir sozinho no mundo e, quando necessitar, obter ajuda.

Convivência: Não representa as relações interpessoais específicas, mas a relação indivíduo-grupo. Indica a ideia de pertença a um grupo social e não viver sozinho.

A seguir, serão apresentadas, na Tabela 2, as subfunções valorativas, sua alternativa de combinação, além de seus marcadores valorativos. Gouveia (2013) descreve:

Tabela 2.

Subfunções valorativas, tipo de motivador e orientação e os marcadores valorativos

Subfunções valorativas	Combinação	Marcadores valorativos e seus descritores
<i>Experimentação</i>	Motivador humanitário e orientação pessoal	<i>Emoção</i> . Desfrutar desafiando o perigo, buscar aventuras.
		<i>Prazer</i> . Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
		<i>Sexualidade</i> . Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
<i>Realização</i>	Motivador materialista e orientação pessoal	<i>Poder</i> . Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
		<i>Prestígio</i> . Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
		<i>Êxito</i> . Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
<i>Existência</i>	Motivador materialista e orientação central	<i>Saúde</i> . Preocupar-se com sua saúde antes de ficar doente; não estar enfermo.
		<i>Estabilidade pessoal</i> . Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
		<i>Sobrevivência</i> . Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
<i>Suprapessoal</i>	Motivador humanitário e orientação central	<i>Beleza</i> . Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
		<i>Conhecimento</i> . Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
		<i>Maturidade</i> . Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.
<i>Interativa</i>	Motivador humanitário e orientação social	<i>Afetividade</i> . Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
		<i>Convivência</i> . Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
		<i>Apoio social</i> . Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
<i>Normativa</i>	Motivador materialista e orientação social	<i>Obediência</i> . Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar aos seus pais e aos mais velhos.
		<i>Religiosidade</i> . Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
		<i>Tradição</i> . Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.

Nota. Adaptada a partir de “Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas”, V.V. Gouveia, 2013, p. 146. Copyright 2013 de Casapsi Livraria e Editora Ltda.

1.4.3-Compatibilidade e Congruência dos valores na teoria funcionalista

Referente à estrutura e ao conteúdo, ressalta-se que são dois dos aspectos centrais desta teoria e encontram-se evidências de sua adequação no estudo realizado por Medeiros (2011). Ademais, tal teoria não admite conflito entre os valores, além de avaliar todas as subfunções

como importantes (Gouveia, 2003,2013). Mesmo que alguns desses valores sejam considerados mais desejáveis que outros, leva-se em consideração a suposição teórica da natureza benevolente do ser humano e julgam-se todos os valores como desejáveis e positivos (Gouveia, 2013; Soares, 2015).

Dessa forma, além das subfunções, Gouveia et al. (2008, 2011) propõem duas hipóteses que consideram aspectos importantes no momento de (a) compreender a estrutura interna ou o sistema dos valores (*hipótese da congruência*) e (b) avaliar o padrão de associação dos valores com outros construtos (*hipótese da compatibilidade*) (Araújo, 2013). Diferentemente de Schwartz (1992), que tratava (*in*)congruência e (*in*)compatibilidade como conceitos equivalentes, Gouveia (2013) considera que estes conceitos são diferentes, em que a *congruência* diz respeito à consistência interna do sistema funcional dos valores; e a *compatibilidade* faz menção à correlação dos valores com critérios ou variáveis externas. A figura 3, a seguir, mostra como as funções e subfunções dos valores são organizadas em hexágono, permitindo representar três graus de congruência, postulados entre as subfunções de valores (Gouveia, 2013).

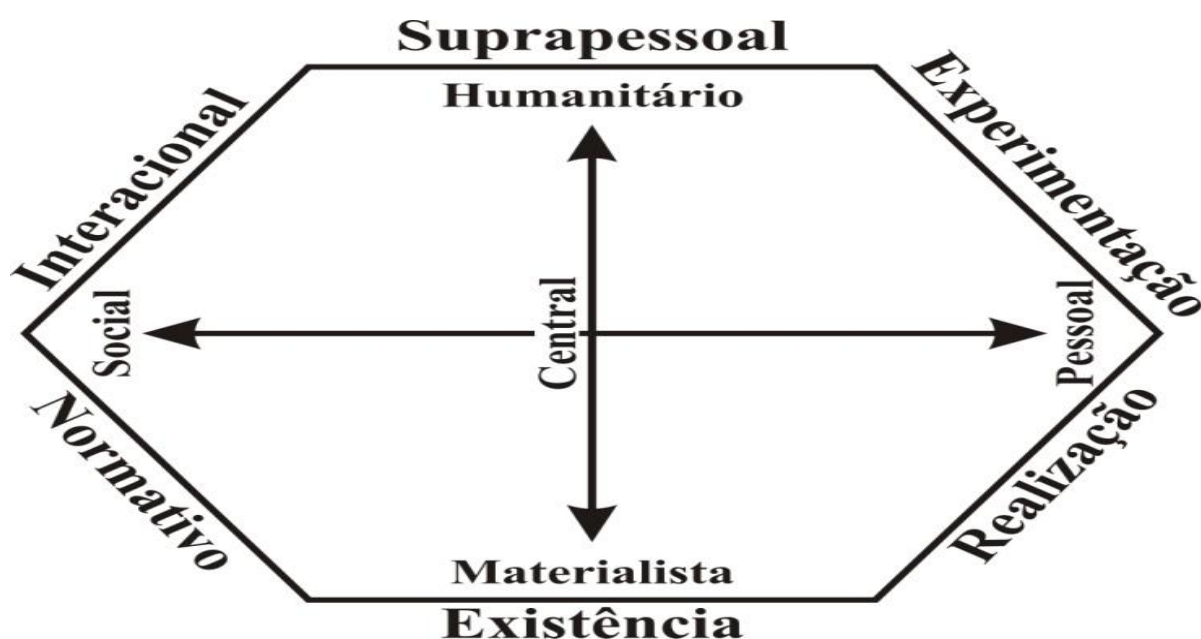


Figura 3. Padrão de congruência das subfunções dos valores básicos. Adaptada a partir de “Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas”, V.V. Gouveia, 2013, p. 146. Copyright 2013 de Casapsi Livraria e Editora Ltda.

A partir da teoria funcionalista, a figura do hexágono indica três níveis de congruência, descritas por Medeiros (2011): o primeiro nível, denominado de baixa congruência, caracterizado por apresentar as subfunções que têm orientações e motivações diversas, as quais se encontram em lados opostos no hexágono. A baixa congruência se deve à independência enquanto princípios guias desses grupos de valores. O segundo nível, congruência moderada, caracteriza-se por seus valores apresentarem o mesmo motivador, contudo diferentes orientações; e, por fim, o terceiro nível, alta congruência, agrupa os valores que possuem a mesma orientação, mas com motivadores diferentes.

Em resumo, a teoria funcionalista dos valores humanos apresenta satisfatórias comprovações acerca das hipóteses de conteúdo (Gouveia et al., 2010; Lima, 2012), estrutura (Gouveia et al., 2011) de evidências sobre a congruência (Medeiros, 2011) e compatibilidade dos valores (Guerra, 2009; Guerra, Gouveia, Souza, Lima, & Freires, 2012) em diferentes grupos e culturas, considerando milhares de pessoas do Brasil e partes do mundo. Portanto, parece aceitável afirmar que se trata de uma teoria que pode ser empregada satisfatoriamente para conhecer, descrever e explicar os valores das pessoas (Gouveia, 2013), os quais se relacionam com diversas variáveis, a exemplo: crença no mundo justo (Barbosa, 2015), comportamento pró-ambiental (Coelho, 2009; Pessoa, 2011), desempenho acadêmico (Gouveia et al., 2011), satisfação conjugal (Almeida, 2015), perdão conjugal (Lopes, 2015), dentre outras. Servindo assim como padrões avaliativos dos comportamentos que, para além desses estudos supracitados, justificam o esforço com os novos construtos abordados nesta oportunidade, perdão no âmbito do divórcio e crescimento pós-traumático, tratados em capítulos seguintes.

CAPÍTULO II: PERDÃO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO

Este capítulo aborda o divórcio e seus principais aspectos, tanto históricos, como psicológicos, considerando o processo do divórcio como uma difícil tarefa que, por muitas vezes, surgem demandas psicológicas, sobre as quais merecem destaque os seus fatores protetivos e desencadeadores de sentimentos saudáveis. Nesse sentido, focaliza-se no estudo do perdão como variável relevante relacionada ao processo de divórcio e suas consequências positivas. Assim, o capítulo traz a contextualização de estudos feitos com o perdão, divergências e conclusões acerca do conceito, pesquisas que o relacionam com outros construtos e, especificamente, o estudo no âmbito do divórcio. Advogando a necessidade de realizar a atividade da avaliação psicológica de forma eficaz, são apresentados alguns instrumentos usados para essa prática, focalizando em uma medida breve que será utilizada e validada para o contexto estudado nesta dissertação. Dessa forma, a seguir, encontra-se o percurso descrito deste capítulo, a fim de promover uma melhor apropriação do perdão no âmbito do divórcio.

2.1. Do casamento ao divórcio

Estando durante muito tempo caracterizado pela indissolubilidade e a finalidade essencialmente procriatória, o casamento, segundo o Código Civil (2002) no artigo 1.511, é definido como o estabelecimento da comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Essa modalidade pode ser tanto de cunho civil como religioso. No Brasil, a regulamentação do casamento civil ocorreu a partir do decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, o qual estabeleceu essa união como a única forma de constituição de família legítima.

Nos dias atuais, encontram-se novas formas de relacionamentos que coexistem com o modelo tradicional do casamento, com destaque para a união estável, a qual é uma ação que reflete o desejo, de duas pessoas, em constituir uma relação intersubjetiva. Essa união se diferencia do casamento civil pela forma como os laços são estabelecidos (Lopes, 2016).

Enquanto que, na união estável, o vínculo é constituído de forma indireta, a partir da convivência pública, contínua e duradoura (CC, art. 1723), o casal civil prevalece um contrato jurídico formal acordado entre as duas partes. A Constituição Federal de 1988, no artigo 226, parágrafo 3º, formaliza a união estável, equiparando-a ao casamento, sendo essa nova configuração uma entidade familiar, a qual a lei deve facilitar sua conversão em matrimônio, por meio da solicitação ao juiz e assento no Registro Civil competente (CC, art. 1.726). Assim, através dessa projeção jurídica, o *status* legal dos conviventes é alterado e ganha reconhecimento social (Mezzaroba et al., 2014).

Ademais, o casamento é um dos institutos criadores da família, a qual representa o espaço para o exercício da cidadania, socialização e de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, possibilitando a compreensão do desenvolvimento individual e grupal de seus membros (Dessen & Braz, 2005). Contudo, segundo Alarcão (2006), na vida familiar há um processo dinâmico de desenvolvimento denominado ciclo vital, o qual passa por várias transformações. Além disso, dentre as diversas configurações familiares, enfatizam-se as relacionadas a um fracasso de um casamento e ao processo de divórcio: famílias reconstituídas, nas quais pelo menos um dos cônjuges já passou por outro casamento; e as famílias monoparentais, muitas vezes consequência de divórcio, quando o filho passa a conviver com apenas um dos seus pais. A partir disso, é criado um marco próprio de identificação, diferenciando-se da família nuclear tradicional ou conjugal, composta apenas pelo núcleo principal representado pelo homem (pai), sua esposa (mãe) e os seus descendentes legítimos, biológicos ou adotados (Nunes, 2011).

Além disso, o sistema familiar e os seus novos arranjos acompanham os reajustes da sociedade atual na busca da organização dos seus integrantes e de sua sobrevivência, tendo em vista que, com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas ao longo dos tempos, a sociedade está sendo obrigada a reorganizar regras básicas para amparar a nova

ordem familiar (Faco & Melchiori, 2009). Sendo assim, o divórcio corresponde às aspirações atuais e merece o destaque feito a seguir para seus aspectos históricos e psicológicos.

2.1.1. Evolução histórica do divórcio

A palavra "divórcio" vem do latim *divortium*, faz referência a "separação", que por sua vez é derivada de *divertere*, que significa "tomar caminhos opostos, afastar-se" (Cervený, 2002). Assim, entende-se o divórcio como um processo que ocorre no ciclo vital da família e desafia sua estrutura e dinâmica relacional (Cano, Gabarra, Moré, & Crepaldi, 2009). Sendo considerado por Holmes e Rahe (1967) o segundo estressor mais destruturante na vida adulta, imediatamente a seguir à morte do cônjuge, atualmente, cada vez mais frequente, o divórcio, para além de um evento isolado, é um longo e complexo processo que envolve múltiplas mudanças.

Especificamente no seu aspecto histórico, no Brasil, a influência eclesiástica sobre a sociedade e o Estado manifestou-se no casamento tentando preservar as relações familiares. A princípio, não aceitando a sua dissolução e, posteriormente, impondo condições para a separação, somente a Igreja Católica tinha competência para celebrar casamento, o qual havia sido elevado à condição de sacramento (Wald, 2006). Entretanto, percebe-se a formação de um novo paradigma a partir de conquistas históricas, refletindo diretamente nas relações e direito familiar, a exemplo do direito ao divórcio.

Identificam-se essas transformações a partir de mudanças feitas na Constituição que fora instituída em 1707 e ainda vigorava após a independência do Brasil, em 1827, quando foi instaurada a monarquia. Neste ano, o Decreto de 1827 (03/11/1827) ainda previa apenas jurisdição eclesiástica em relação ao casamento (Cahali, 2002). No Brasil Império, precisamente em 1861, surgiu a primeira evidência da flexibilização do matrimônio, pois o Decreto 1.144 (11/09/1861), aperfeiçoado com o Decreto 3.069 (17/03/1863), possibilitou o casamento de pessoas de religiões e credos diferentes (Campos & Merlo, 2005).

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, houve definitivamente uma separação entre o Estado e a Igreja, a partir do Decreto nº 119-A (17/01/1890), tornando o Brasil um país laico e não confessional, sendo necessário, agora, que o Estado passasse a regular a questão dos casamentos. Naquela oportunidade, Rui Barbosa dispôs que, no Brasil, somente o casamento civil teria validade (Decreto 521; 26/06/1890), determinando que deveria preceder o casamento religioso de qualquer credo, e o ministro de qualquer religião que celebrasse o casamento religioso antes do civil era passivo de pena de prisão (Costa, 2010). Somente, quase três décadas depois, em 1916, o direito ao “desquite” no Brasil foi aprovado, porém autorizava somente a separação dos cônjuges e o encerramento do regime de bens, não sendo possível um novo casamento (Oliveira, 2011).

Em 1934, foi promulgada a Constituição que estabelecia em seu artigo 144 a indissolubilidade do casamento no Brasil. Com o mesmo posicionamento, vieram as Constituições de 1937, 1946 e 1967. Na Constituição de 1946, foi apresentado um Projeto de Lei para que se retirasse a expressão “vínculo indissolúvel” da legislação, mas esse projeto não foi aprovado. Finalmente, em 1977, o divórcio foi instituído no Brasil com a Emenda Constitucional nº9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela Lei do Divórcio, lei 6.515 de 1977, que permitiu a dissolução do vínculo matrimonial; entretanto, estabeleceu uma única possibilidade de divórcio para cada pessoa, além disso, os cônjuges teriam que estar separados judicialmente por três anos, assim, para se divorciarem precisavam se separar primeiro (Araújo, 2010). Esclarece-se que a separação, substituindo a denominação desquite, dissolve a sociedade conjugal, pondo fim à vida em comum, sem, contudo, romper o vínculo matrimonial existente entre os cônjuges, que por conta disso estão impedidos de contraírem novas núpcias (Rizzardo, 2002).

A Constituição de 1988 reafirmou o direito ao divórcio, dessa vez sem limitar a quantidade de vezes, no entanto, manteve o mesmo sistema anterior: para divorciar é preciso

primeiro se separar. Em 2002, entrou em vigor o Código Civil, substituindo a codificação vigente desde 1916 e dispõe que “o divórcio poderá ser requerido, por um ou por ambos os cônjuges, no caso de comprovada separação de fato por mais de dois anos” (art. 1.580, § 2º). Somente, após cinco anos, surge a Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007, a qual é considerada uma conquista que facilita e agiliza o divórcio, autorizando o processamento desses pedidos pela via administrativa, através dos cartórios (Gonçalves, 2009). Assim, os cônjuges não mais precisariam recorrer ao judiciário para pedirem o divórcio ou a separação; esta lei introduziu o artigo 1.124-A ao Código de Processo Civil, a fim de ajustá-lo à nova legislação (Araújo, 2010).

Por fim, foi editada a Emenda Constitucional 66, de 13 de Julho de 2010, que modificou o artigo 226, §6º da Constituição Federal de 1988, colocando fim ao quesito temporal necessário para a realização do divórcio e eliminou o sistema binário do ordenamento jurídico, passando a vigorar como única forma de dissolução do casamento, o divórcio (Filho, 2010). Observa-se, pois, que estas mudanças representam conquistas que ocorrem a partir de uma evolução histórica, lenta, mas que deixa claro cada vez mais o afastamento da Igreja e do Estado das questões sobre a manutenção ou não do casamento.

Com isso, a facilidade de se divorciar, caso o casamento não obtenha êxito, aumentou acompanhando uma gradual mudança de comportamento da sociedade brasileira, que passou a aceitar o divórcio com maior naturalidade e a acessar os serviços de Justiça buscando sua formalização. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como mostrado anteriormente, apontam que, com isso, o Brasil registrou um salto de 161,4% em dez anos, entre 2004 e 2014, nos processos de divórcio (Brasil, 2014). Contudo, essa comodidade e o número elevado de divórcios traz um alerta para as consequências vivenciadas, sobretudo no âmbito psicológico, pelos ex-cônjuges. Assim, a seguir é problematizada os principais impactos e aspectos que envolvem o divórcio.

2.1.2. Aspectos do divórcio

O divórcio é a última decisão tomada por aqueles cônjuges que reconhecem não terem superado momentos de dificuldades após inúmeras tentativas de resolução de conflitos durante o casamento (Alves et al., 2014). Esse processo ocorre de forma diferenciada em cada família e afeta singularmente cada integrante (Cano et al., 2009). Não obstante, com a dissolução do casamento, a estrutura familiar sofre alterações, porém a organização parental continua naquelas famílias com filhos (Scalante, 2012), nas quais os pais separam-se do seu papel de parceiro romântico e íntimo, mas mantêm o companheirismo coparental (Mullett & Stolberg, 1999). Portanto, não se modificam os deveres dos pais com relação aos filhos, como previsto pelo legislador nos artigos 1.583 a 1.590 do Código Civil (Oliveira, 2011).

Estudiosos como Rique, Camino, Enright e Queiroz (2007) e Exline e Baumeister (2001) explicam que a maioria das injustiças e mágoas que as pessoas vivenciam faz parte da rotina das relações com outras pessoas na escola, no trabalho, na própria família e, muitas vezes, ocasionada por aqueles que são mais próximos, a exemplo de um cônjuge, podendo desencadear no divórcio. Por conseguinte, Lamela, Figueredo e Bastos (2010) asseveram que a maioria dos estudos conclui que as pessoas divorciadas experienciam mais *distress* psicofisiológico, perdas acentuadas na segurança econômica e financeira e no suporte social, alterações depreciativas na percepção do *self* e desestabilização emocional nos sistemas de procura e prestação de cuidados.

Ademais, as situações de conflitos no pós-divórcio envolvem choque de interesses e múltiplas batalhas travadas ao seu redor econômico e os vínculos que foram criados. Exigem que as experiências, independentemente de positivas ou negativas, sejam manejadas pelos cônjuges, pelos filhos ou quaisquer dos integrantes que compõe o sistema familiar (Alves et al., 2014). As emoções liberadas durante o processo de divórcio, que não estão adequadamente resolvidas, podem permanecer paralisadas por anos, devendo passar por um processo de

elaboração emocional, no qual cada parceiro busca recuperar esperanças, sonhos, planos e expectativas que foram investidos no ex-cônjuge (Carter & McGoldrick, 2001).

Dessa forma, destaca-se que as relações, mesmo sendo geradoras de felicidade e bem-estar, por vezes ocasionam tristeza e angústia. No campo teórico do divórcio, ainda são inconclusivas produções acerca das suas consequências, adequação e comportamentos que facilitem uma saudável adaptação. Logo, julga-se necessário seguir avançando em uma investigação sobre o impacto dos divórcios, identificando variáveis que possam servir para o tratamento ou intervenções preventivas dos indivíduos que vivenciam este acontecimento (Yárnoz-Yaben & González, 2012). Nessa direção, ressalta-se que situações pós-divórcio podem ser manejadas por meio do perdão, o qual apresenta-se como fator de proteção, dado que, no âmbito pessoal, comunitário e familiar, a qualidade das relações que as pessoas têm com os outros é amplamente determinada pela vontade de perdoar que elas manifestam em relação às pessoas ou grupos que as magoaram de modo intencional ou não, de modo severo ou leve, duradouro ou temporário (Neto & Mullet, 2012).

Diante do exposto, permite-se, a partir do próximo tópico, aprofundar e acrescentar produções acerca da temática do perdão, tendo em vista a complexidade supracitada envolvida no divórcio, na qual, o perdão é abordado como um integrante relevante e indispensável a ser estudado no processo de adaptação e mudanças pós-divórcio, haja vista que há uma relação positiva significativa entre o ato de perdoar e o bem-estar físico e psicológico da pessoa que perdoa (Leime et al., 2012).

2.2. Estudo do perdão

A revisão da literatura sobre o perdão em psicologia mostra uma consolidação do interesse recente das ciências humanas e da saúde em estudar o perdão (Blocher & Wade, 2010). Não obstante, é comum ser articulado com o Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, posto que a

ideia de que as pessoas, por serem perdoadas por Deus, deveriam perdoar seus próprios transgressores (McCullough & Witvliet, 2002).

Apesar da sua importância dentro destas crenças, o perdão não deve ser visto estritamente como uma virtude religiosa, embora o seu longo histórico e caminho filosófico estejam associados à religião (Montellano, 2012). Esse domínio religioso é apontado como uma possível causa de desinteresse pelo construto por parte dos pesquisadores (McCullough, Pargament, & Thoresen, 2001). Segundo Santana (2012), é impressionante que teóricos importantes e notáveis como Sigmund Freud, William James, Stanley Hall, Edward L. Thorndike, Gordon Allport, Carl Gustav Jung, Alfred Adler, não escreveram nada diretamente a respeito da temática.

Segundo McCullough, Pargament e Thoresen (2001) é possível identificar, já na década de 30, artigos teóricos e trabalhos empíricos, ainda que modestos, apresentando como uma novidade, minimamente explicativa, relacionados ao comportamento de perdoar. Abordando-o enquanto fenômeno, conselheiros pessoais com conhecimentos em saúde mental e com interesses religiosos esforçavam-se para relacionar a experiência de perdoar vindo de Deus com a saúde mental e o alívio de sintomas de algumas psicopatologias (Santana, 2011). Entretanto, é somente a partir da década de 80 que surge um interesse mais intensivo e metodologicamente estruturado voltado para o estudo do perdão, iniciando na comunidade terapêutica, depois da publicação do livro *“Forgive and Forget: healing the hurtz we don’t deserve”* de Lewis Smedes, em 1984 (Santana, 2012).

No Brasil, o interesse científico é mais tardio. Iniciando na primeira década de 2000, é possível encontrar referências ao tema em alguns livros e artigos publicados desde então. Quando pesquisado no Scielo Brasil, em 10 de dezembro de 2015, utilizando *“perdão”* como descritor, tem como resultado onze artigos. Ao realizar uma pesquisa no PePSIC (Periódicos

Eletrônicos de Psicologia), na mesma data, utilizando o mesmo descritor, apenas três produções foram encontradas.

Observa-se que, comumente nas publicações sobre perdão, existe um cuidado dos pesquisadores em definir e esclarecer como compreendem esse construto, sempre enfatizando que o modo como é compreendido tem implicações importantes na maneira como o estudam (Santana & Lopez, 2012). Logo, apresentam-se, a seguir, orientações que facilitam a compreensão do termo perdão e as principais divergências entre as perspectivas teóricas.

2.2.1. *Conceituação do perdão*

Etimologicamente, a palavra perdão provém do latim tardio: verbo *perdonare* (inicialmente com os significados de *dar e conceder*) e o substantivo *perdonum*, composto do prefixo *per* (*agrega os sentidos de por através de, e de plenitude*), que pode significar perfeição da ação e também afastamento, mais o substantivo *donum* (dom). Assim, perdoar significaria entregar um dom completamente sem exigir nada em troca (Beltrão, 2012). Já no latim clássico, não existe o verbo *perdonare*, mas sim *perdere*, com sentido de “perder”, mas também de “dar”. Podendo ser concebido como um superlativo da noção de doação, o mesmo ocorre se forem consideradas as formas inglesa (*for-give*) e alemã (*vor-geben*) do verbo, assim, o termo apresenta implicitamente um “dom” ou a capacidade de doar sem reservas (Barros, 2002).

No que diz respeito às tentativas das abordagens psicológicas em definirem o perdão, depara-se com uma clara falta de consenso (Van Dyke & Elias, 2007). Uma das grandes questões que caracterizam esse novo campo de estudo está relacionada justamente à questão da definição precisa deste construto (Worthington, 2005). A falta de uma definição consensual é encarada como um dos problemas mais importantes do campo (Enright & Coyle, 1998; Enright, Freedman, & Rique, 1998; Enright, Gassin, & Wu, 1992), sendo alcançado primeiramente o acordo sobre o que não pode ser caracterizado como perdão. Em relação a isto, a seguir

abordam-se as distinções feitas de alguns construtos que frequentemente são, erroneamente, associados por muitas pessoas como o ato de perdoar (Enright & Coyle, 1998).

Absolvição (*pardoning*), conceito relacionado à Justiça e que implica perdoar legalmente alguém da pena consequente à transgressão cometida. O perdão seria, assim, inútil e sem razão, porque a vítima não iria reconhecer a culpa por parte do ofensor. Este conceito envolve a justificação da ofensa, libertando o ofensor de qualquer responsabilidade. Uma pessoa que perdoa, não desiste de clamar por justiça.

Desculpas (*excusing*), necessita que o ofensor reconheça a existência de razões para agir de determinada forma. Quando se desculpa, finge-se que não está ofendido e aceita que o ofensor não tinha intenção de ofender. Mesmo que haja motivos razoáveis que expliquem a ofensa, e que esses sejam considerados, perdoar não é somente entender que não houve intencionalidade.

Esquecimento (*forgetting*), sugere que a ideia de que a memória da ofensa foi suprimida da consciência. Contudo, o processo de perdão não vai fazer esquecer dos acontecimentos dolorosos, mas apenas transformá-los em uma forma menos perturbadora que possam ser lembrados.

Negação (*denying*), refere-se a uma indisposição ou incapacidade para perceber que uma afronta tenha ocorrido. Contudo, fingir que nada aconteceu ou que não se sentiu magoado não é o mesmo que perdoar. Embora, antes que o perdão seja posto em prática, as pessoas possam inicialmente utilizar esse recurso como forma de evitar entrar em contato com os sentimentos dolorosos eliciados pela afronta.

Fazer vista grossa (*ondoning*), significa aprovar um comportamento que a maioria das pessoas pensa ser errado, que implicaria justificativa para a ofensa, liberando o ofensor de qualquer responsabilidade. Distintamente desta ideia, perdoar não é o mesmo que desistir do pleito por justiça ou por tolerância à injustiça.

Reconciliação (*reconciliation*), indica a restauração das relações. Pode-se perdoar sem reconciliar-se, mas não se pode reconciliar-se verdadeiramente sem que ocorra alguma forma de perdão. Quanto a este, por mais que exista a expressão perdão diático, a qual inclui na sua conceituação a expressão de reconciliação (Thompson et al., 2005), destaca-se que “a distinção filosófica básica entre perdão e reconciliação é que perdoar envolve a resposta de uma pessoa a uma ofensa, enquanto a reconciliação envolve duas pessoas relacionando-se bem novamente” (Enright et al., 1998, p. 49).

Ao observar as distinções pontualmente feitas por partes de estudiosos do tema, pode-se chegar a uma decisão apenas sobre o que não é perdão. Haja vista que existem algumas divergências acerca do que realmente é (McCullough et al., 2001), a saber: (1) se é um fenômeno intrapessoal ou interpessoal; (2) se está mais relacionado a abrir mão de sentimentos, comportamentos e pensamentos negativos ou se inclui também o acréscimo de elementos positivos ou a substituição daqueles por estes; e (3) em que extensão o perdão é, se um evento extraordinário – um processo que envolve transformações fundamentais na vida – ou se trata de algo bastante comum na experiência cotidiana das pessoas.

Quanto ao primeiro ponto, por um lado, o perdão, pode ser entendido como um processo intrapessoal (Hall & Fincham, 2005; McCullough et al., 2001). Ocorrendo internamente no indivíduo, traz mudanças nas cognições, nos comportamentos, nas emoções e/ou nas motivações da pessoa ofendida (Barbosa, 2015). Pesquisas a partir dessa perspectiva têm se centrado mais na pessoa ofendida, focando os preditores do perdão, os processos através dos quais as pessoas afrontadas perdoam e as consequências do perdão para as mesmas (Santana & Lopez, 2012).

Por outro lado, há autores que conceituam perdão como um processo interpessoal (Exline & Baumeister, 2001; Enright & Fitzgibbons, 2000; Enright & North, 1998). Nessa perspectiva, o relacionamento é a unidade de análise dos estudos, observando como as pessoas

se comportam em relação às outras depois de incidentes. A maioria dos estudos tende a concentrar-se nas experiências intrapessoais da vítima (McCullough et al., 2001), entretanto, vale ressaltar que Denham, Neal, Wilson, Pickering e Boyatzis (2005) enfatizam a necessidade de se estudar o perdão não separando suas dimensões intra e interpessoal, por tratar-se de uma construção psicossocial, a qual envolve, simultaneamente, transformações interna e externa.

O segundo ponto que não converge entre os estudiosos diz respeito aos aspectos negativos e positivos que envolvem o perdão. Alguns definem como um processo que basicamente produz uma diminuição na frequência de pensamentos e ações negativas em relação ao ofensor, não necessitando da substituição por ações positivas (Gordon, Baucom, & Snyder, 2004; Temoshok & Chandra, 2001; Thorensen, Harris, & Luskin, 2001). Tais autores fazem uma distinção entre livrar-se de sentimentos negativos e reconciliação, sugerindo que esses fenômenos se apresentam de forma independente (Santana & Lopez, 2012).

Contudo, outros pesquisadores (Enright & Coyle, 1998; McCullough et al., 2001, Worthington, 2005) expandem essa concepção, afirmando que perdoar está além de livrar-se dos aspectos negativos, ocorrendo expressões positivas de sentimentos, pensamentos e comportamentos em relação ao ofensor como essenciais para a concretude do perdão. Nessa linha, evidenciando a estreita relação do perdão com a reconciliação, Goldring (2011) acredita que para ocorrer o perdão é necessário mais do que apenas a benevolência, faz-se necessário existir compaixão, altruísmo ou mesmo, o amor.

Por fim, o terceiro ponto aborda a ocorrência do perdão no cotidiano das pessoas. Podendo ocorrer de duas maneiras: (1) extraordinária, pouco comum; e (2), mais frequente, ordinária. O indivíduo que experiencia forma extraordinária de perdão pode ter mais probabilidade de responder com perdão quando enfrenta insultos e injúrias mais comuns, presentes em seu cotidiano. E pessoas com experiências e prática com formas ordinárias de perdão, em resposta a ofensas menores, podem estabelecer o estágio para expressões mais

profundas de perdão em resposta a traumas de vida maiores que a pessoa possa, porventura, ter vivido ou ainda vivenciar (Pargament, McCullough, & Thoresen, 2001).

Para além destes três pontos de controvérsias, perdão pode ser definido, ainda de acordo com as suas propriedades, como sendo: (1) uma resposta a transgressões, (2) disposição da personalidade e (3) características de unidades sociais. Tendo em vista a primeira perspectiva, o perdão é entendido como uma mudança pró-social no pensamento da vítima, emoções e/ou comportamentos para com o transgressor. Quanto às transgressões, consideram-se eventos percebidos como uma violação às expectativas e suposições que as pessoas demonstram de como elas, os outros, e o mundo têm a obrigação moral de serem (Barbosa, 2015).

Como uma disposição da personalidade, o perdão pode ser entendido como uma propensão para perdoar, entre outras variedades de circunstâncias interpessoais que se expressam, conscientemente ou não, em diversas situações da vida diária. Nesse sentido, as pessoas recaem num contínuo de perdão/não perdão, no qual a maioria das pessoas, por definição, ficam ao longo de uma média da população (McCullough & Witvliet, 2002; Mullet, Houdbine, Laumonier, & Girard, 1998). Como qualidade de unidades sociais, o perdão pode ser entendido como um atributo similar à intimidade, confiança ou compromisso. Algumas estruturas sociais (e.g., casamentos, famílias ou comunidades) são caracterizadas por terem um alto grau de perdão (McCullough, 2000; McCullough & Witvliet, 2002).

Diante deste cenário de distinções no arcabouço teórico do perdão produzido até o momento, destaca-se a importância de conhecer as produções e contribuições de pesquisadores que se esforçam para operacionalizarem este construto multidisciplinarmente abordado. Logo, buscando os principais pontos de convergência da literatura consultada, a seguir, apresentam-se os principais modelos teóricos:

2.2.2. Modelos teóricos do perdão

Robert Enright e o Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento Humano foram pioneiros, e atualmente os mais conhecidos, nos estudos sobre a psicologia do perdão. Examinaram teórica e empiricamente como a inclinação para pedir perdão e a capacidade de perdoar desenrolam-se ao longo do ciclo de vida (Enright & Fitzgibbons, 2000; Enright & North, 1998; Enright & The Human Development Study Group, 1991). Adotando uma visão cognitiva do desenvolvimento, Enright, Freedman e Rique (1998) definem o perdão como “uma atitude moral e vontade de abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos negativos e comportamentos negativos em direção a quem ofendeu injustamente, nutrindo, simultaneamente, sentimentos desmerecidos de compaixão, misericórdia e, até mesmo, amor ao ofensor” (pp. 46-47).

Nesta perspectiva, Leime, Luna, Leite e Neto (2012) comentam que a redução dos componentes negativos e o aumento dos componentes positivos associados à atitude de perdoar são vistos como processos complementares e indissociáveis. Além disso, para Enright et al. (1998), o perdão é interpessoal, ocorrendo apenas entre pessoas, sendo fundamental que quem perdoa desenvolva uma postura benevolente em relação a quem transgride. Segundo Santana e Lopez (2012), essa escolha inclui mudanças em três dimensões: emoção (superação do ressentimento por meio da compaixão), cognição (superação da condenação por meio do respeito e/ou generosidade) e comportamento (superação da indiferença ou tendência à vingança por meio de um senso de boa vontade, ou mesmo de condutas de reaproximação), estando essas três dimensões integradas (Worthington, 2005).

Além disso, encontram-se na literatura outros autores mais orientados cognitivamente, como Luskin (2007) e Flanigan (1998), que afirmam que o perdão ocorre na mudança no modo como a pessoa interpreta a situação de mágoa. Não obstante, também existe uma definição que não inclui somente pessoas: Thompson et al. (2005), com uma proposta mais abrangente de situações que podem fugir do controle (e.g., o destino ou um desastre natural), definem o perdão como o reenquadramento da percepção de uma transgressão, transformando as respostas e as

sequelas negativas em neutras ou positivas. Snyder e Lopez (2007) a consideram uma das mais abrangentes dentre todas as definições já propostas.

Worthington (2005), por sua vez, menciona que a formação do perdão ocorre por dois tipos. Existe o decisional, o qual envolve mudança nas intenções de se comportar em relação ao transgressor, e o emocional, caracterizado pela substituição de emoções negativas por outras emoções positivas. Essa visão foi influenciada por DiBlasio (1998), estudioso que propôs a ideia de perdão baseado em decisão, definindo-o como uma mudança na força de vontade empregada pela pessoa ofendida com a finalidade de suprimir comportamentos nocivos direcionados ao ofensor.

Nesse estudo, haja vista a importância de definir e esclarecer como o perdão é compreendido, elegem-se McCullough e Witvliet (2002) como os estudiosos que de forma mais simples e direta operacionalizam o construto. Para esses autores, partilhando da ênfase na conexão emoção-motivação de Worthington, o perdão acontece quando ocorrem mudanças nas motivações que envolvem a cessação de vingança e um decréscimo da fuga. Logo, o perdão caracteriza-se como um conjunto de mudanças intraindividuais e pró-sociais que a vítima experimenta quando perdoa a um ofensor dentro de um contexto específico (McCullough, 2000), sendo o fato de perdoar independente de uma reaproximação ou, até mesmo, reconciliação entre os envolvidos.

Nessa linha, abordando a discussão teórica desta dissertação, McCullough, Worthington e Rachal (1997) asseveram que o perdão é uma construção social e psicológica, na qual, a pessoa tem consciência de ter sido vítima de uma injustiça, compreende que o ofensor não merece a sua compaixão e o seu amor, mas abandona os sentimentos negativos e oferece-lhe sentimentos positivos. Dessa maneira, o perdão configura-se como promotor de harmonia social (Gouveia et al., 2015) e, ainda, um sentimento ou vivência, em que a pessoa tem um direito especial de perdoar ou não a quem a feriu ou causou-lhe mágoa (DeShea, 2003; Menezes,

2009). Não obstante, devido à natureza benevolente do ser humano (McCullough, 2000), a tendência em situações de mágoa, como, por exemplo, o fim de um relacionamento, é que as pessoas se motivem a perdoar.

É importante mencionar que, segundo Pargament et al. (2001): “essas diferenças nos sentidos atribuídos ao perdão não são necessariamente problemáticas neste estágio recente dos estudos. Tal heterogeneidade pode, de fato, contribuir para um quadro mais dimensional do perdão” (p 304). Mesmo havendo muitas diferenças na definição do perdão por parte das pessoas comuns no seu cotidiano e profissionais da área clínica, é possível verificar que os pesquisadores convergem em aspectos que estão presentes nas diferentes perspectivas, podendo assim ser encontrados pontos de coesão (Strelan & Covic, 2006), a saber: (1) o perdão implica uma diminuição no ressentimento; (2) o reconhecimento de que a ofensa foi injusta, dando o direito de estar ferido ao ofendido e; (3) a desistência da raiva e da vingança, nutrindo sentimentos positivos ao transgressor.

Ademais, o verdadeiro perdão deve também ser distinguido do pseudoperdão. Conceito abordado por Enright et al. (1998), descreve um meio de exercer poder ou superioridade moral sobre o transgressor, fazendo-o sentir eternamente endividado em relação à pessoa ofendida (Barbosa, 2015). Logo, faz-se necessário esclarecer que a redução dos elementos negativos, sem o aumento, concomitante, dos elementos positivos, não significa o perdão genuíno, mas, provavelmente, uma etapa do processo (Enright & The Human Development Study Group, 1991).

Dessa forma, além de especificar o que se entende por perdão, julga-se importante investigar as suas variáveis antecedentes e consequentes. A seguir, serão mencionados estudos correlatos por considerarem o perdão um objeto de investigação fundamental, tanto para os especialistas em assuntos religiosos como para os psicólogos (Leime et al. 2012). Quanto à psicologia, nota-se um interesse das diferentes áreas (social, clínica, do desenvolvimento, da

saúde e da educação), as quais, através de pesquisas e práticas, buscam apropriar-se da temática por reconhecerem o seu potencial e suas implicações na saúde mental e física das pessoas (DeShea, 2003; Gouveia et al., 2009; Karremans, Van Lange, Ouwerkerk, & Kluwer, 2003).

2.2.3. Correlatos do perdão

Dentre os diferentes delineamentos abordados para o estudo com o perdão, destacam-se os correlatos com o bem-estar psicológico do indivíduo (McCullough, 2000; Toussaint, Owel, & Cheadle, 2012), com a justiça (Exline, Worthington, Hill, & McCullough, 2003) gratidão (McCullough, Kilpatrick, Emmons, & Larson, 2001) e valores (Strelan, Feather, & McKee, 2011). Também, é importante atentar-se para a influência da diferença de gênero no perdão (Toussaint & Webb, 2005); a relação com as atitudes e proximidade na relação com o ofensor (Fehr, Gelfand, & Nag, 2010); assim como o benefício do perdão nas relações familiares (Maio, Thomas, Fincham, & Cernelley, 2008).

Ademais, Ferreira (2013) assevera que estudos realizados têm demonstrado uma correlação inversa do perdão com hostilidade, ansiedade e depressão. Outros estudos demonstram isso abordando variadas formas de psicopatologia (Berry & Worthington, 2001; Maltby, Macaskill, & Day, 2001); raiva (Thompson et al., 2005; Tse & Yip, 2009), rumações sobre a transgressão (Ysseldyk, Matheson, & Anisman, 2007) e suicídio (Sansone, Kelley, & Forbis, 2013).

Acrescenta-se a isso a correlação negativa com a intensidade da mágoa, tendo em vista que, dentro dos padrões normais do desenvolvimento, após uma grande mágoa, é mais difícil o perdão completo e espontâneo, o qual é oferecido proporcionalmente à qualidade da relação mantida, em maior grau à família e aos amigos (Rique & Camino, 2010). Destacam-se também os benefícios associados ao perdão (redução do stress, paz mental, diminuição da tensão arterial, sono mais descansado, melhoria do sistema imunológico, alívio de dores crônicas, vida mais longa; Bono, McCullough, & Root, 2004; McCullough & Witviliel, 2002), caracterizando-o

como promotor de sustentação, segurança e libertador da ruminação cognitiva e da raiva. Contrariamente, não perdoar faz a pessoa sentir-se desamparada, desprotegida e permanecer na posição de vítima (Menezes, 2009; Ramos, 2005).

Os estudos com variáveis demográficas sugerem que a idade é uma variável determinante para o ato de perdoar (Riek & Mania, 2012). Especificamente, com o avanço da idade, ocorre a diminuição do desejo de vingança (Mullet, et al., 1998) e a capacidade de perdoar aumenta (Fehr et al., 2010; Steiner et al., 2011). Os idosos sentem-se felizes, na medida em que conseguem estabelecer um certo grau de relacionamento com os outros, o qual influencia também a saúde e a longevidade: quanto maior for o número e a qualidade das relações, mais longamente se tende a viver e a ser menos afetado por doenças (Simões, 2006). Dado que a vida das pessoas mais velhas é percebida como limitada e com o fim próximo, dão mais importância para vivências emocionais e a manutenção de seus relacionamentos (Lang & Carstensen, 2002), logo, um posicionamento benevolente facilita a satisfação da necessidade de pertença a um grupo social, a uma família, ou a um grupo de amigos.

Quanto ao sexo, independentemente do tipo de transgressão, as mulheres perdoam mais facilmente que os homens, os quais buscam justiça com as próprias mãos e comportam-se de forma agressiva, inclinando-se para o sentimento de vingança em situações de ofensas; enquanto as mulheres priorizam relações harmoniosas (Miller, Everett, Worthington, & McDaniel, 2008; Mullet et al., 1998). Entretanto, resultados demonstram que o efeito do gênero é muito pequeno (Fehr et al., 2010), porém, a relação do perdão com outras características, por exemplo, a empatia (Mellor, Fung, & Mamat, 2012; Rique & Camino, 2010) é mediada pelo sexo dos indivíduos (Andrade, 2014).

Dado o ato de perdoar como uma virtude da maioria das religiões, reconhece-se que as pessoas religiosas perdoam mais facilmente (Mullet, Barros, Usai, Neto, & Shafighi, 2003; Webb, Toussaint, & Conway-Williams, 2012), pois ensinamentos religiosos podem ajudar a

diminuir o ressentimento e a dor causada por ofensas, encorajando as pessoas a perdoarem e mostrando como o fazer (Menezes, 2009), incluindo as orações, leituras de escrituras religiosas e justificações teológicas para o perdão (Rye, 2005).

Dimensões da personalidade, como a agradabilidade, facilitam o perdão. Em contrapartida, o neuroticismo configura-se como um obstáculo. Pessoas com características da agradabilidade apresentam menos motivação para vingança, são menos propensas a ruminar, não guardam rancores e dão importância à manutenção dos relacionamentos (McCullough & Hoyt, 2002). Já o neuroticismo, estando relacionado a negativos estados de humor e uma instabilidade afetiva, faz com que indivíduos neuróticos sejam mais propensos a esquivar-se de situações que podem prejudicá-los, incluindo a baixa autoestima, além do que a própria vitimização interfere na habilidade de responder eficazmente uma situação de transgressão (Watson, Clark, & Tellegen, 1988).

Contraditoriamente aos diversos relatos acerca das consequências positivas do perdão, McNulty (2010, 2011) tem demonstrado que perdoar uma ofensa pode acarretar sérias consequências negativas, visto que tende a aumentar a reincidência das transgressões. Estudos como esses, são explicados à luz da teoria da aprendizagem operante (Skinner, 1963), segundo a qual um comportamento tende a manter-se caso seja seguido de consequência positiva, ou mesmo que não proporcione consequências negativas para o organismo.

Nessa linha, o ato de perdoar como um processo associado à reconciliação e restabelecimento das relações previamente mantidas tende a promover comportamentos abusivos, aumentando a probabilidade da ocorrência de outra transgressão (Andrade, 2014; Hook et al., 2012). Entretanto, a exemplo dos abordados aqui, estudos sugerem (Bono et al., 2004; Ferreira, 2013; Maio et al., 2008; McCullough, 2000; McCullough & Witvliet, 2002; Toussaint et al., 2012), no geral, consequências benéficas e uma relação com uma visão de

mundo mais positiva. Levam as pessoas a reconhecerem as suas agressões direcionadas aos outros, oferecendo uma via de superação e habilidades de estabelecer novos relacionamentos.

Ademais, o fato de aprender a perdoar configura-se como uma resposta idiossincrática, um processo demorado, que varia de pessoa para pessoa (Vandenplas-Hopler, 2000). Envolvendo um importante trabalho intrapsíquico, com uma elaboração consciente e inconsciente do ressentimento de cada um, além de um posicionamento da ofensa no contexto ocorrido (Horwitz, 2003), a complexidade para atingir o perdão autêntico é agravada por situações que envolvam mais do que a transgressão em si. No caso do divórcio, tais situações são acompanhadas por toda a história do casamento, por filhos e a frustração das expectativas. Nesse sentido, acrescenta-se o que já foi comentado anteriormente, no início deste capítulo, acerca do divórcio, justificando assim a atenção dedicada ao tema: perdão no âmbito do divórcio, abordado no tópico seguinte.

2.3. Perdão no âmbito do divórcio

Muitas pessoas casam-se com a ideia de que o matrimônio é para vida toda, e que o sacramento é sagrado por natureza. A tarefa de redescobrir o que significa a desintegração do casal, e até perdoar o ex-parceiro (ou perdoar a si mesmo) pela incapacidade de manter o relacionamento, é um trabalho que acompanha o complicado processo que envolve o divórcio. Dessa forma, a perda de um parceiro é muitas vezes um evento traumático, com efeitos adversos no bem-estar psicológico do indivíduo, considerando que a decisão de casar-se para viver juntos para sempre é interrompida (Yárnoz-Yaben, Garmendia, & Comino, 2015) e exige um processo de ressignificação frente ao fracasso, ao controle sobre os eventos e atribuição de responsabilidades (Koenig-Kellas, Bean, Cunningham, & Cheng, 2008). Concomitante ao perdão frente ao ex-cônjuge, pode derivar positivos significados para o divórcio, integrando-os em uma narrativa coerente, deixando de vez as fantasias de retaliação, vingança, ódio e

ressentimento contra o transgressor, podendo assim canalizar essa energia para novos projetos (Menezes, 2009; Yárnoz -Yaben et al., 2015).

Poderia ser feita uma analogia entre a perda de um parceiro por viuvez e pelo divórcio. Entretanto, há indicações de que, devido à natureza da perda, é mais difícil de ajustar-se frente ao divórcio. Ao contrário de viuvez, este é um processo voluntário, repleto de ambivalências. A morte muitas vezes permite uma idealização do falecido, suas características pessoais e sua maneira de se relacionar. No divórcio, não é possível utilizar esse mecanismo (Yárnoz-Yaben, 2015). Talvez por essa razão, um número crescente de publicações na área específica da ruptura do vínculo, aborda o perdão com diferentes aspectos de adaptação à nova situação, a exemplo do ajuste das crianças ao divórcio dos pais (Freedman e Knupp, 2003) e modelos de enfrentamento e relação com o ex-parceiro (Mazor, Batiste-Harel, & Gampel, 1998).

Nesta linha de pensamento, diversos estudos sinalizam que níveis mais elevados de perdão estão associados a uma melhor adaptação ao divórcio. Por exemplo, Rye, Folck, Heim, Olszewski e Traina, (2004) mostram, em uma amostra de 199 pessoas divorciadas, que o perdão está associado à saúde mental. Yárnoz-Yaben, Comino e Garmendia (2012) encontraram aspectos da adaptação ao divórcio relacionados ao grupo familiar quando o ex-cônjuge é perdoado. Pais divorciados que perdoam seus ex-parceiros são capazes de realizar um reenquadramento cognitivo das ofensas passadas (Bonach & Sales, 2002), atribuindo menores níveis de culpa e um julgamento mais brando, passando a experienciar menos conflitos e mais cooperação na criação dos filhos (Yárnoz – Yaben & González, 2012), diminuindo também os problemas comportamentais, quando relacionados com o apoio recebido do ex-parceiro (Yárnoz-Yaben et al., 2012).

Esses aspectos são influenciados diretamente ao tempo de divórcio, aumentando, proporcionalmente, as interações positivas com o avançar dos anos (Lamela et al., 2010). Além disso, seguir a vida e, em muitos casos, relacionar-se com novos companheiros, pode ser uma

estratégia de enfrentamento saudável que auxilia na diminuição da vinculação. Consequentemente, evita que desejos de vinganças e sentimentos negativos estejam presentes no cotidiano (Feeney & Monin, 2008), fato que é acelerado quando o processo de divórcio é menos doloroso para os parceiros (Madden-Derdich & Arditti, 1999).

Dada a importância do processo de perdoar na vida das pessoas, estima-se realizar, com êxito, a tarefa de sua avaliação, sendo as medidas psicológicas, neste processo, uma eficaz ferramenta. Logo, a seguir, serão comentados os principais instrumentos explícitos para medir o perdão, seguidos de uma medida destinada a mensurá-lo no âmbito do divórcio ou separação, haja vista que um dos objetivos deste trabalho é verificar as qualidades psicométricas desta escala.

2.4. Mensuração do perdão

Como mencionado, é recente, mas crescente, o interesse por estudar o perdão. Nessa tarefa, McCullough, Hoyt e Rachal (2000) sugerem atentar-se para a origem do perdão, se parte do agressor ou de quem foi ofendido. E mesmo sendo considerada difícil a atividade de mensurar o ato de perdoar, Barros (2002) apresenta algumas possibilidades para medi-lo; dentre algumas formas, a introspecção, o testemunho próprio ou de outras pessoas, por meio dos diversos tipos de observação e o questionário, sendo este o instrumento mais frequentemente utilizado. Barbosa (2015) menciona que as medidas podem se agrupar em dois diferentes tipos: implícitas, as quais tem a intenção de acessar as associações automáticas e espontâneas, que fogem ao controle consciente dos indivíduos; e explícitas, as quais ocorrem conscientemente, e os indivíduos podem depreender mais fácil e diretamente do que tratam seus conteúdos. É possível, a partir de um levantamento de dados, realizado nas bases de dados Periódico CAPES e Google Acadêmico, encontrar atualmente diferentes escalas, algumas apresentadas a seguir, que exploram este construto e que permitem avaliá-lo.

Não obstante, reconhece-se a importância e contribuições de medidas implícitas, mas destina-se a apresentar algumas das principais medidas explícitas encontradas na literatura. Dentre os instrumentos, primeiramente comenta-se sobre os que objetivam avaliar o perdão no contexto de uma infração ou de uma relação específica, tomando o perdão como estado, momentâneo e passageiro. Como é o exemplo da *Wade's Scale Forgiveness*, desenvolvida por Susan Wade (1989), que contém 83 itens focalizando uma definição operacional de perdão a partir de entrevistas com psicólogos (clínicos/ acadêmicos) e líderes de igrejas.

Tomando como base as duas escalas deste instrumento, evasão e vingança, McCullough, Rachal, Sandage, Worthington, Wade-Brown e Hight (1998) desenvolveram o *Transgression Related Interpersonal Motivations Inventory* (TRIM), preenchendo a lacuna de instrumentos psicométricos que permitissem a compreensão do perdão interpessoal, mensurando as mudanças motivacionais. O TRIM tem sua atual versão composta por 18 itens e três escalas (benevolência, evitamento e vingança) com um alfa de Cronbach geral de 0,93 (McCullough, Root, & Cohen, 2006).

Buscando suprir a necessidade de uma escala relativamente breve e que contém perguntas sobre ambas as respostas positivas e negativas em relação infratores, Rye, Loiacono, Folck, Olszewski, Heim e Madia, (2001) apresentam *Forgiveness Scale* - Escala de Perdão, que consiste em duas dimensões: presença de aspectos positivos (5 itens) e ausência de negativos (10 itens), apresentando alfas de Cronbach de 0,85 e 0,86, respectivamente.

Quanto à disposição para perdoar, entendida como uma tendência geral, estável ao longo do tempo e em diferentes situações, destaca-se a *Willingness to Forgive* (WTF). Criada por DeShea (2003), em sua versão final ficou composta por 12 itens redigidos em forma de cenários, simulando situações de transgressões envolvendo pessoas com as quais o indivíduo potencialmente convive, faz uso de cenários escritos como se a transgressão acabasse de ocorrer, de modo que os participantes possam dar sua primeira impressão de como eles estariam

dispostos a perdoar à pessoa destacada no cenário. Adaptada para o Brasil por Gouveia et al. (2015), teve sua estrutura unifatorial comprovada, $X^2/g.l. = 3,39$, GFI = 0,90, AGFI = 0,85, CFI = 0,87 e RMSEA = 0,089 (IC90% = 0,075-0,104), além de apresentar evidências de fidedignidade (CC = 0,85) e invariância fatorial adequadas.

Encontra-se também a *Tendency to forgive scale* (TTF), uma breve medida composta por 4 itens, desenvolvida por Brown (2003) para mensurar a tendência para o perdão, apresentando alfa de Cronbach próximo de 0,80. Além da desenvolvida por Thompson et al. (2005), *Heartland Forgiveness Scale* (HFS), instrumento composto por 18 itens divididos em subescalas que avaliam o perdão de si mesmo, dos outros e de situações. A escala apresentou consistência interna satisfatória, medida pelos alfas de Cronbach (superiores a 0,70 para todas as subescalas).

Outros instrumentos buscam avaliar atitudes em relação ao perdão, destaca-se o criado por Subkoviak et al, (1995), *Enright Forgiveness Inventory* (EFI), tomado como base o modelo teórico das atitudes proposto por Enright et al. (1991), com itens relativos as seis dimensões teóricas do perdão (afetos positivos e negativos, julgamentos positivos e negativos, comportamentos positivos e negativos). Essa escala foi adaptada para o Brasil por Rique (1999) e teve suas qualidades psicométricas avaliadas por Rique, Camino, Santos e Gouveia (2009) e por Andrade (2014); resulta na Escala de Atitudes para o Perdão, composta por 60 itens e 6 subescalas, apresentando índices de ajustes adequados [CFI = 0,94; TLI = 0,94; RMSEA = 0,057(0,055-0,060)] e é uma das medidas mais utilizadas na área.

Como apresentado, existem algumas medidas de autorrelato na literatura que se destinam a medir o perdão, abordando-o de diferentes perspectivas. No Brasil, tais instrumentos ainda não são muito utilizados, reflexo do recente interesse pela temática, datado do início deste século. Com o intuito de conhecer os instrumentos disponíveis para avaliar o perdão em situações específicas, não hipotéticas, como é o caso do divórcio, realizou-se busca na base de

dados *Dialnet*, no dia 11 de abril de 2016, utilizando “*Evaluation of Forgiveness in Divorce*” como descritores, tendo como resultado apenas um artigo.

Nele as autoras constroem o *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S), a seguir detalhado, que por sua vez ainda não tem suas qualidades psicométricas testadas no contexto brasileiro, entretanto, tem a vantagem de abordar aspectos do perdão, tais como não guardar ressentimentos, rancor e raiva, diminuição de sentimentos negativos e aumento de compaixão frente ao ex-cônjuge. Assim, parece justificável buscar a sua adaptação para o Português brasileiro e reunir evidências de validade e precisão.

2.4.1. Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación (CPD-S)

O CPD-S é um instrumento breve, composto por 5 itens, criado em espanhol que objetiva avaliar o perdão diante do ex-parceiro. Construído e adaptado por Yárnoz-Yaben e González (2012), teve seus dados coletados originalmente em uma amostra de 223 pais divorciados de diferentes lugares da Espanha. Inicialmente utilizou uma base com 15 itens, baseados em outros questionários, como alguns dos mencionados anteriormente, os quais cobriam diferentes aspectos do perdão relacionados à situação de divórcio e separação (e.g., desejo de vingança, rancor, ou diferentemente, perdão total, compaixão e benevolência relacionado ao ex-cônjuge).

O questionário foi submetido a uma dúzia de professores, especialistas no trabalho com pessoas divorciadas. Após as modificações sugeridas, foi aplicado em uma amostra preliminar de divorciados, a fim de verificar a qualidade psicométrica dos itens. Foram eliminados os itens que não apresentaram índices aceitáveis, totalizando a versão final com 5 itens todos pertencentes a um único fator que explicou 48% da variância total. Essa versão apresenta-se como uma opção vantajosa por ser uma medida breve com itens que representam o perdão genuíno (Eu perdoei o meu/minha ex-parceiro(a); Espero que meu/minha ex-parceiro(a) receba o que merece por todo mal que ele/ela me fez) no cenário específico do divórcio\separação,

além de se apresentar como um instrumento válido e confiável, com uma boa consistência interna (alfa de Cronbach = 0,77) e com validade de construto adequada, ressaltando-se que suas relações são apoiadas nas correlações com medidas que mensuram a adaptação ao divórcio (Yárnoz-Yaben & González, 2012).

Nesses últimos anos o CPD-S vem sendo utilizado na Espanha com o fim de analisar o lugar do perdão posteriormente ao divórcio. Aplicado paralelamente a outras medidas, visa buscar as suas relações com o bem-estar subjetivo, satisfação com a vida, adaptação com a separação (Yárnoz-Yaben et al., 2015) e, como variáveis sócio-demográficas, a exemplo da idade, renda, anos de casados e números de filhos, estão correlacionadas e influenciam significativamente o perdão (Yárnoz-Yaben, 2015).

A partir do exposto, parece justificada a execução desta investigação com o uso da medida apresentada, dada a importância de avaliar o perdão, sobretudo no âmbito do divórcio, o qual está atravessado por todas as particularidades anteriormente comentadas. Ressalta-se que o divórcio, proporcionando uma busca de resignificação da história de vida dos envolvidos, caracteriza-se como uma transgressão, à medida que é tomada essa decisão, quando o casamento não atinge as expectativas dos cônjuges, violando assim as esperanças, sonhos, planos e expectativas depositadas (Menezes, 2009).

Logo, por estudos como este não ser encontrados em contextos brasileiros, serão dedicados esforços para contar com um instrumento específico de avaliação, pensando em contribuir com o avanço científico da área e com o trabalho da psicologia na resignificação do fim do casamento, colaborando no processo de adaptação das pessoas divorciadas, posto que atitudes positivas promovem condições para o desenvolvimento pleno, saudável e positivo dos aspectos biológicos e sociais dos seres humanos (Paludo & Koller, 2007). A partir disso, segue-se com um capítulo referente à psicologia positiva, especificamente abordando o fenômeno do

crescimento pós-traumático como uma variável consequente do ato de perdoar no âmbito do divórcio.

Este capítulo versa sobre o crescimento pós-traumático, passando pela Psicologia Positiva, movimento que surge no início do século XXI como uma crescente e afirmativa perspectiva que busca um equilíbrio do foco dos estudos realizados na Psicologia. Apresenta áreas e diretrizes de atuação, perpassando por sua evolução histórica e objetivos. Destacam-se os seus diferentes pilares e construtos por ela abordado, sobretudo o crescimento pós-traumático. Ainda nesta oportunidade, o conceitua, apresentam-se modelos teóricos e uma possibilidade de avaliação. Por fim, enfatizam-se os correlatos e potencialidades do tema, a exemplo do destaque feito para a busca inovadora da relação do construto com o perdão e os valores humanos.

3.1. Surgimento da Psicologia Positiva

Historicamente, a tradição dos estudos e atuações da Psicologia são direcionadas para preocupação com correções de danos e patologias. Com preferência em abordar os temas que afligem a humanidade, desmotivam-se a estudar e deixam passar por despercebido as experiências que promovem a felicidade (Fonseca, 2011). Sendo pautada no modelo médico, negligencia aspectos positivos e virtuosos dos seres humanos com uma visão equivocada de que a ausência de enfermidades significa bom funcionamento psíquico (Cardoso, 2013).

Contudo, a Psicologia, a partir do início do século XXI, tem apresentado crescente interesse nos novos aspectos da vida do ser humano. Nessa linha, Seligman (2002; 2004) assevera que a Psicologia deve buscar aumentar o seu campo de estudo, nutrindo o que há de melhor no indivíduo, chamando atenção para a necessidade de compreender os aspectos positivos do cotidiano das pessoas, como, por exemplo, satisfação, alegria, autoconfiança, esperança, humor, entre outros que podem proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida. Nesse cenário, enfatiza-se o surgimento da Psicologia Positiva (PP) como uma nova abordagem para antigas questões (Paludo & Koller, 2007), com uma proposta que busca equilibrar e

harmonizar a Psicologia em termo de foco, com temas afirmativos e construtivos, produzindo estudos que ampliam olhares e abordam os aspectos virtuosos e as forças pessoais que todos os seres humanos possuem (Cardoso, 2013; Marujo, Neto, & Balancho, 2013; Noronha, Dellazzana-Zanon, & Zanon, 2015).

Seligman e Csikzentmihalyi, em um artigo intitulado “*Positive Psychology: an introduction*”, publicado na *American Psychologist* em 2000, concluem a necessidade dessa mudança de foco. Nessa produção, os autores relatam experiências pessoais nas quais presenciaram e identificaram habilidades que refletiam forças e qualidades de pessoas e comunidades. Tais mudanças ganharam força a partir de 1998, quando Martin Seligman assume a presidência da Associação Americana de Psicologia (APA) e instiga os psicólogos a criarem uma Psicologia das forças e virtudes, nutrindo o que existe de melhor nos indivíduos. Nessa perspectiva, o termo Psicologia “positiva” se refere aos aspectos saudáveis do indivíduo, capazes de fazer com que ele e sua comunidade prosperem e se desenvolvam de forma saudável (Pacico & Bastianello, 2014).

Seligman (2002) afirmou acreditar que uma Psicologia do funcionamento humano positivo iria emergir e atingir o reconhecimento científico, contribuindo com intervenções eficazes para construir indivíduos, famílias e comunidades prósperas, nas quais por mais que eventos estressores, doenças e fraquezas fossem presentes em algum momento, as qualidades e oportunidades de superação, sobretudo através de reconhecimento de pontos fortes e capacidades, seriam evidenciadas. Nos dias atuais, a PP tem atravessado um momento de crescimento inimaginável com diversos debates para construir vidas melhores (Vázquez, 2013), superando o enfoque na reparação de danos e focalizando no que faz a vida ter seu valor (Pacico & Bastianello, 2014).

Segundo Rich (2001), a PP tem suas raízes na Psicologia humanista, contudo, essas referências são desconsideradas. Observa-se, assim, que mesmo autores como Willian James,

psicólogo tradicional e considerado como o primeiro psicólogo positivo em 1954; Maslow, que na primeira edição do seu livro, *Motivation and Personality*, afirmava que o potencial humano ainda não havia sido compreendido de maneira completa e Carl Rogers (1969), principal representante da psicologia humanista, não tiveram ideias suficientemente atrativas por pesquisadores que abordam a PP e afirmam tratar-se de um movimento novo (Palludo & Koller, 2007). Seligman e Csikszentmihalyi (2000) apontam a falta de rigor metodológico e a inconsistência dos resultados empíricos como principais motivos para o enfraquecimento da Psicologia Humanista. Portanto, ambas as perspectivas aproximam-se pelo mesmo interesse, porém diferem ao promover o potencial humano de modo distinto (Watermann, 2013).

Pode-se traçar um panorama que já incluía o uso de conceitos utilizados anteriormente à criação do movimento, porém, o seu surgimento foi necessário para promover a concentração de trabalhos dessa natureza com rigor científico. Assim, para Seligman e Csikszentmihalyi (2000), a PP se caracteriza como o estudo dos sentimentos, emoções, instituições e comportamentos positivos que têm a felicidade humana como seu objetivo final. Portanto, instiga os pontos fortes das pessoas e promove seu funcionamento pleno, proporcionando às pessoas uma compreensão das qualidades e virtudes humanas (Synder & Lopez, 2009), podendo assim, usufruir de uma vida mais produtiva, com um sentimento de felicidade relativamente permanente experimentado ao longo do tempo (Scorsolini-Comin, Fontaine, Koller, & Santos, 2013).

Com o surgimento desse novo movimento, o estudo dos aspectos psicológicos positivos do ser humano ganha notoriedade. Não obstante, mesmo sendo esses os elementos centrais, encontram-se também os aspectos negativos, uma vez que não são negados o sofrimento e os problemas vivenciados pelos indivíduos diante de uma situação estressora ou acometimento por alguma doença (Fonseca, 2011; Hervás, 2009). Nesse sentido, ressalta-se que a PP se apresenta como uma perspectiva que propõe um exercício teórico e prático para repensar a visão que é

lançada nos fenômenos psicológicos, logo, não estima criar uma nova e específica área do saber psicológico (Seligman, Steen, Park, & Peterson, 2005, Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

Segundo Peterson (2013), com a expansão da PP, a Psicologia passa a focalizar os estudos dos aspectos positivos do ser humano, investigar a prevenção de doenças mentais e físicas, além de proporcionar aos psicólogos o desenvolvimento de métodos para ajudar as pessoas e as comunidades a enfrentarem a vida e manterem a felicidade. Procurando atingir o seu principal objetivo, a promoção de bem-estar e o potencial do ser humano, encontra-se a aplicação da PP em diferentes áreas de atuação (e.g., organização e do trabalho, escolar educacional e clínica), as quais, no tópico a seguir, terão algumas de suas experiências e intervenções apresentadas e relacionadas à prática da PP.

3.2. Aplicações e áreas da Psicologia Positiva

Enfatiza-se que em qualquer área está presente o papel de auxiliar o indivíduo a construir uma vida prazerosa, engajada, com sentido e qualidade (Duckworth, Steen, & Seligman, 2005). Nas demandas sociais no trabalho, reconhece-se que as emoções positivas são aspectos importantes que devem ser considerados, proporcionando intervenções eficazes a fim de melhorar a saúde e desempenho das equipes. Nessa linha, Hernández, Llorens e Rodríguez (2014), em seu estudo com profissionais da saúde, demonstraram uma relação positiva entre emoções positivas e a experiência de engajamento ou vinculação psicológica no trabalho, favorecendo um serviço com qualidade com o paciente e seus familiares.

No terreno educacional, são muitas as possibilidades. Rey, Valero, Paniello e Monge (2012) chamam atenção para a denominação “inovadoras atuações educacionais”. Segundo estes autores, muitos profissionais classificam suas experiências como positivas, porém as práticas que enfatizam as virtudes e forças dos alunos já eram recorrentes antes dessa perspectiva. Porém, deve-se esclarecer que o movimento proposto enfatiza que intervenções

positivas que objetivam estimular a motivação, eficiência, resiliência, criatividade, produtividade e, conseqüentemente, melhorar o desempenho dos alunos, sejam divulgadas através de produções científicas, dada a importância de promover oportunidades de caracterizar estudos de casos, replicar pesquisas e evidenciar as intervenções educativas à luz da Psicologia Positiva (Cerqueira, 2014).

A apropriação de novas perspectivas educacionais é essencial para tornar mentes melhores, promover uma intervenção eficaz diante das novas descobertas científicas e das recentes demandas educativas do cenário social (Willingham, 2011). Por exemplo, Sternberg (2005) assevera que estudantes desenvolvedores da capacidade de reconhecer e cultivar as suas qualidades, reconhecendo-as através de esforço próprio, identificam mais maneiras de se desenvolverem e aprimorarem-se ao longo do tempo, apresentando como consequência a construção de uma inteligência maleável, com experiências e treinamentos, que proporciona um melhor desempenho em trabalhos desafiadores, além da sensação de estar melhor consigo mesmo.

Outra área que a PP está frequentemente presente é na atuação clínica. Buscando o equilíbrio do foco dos estudos, supera as atuações pautadas no modelo médico que buscam correções e reparos de danos e não nega os aspectos negativos (e.g., tristeza, angústia, ruminação) de uma vivência potencialmente traumática. Propõe uma expansão de possibilidades, sobretudo abordando a concepção do ser humano como capaz de transformar experiências adversas em aprendizagens (Cardoso, 2013; Madeira, 2013). Destaca-se a intervenção com clientes com depressão grave, que demonstraram bons resultados a partir de uma contínua realização de técnicas psicoterápicas com objetivos de proporcionar ao indivíduo uma visão do mundo de maneira mais otimista, favorecendo o enfrentamento e o combate à doença (Castro, 2014), reconhecendo-se como alguém que possui forças, virtudes, valores e

talentos, os quais lhe darão o impulso necessário para o desenvolvimento de seu lado sadio (Seligman, 2011).

Segundo Seligman (2004), os resultados desejáveis que o profissional objetiva sempre atingir referem-se ao aumento dos níveis de felicidade e bem-estar da pessoa. O seu livro, intitulado como “Felicidade Autêntica: usando a Psicologia Positiva para a realização permanente”, fornece enriquecedoras contribuições para a condução de uma psicoterapia voltada para a realização. Mesmo essa obra não sendo direcionada para a psicoterapia, aborda o funcionamento de diversas características positivas úteis em intervenções. Ademais, para essas áreas comentadas da Psicologia, Syndez e Lopez (2009) propõem um modelo básico para intervenções com base nas prevenções e potencializações primária e secundária. A prevenção primária diz respeito à identificação do que pode ser ruim e anulá-lo antes mesmo que aconteça, a prevenção secundária ocorre quando procura combater um problema já instaurado. Já a potencialização primária sugere ações que proporcione uma vida boa, por sua vez, a secundária expande essa meta para o objetivo de tornar a vida o melhor possível.

Observa-se, pois, que o cenário de temas cada vez mais afirmativos, de estudos empíricos e aplicações, é divergente ao que é presenciado ou acessado atualmente nos meios de comunicação, de tragédias, guerras, criminalidade, situações de pobreza, aparecimentos de doenças, mortalidade infantil, psicopatologias desencadeadas pelo estilo de vida atual, entre outros aspectos que contradizem os aspectos positivos da vida humana. Dessa forma, vale o destaque feito a seguir para as publicações, sobretudo no âmbito nacional, que convergem com o movimento da Psicologia Positiva.

3.2.1. Desenvolvimento da Psicologia Positiva

É importante esclarecer, a partir do exposto, que esta nova perspectiva não objetiva demonstrar superioridade com um novo modelo explicativo do comportamento humano. Entretanto, é necessário fortalecer o trabalho clínico e pesquisas sobre habilidades e

capacidades benevolentes, podendo afirmar que atualmente existe um crescente aumento, tanto em quantidade, quanto em qualidade nas produções (Araújo, 2013). Alia-se ao crescimento da área à criação da Associação de Psicologia Positiva da América Latina (APPAL), em 2010 (Pureza, Corazza, Castro, & Lisboa, 2012), e da Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP), fundada em 2013.

O Brasil, também, apresenta esse campo em expansão, demonstrando o reconhecimento da capacidade e a atenção voltada para a emergência desse movimento em pouco tempo (Palludo & Koller, 2007). Como consenso na literatura, aponta-se o artigo “Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco” (Hutz, Koller, & Bandeira, 1996) como o primeiro estudo publicado que aborda um construto estudado por esta nova perspectiva, o qual poucos anos depois teria seu surgimento e reconhecimento aflorado nos EUA, como anteriormente comentado. Não obstante, de forma ainda incipiente no Brasil, o estudo dos aspectos positivos do ser humano tem se tornado foco de uma série de publicações que visam preencher as lacunas científicas desse conhecimento (Reppold, Gurgel, & Schiavon, 2015).

De maneira geral, os estudos empíricos produzidos no Brasil e internacionalmente, encaixam-se nos três pilares para as investigações empíricas (Seligman, 2003). O primeiro pilar diz respeito ao funcionamento dos grupos, instituições e comunidades. Incentiva-se o estudo sobre as virtudes cívicas e instituições que possibilitam mudanças dos indivíduos como melhores cidadãos. Direcionado para a responsabilidade, há produções que abordam a empatia (Formiga, 2012), a tolerância (Turner, Barling, & Zacharatos, 2002) e a ética no trabalho (Handelsman, Knapp, & Gottlieb, 2002); segundo pilar, caracterizado pela experiência subjetiva, refere-se aos estudos sobre o bem-estar subjetivo (Zanon, Bradagi, Layous, & Hutz, 2013), experiências positivas ocorridas no passado (Diener, 2000), no presente, como a felicidade (Diener, Oishi, & Lucas, 2009) e aspectos relacionados ao futuro, como a esperança (Pacico, Zanon, Bastianello, Reppold, & Hultz, 2013) e o otimismo (Bastianello & Hutz, 2015).

Por fim, o terceiro pilar aborda as forças e virtudes pessoais. No tocante às características individuais evidenciam-se os estudos que versam sobre as capacidades para o afeto (Hendrick & Hendrick, 2002), a espiritualidade (Pargament & Mahoney, 2002), o talento e a sabedoria (Baltes, Gluck, & Kunzmann, 2002), autoestima (Hutz & Zanon, 2011; Rosenberg, 1989), autoeficácia (Polydoro & Guerreiro-Casanova, 2010), gratidão (Bartlett & DeSteno, 2006), resiliência (Brandão, Mahfoud, & Gianordoli-Nascimento, 2011; Poletto & Koller, 2008) e perdão (McCullough & Witvliet, 2002).

O estudo do perdão (Enright, et al., 1998; McCullough & Witvliet, 2002; Leime et al., 2012) vem crescendo e ganhando notoriedade científica, porém, ainda em um estágio incipiente. Esta dissertação busca a sua relação com o crescimento pós-traumático, detalhado nos tópicos seguintes, mais um representante do terceiro pilar. Entende-se que ao conceder o perdão, motivados por uma ação pró-social e postura benevolente ao ofensor, aumenta-se a qualidade da relação interpessoal. Em consequência, as pessoas assumem um caráter adaptativo e essencial ao processo de reorganização da experiência e no planejamento de novas rotas de desenvolvimentos (Lamela et al., 2010), proporcionado que as pessoas foquem no que faz sua vida valer a pena, passando a buscar novas possibilidades e aprendizagens, caracterizando assim uma maior probabilidade de apresentar crescimento pós-traumático. Logo, a relação entre esses dois construtos contribuirá para dirimir escassez de avaliações de fenômenos dessa natureza, sobretudo no Brasil (Pires, Nunes, & Nunes, 2015), justificando-se assim, a elaboração desta investigação, a fim de evidenciar uma menor patologização e condutas conflituosas após o divórcio.

3.3. Crescimento pós-traumático

Acontecimentos adversos, incontrolláveis e imprevisíveis (e.g., morte de uma pessoa próxima, sofrer um acidente, ser vítima de assalto, ser sexualmente violentado, passar por

situações graves financeiramente, processo de divórcio, entre outros) estão e estarão presentes na vida de todo ser humano. Essas circunstâncias recebem diferentes definições: crises, estressores ou, ainda, eventos traumáticos, entretanto, partilham elementos comuns, a saber: (1) a experiência é inesperada; (2) os indivíduos não estão preparados; e (3) não existe nada que se pudesse fazer para prevenir a ocorrência dessa experiência (Madeira, 2013; Torres Bernal, & Mille, 2011). O que se observa é a capacidade individual para lidar com essas exposições, a qual, segundo Tedeschi (2011), é largamente influenciada por características individuais e sociais, como o suporte social, variáveis da personalidade, funcionamento cognitivo, condições psicológicas existentes antes da ocorrência, capacidades comportamentais, duração e intensidade do evento traumático.

No tocante a essas experiências de vida desafiadoras, existem evidências de benefícios documentadas desde os anos 1980 (Osei-Bonsu, Weaver, Eisen, & Wal, 2012). Especificamente, nota-se que o interesse científico começou com estudos que relatavam mudanças positivas percebidas em diferentes situações, por exemplo, o quanto mulheres crescem quando sobrevivem a um estupro (Burt & Katz, 1987); relatos de benefícios; diminuição de morbidades em pacientes cardíacos após um primeiro ataque (Affeck, Tennen, Croog, & Levine, 1987); mudanças de metas em universitários enlutados (Edmonds & Hooker, 1992); além da identificação de menor impotência e maior resistência a eventos estressores em combates veteranos (Elder & Clipp, 1989).

Ademais, a vivência de um evento adverso é considerada subjetiva, denominada potencialmente traumático, não necessariamente desencadeia uma patologia (Madeira, 2013). À luz da Psicologia Positiva, que para além dos aspectos negativos mostra possibilidades para as vivências, os eventos traumáticos são encarados como oportunidades para abrir novos horizontes, crescer através da dor, assumir uma nova perspectiva na vida e desenvolver a perseverança através das dificuldades (Lau et al., 2013). Portanto, pode ajudar uma pessoa a

aprender coisas novas e desenvolver competências que antes não tinha, encorajando-a a ter uma vida individual e social melhor (Subandi, Achmad, Kurniati, & Febri, 2014).

Nessa linha, o fenômeno crescimento pós-traumático diz respeito a mudanças psicológicas positivas que o indivíduo experimenta, resultando de um processo de luta frente à vivência de grandes crises ou eventos traumáticos (Bluvtein, Moravchick, Sheps, Schreiber, & Bloch, 2012; Lau et al., 2013; Tedeschi, Park, & Calhoun, 1998). Nestas situações, os indivíduos reexaminam os elementos principais das crenças que definem a sua visão do mundo, compreendem a experiência, encontram significado e, finalmente, produzem uma revisão da sua narrativa de vida, percebendo as mudanças positivas. Quanto maior a necessidade de reexaminar as crenças, maior a probabilidade de experienciar crescimento após o trauma (Cann et al., 2010; Triplett, Tedeschi, Cann, Calhoun, & Reeve, 2012). Sendo considerando um estudo recente, faz-se necessário, a seguir, apresentar modelos desenvolvidos que objetivam abordar o crescimento pós-traumático, evidenciando o que norteia a definição teórica do fenômeno utilizada neste estudo.

3.3.1. Modelos e definições teóricas do crescimento pós-traumático

No tocante aos estudos relacionados aos modelos que se propõe a caracterizar o fenômeno crescimento pós-traumático, Joseph, Murphy e Regel (2012) sugeriram que o crescimento acontece através do processamento afetivo-cognitivo. Reflexões, avaliações de estados emocionais, de afetos positivos ou negativos e mecanismos para lidar com a situação, seja com a evitação de lembranças ou focalização da emoção no acontecido, favorecem o processo de adaptação. Essas cognições, avaliações e estados emocionais ocorrem como ciclo repetitivo no processo até que as discrepâncias de visões de mundo e informações antes e depois do trauma sejam resolvidas, através de assimilação, mantendo suas suposições pré-existentes ou através de processos de acomodação, nos quais a suposição anterior é modificada a partir

das novas informações, descobertas e decisões relacionadas com a ressignificação dada para a vivência (Ramos & Leal, 2013).

Zoellner e Maercker (2006) demonstram, com o *Janus - Face Modelo*, duas maneiras de conceber o crescimento: lado ilusório e lado construtivo. O lado ilusório diz respeito a uma não representação das percepções reais de crescimento, e sim distorcidas ilusões positivas sobre o crescimento que na verdade não existem. Porém, tem a função de defender o sujeito de angústia e perda, sendo útil na tentativa de manter o equilíbrio psicológico do indivíduo (Affleck & Tennen, 1996). Em contraste, o componente construtivo representa crescimento como um resultado eficaz de enfrentamento das circunstâncias adversas, proporcionando mudanças significativas em esquemas cognitivos pessoais (Ramos & Leal, 2013).

Outro modelo teórico, caracterizado por Park (2010), aponta mudanças positivas depois do *stress* e não se limita apenas para o crescimento. Categoriza o significado da vivência em dois tipos: significado global (orientação geral, como crenças e objetivos) e significado situacional (isto é, o significado de uma situação específica). Pessoas tendem a significar processos para preparar e facilitar percepções de crescimento e mudanças de vida positivas quando há discrepâncias entre significado global e situacional.

Outra autora, Janoff-Bulman (1989) assevera que após o trauma as pessoas enfrentam grandes perturbações cognitivas e assimilam a sua experiência ou mudança a seus esquemas básicos sobre si e seu mundo. Ela menciona três modelos de crescimento não exclusivos, são eles: a força através do sofrimento, a preparação psicológica e uma existencial reavaliação (Janoff-Bulman, 2004). Descritos didaticamente por Cho e Park, (2013), o primeiro, a força através do sofrimento faz referência ao lema "sem dor, sem ganho", as pessoas podem tornar-se conscientes de sua prévia força desconhecida e desenvolverem novas habilidades de enfrentamento que ajudam a encontrar novas possibilidades na vida; o segundo, os sobreviventes de traumas podem tornar-se resistentes a posteriores tragédias, passando a

reconhecer vulnerabilidades; em terceiro, ocorre o processo de construção de significado em face do trauma, passando a minimizarem as percepções negativas sobre a situação.

Joseph e Linley (2004), influenciados por esse último, propõem uma teoria que é um modelo de uma reavaliação existencial, da mesma forma que descrevem crescimento como o resultado da resolução de desafios e perturbações cognitivas. Segundo Cho e Park (2013), um aspecto importante dessa teoria é a sua proposição de que os seres humanos são intrinsecamente motivados a se moverem para o crescimento. Portanto, de acordo com Joseph e Linley, crescimento após experiências traumáticas é um aspecto natural e uma tendência inata dos seres humanos.

Um modelo que, de forma mais explicada, retrata o crescimento é o apresentado por Tedeschi e Calhoun desde 1995, na Carolina do Norte nos EUA. Este é o mais comumente utilizado nas pesquisas sobre o tema e aqui será tomado como âncora ao relatar sobre o fenômeno. Os autores consideram essencial a percepção resultante da experiência subjetiva do evento traumático, sendo fundamental a ocorrência de um “acontecimento sísmico” (Calhoun, Tedeschi, Cann, & Hanks, 2010; Linley & Joseph, 2004). Essa analogia feita com um tremor de terra significa que o evento é traumático por destruir o mundo “assumptivo”, o qual consiste nas estruturas esquemáticas e crenças sobre o *self*, os outros e o mundo, proporcionando um sentimento de significado e propósito à própria existência (Resende, Sendas, & Maia, 2008). Para reconstruir uma narrativa, o indivíduo engata no processamento cognitivo e posteriormente desenvolve o crescimento pós-traumático (Calhoun & Tedeschi, 2006). Portanto, é caracterizado como multidimensional por incluir mudanças nas crenças, objetivos, comportamentos e identidade pessoal (Calhoun et al., 2010).

Diferenciando-se de outras respostas positivas como a resiliência, a qual ocorre quando não são detectados sinais de desajuste depois de uma situação crítica, mantendo o funcionamento físico e psicológico equilibrado; e da recuperação natural, que acontece quando

a pessoa volta gradualmente ao estado “pré-trauma” ao longo do tempo; esse construto é denominado da melhor maneira como crescimento pós-traumático (Fonseca, 2011). Sugerindo assim esse termo ao invés de crescimento relacionado ao estresse (Park, Cohen, & Murch, 1996) e benefício percebido (Tennen & Affleck, 1998), que outrora foram utilizados para denominá-lo.

O termo crescimento sugere uma elevação no nível atingido pela pessoa que vai além do funcionamento anterior ao trauma, e pós-traumático faz referência às mudanças que só acontecerão depois da vivência de um evento traumático (Vázquez, Castila, & Hervás, 2008). Tais mudanças foram estudadas e organizadas por Tedeschi e Calhoun, em 1996, em três categorias: mudança de significado do self ou auto percepção, mudança de significado das relações com os outros e mudanças na filosofia de vida (Calhoun & Tedeschi, 2012; Osei-Bonsu, et al., 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

A primeira categoria, mudança de significado do *self*, ou também denominada de mudanças no próprio indivíduo, diz respeito à pessoa se reconhecer como mais forte e confiante em si mesma, com mais experiência e capacidade de enfrentar dificuldades futuras e adversidades com suas próprias habilidades de sobrevivência e de imposição. Desenvolve essa autoimagem e reconhece-se detentora de mais recursos (Lindstrom, Cann, Calhoun, & Tedeschi, 2013; Ramos & Leal, 2013). Não obstante, tal mudança é contraditória, sendo representada pela frase: “estou mais vulnerável, embora fortalecido(a)”. Mesmo que, por um lado, a pessoa se sinta mais forte e confiante; por outro, há um sentimento de vulnerabilidade, por saber que é possível estar sujeita a outras experiências negativas, baseadas em evidências próprias e na própria característica de imprevisão do evento traumático (Calhoun & Tedeschi, 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Outra mudança categorizada é nas relações interpessoais. Tanto mais íntimas, quanto expressivas, as quais passam a ser mais fortalecidas, naturalmente isso se dá a partir da própria

família que fica mais unida após o evento traumático vivenciado por um dos membros. Além disso, a pessoa pode sentir a necessidade de compartilhar a experiência e expressar sentimentos, portanto procura uma maior aproximação com outras pessoas, buscando ajuda e um maior apoio social (Fonseca, 2011). Pessoas comentam perceber mais conforto e confiança ao revelar seus pensamentos e emoções aos outros, entretanto, passam a selecionar suas amizades, as quais algumas não resistem e outras se fortalecem ainda mais. Além disso, outro componente nesse aspecto é a sensação de maior compaixão por outros que passam por dificuldades, sobretudo com aquelas que experienciam dificuldades semelhantes (Calhoun & Tedeschi, 2012; Fonseca, 2011; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Outra característica importante é que os indivíduos que enfrentam uma crise têm mais probabilidade de se tornarem engajados cognitivamente com as questões existenciais fundamentais sobre a morte e o sentido de vida (Calhoun et al., 2010; Duarte, 2012). Em geral, nessa categoria denominada “mudança na filosofia de vida e na espiritualidade”, as pessoas vivenciam mudanças em suas prioridades e opções de vida em vários domínios (Lindstrom et al., 2013). Segundo Fonseca (2011), existe uma maior apreciação do que se tem, valorizando as pequenas coisas e os detalhes, distinguindo o que é realmente importante e o que é secundário, como, por exemplo preferindo estar com a família, amigos e pequenos prazeres diários em decorrência de trabalhar por períodos longos do dia. Ademais, nessa categoria, figuram-se mudanças espirituais, existenciais e religiosas, pessoas aumentam sua fé e buscam mais significados para sua vida no processo de adaptação (Calhoun & Tedeschi, 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Essas dimensões são as que originalmente foram organizadas para definir o fenômeno crescimento pós-traumático (Tedeschi & Calhoun, 1996). Entretanto, a partir de investigações direcionadas pela perspectiva da Psicologia Positiva (Duarte, 2012; Taku, Kilmer, Cann, Tedeschi, & Calhoun, 2012), esses domínios são redefinidos em cinco, a saber: (1) aumento da

apreciação de vida no geral, (2) relações interpessoais mais significativas, (3) aumento do sentimento de força pessoal, (4) mudanças de prioridades e (5) uma vida espiritual e existencial mais rica. Portanto, o crescimento pós-traumático caracteriza-se como um construto multidimensional, no qual os indivíduos podem experimentar mudanças positivas em algum destes domínios e negativas, ou mesmo não experimentar mudanças, em outros (Calhoun, Cann, Tedeschi, & McMillan, 2000).

Nesta linha, vale ressaltar que indivíduos que relatam e passam por um grau, mesmo que acentuado, de crescimento pós-traumático, não necessariamente têm uma redução proporcional de sua angústia, nem aumento nos graus de felicidade, podendo continuar a experimentar as emoções negativas resultantes da experiência traumática (e.g., tristeza, raiva, culpa e irritabilidade; Calhoun & Tedeschi, 2012; Fonseca, 2011). Em muitos casos, sem a presença de emoções negativas, pelo menos no início, o crescimento não acontece, sendo necessária a coexistência de emoções individuais positivas e negativas para que esse fenômeno seja experimentado (Calhoun & Tedeschi, 1999; Ramos & Leal, 2013).

O processo de crescimento é relativamente lento e, durante o mesmo, o sofrimento persiste, sendo encarado como essencial para que o crescimento ocorra. Dessa forma, leva o indivíduo a ressignificar o acontecimento, reconhecendo suas próprias virtudes e forças a fim de superar a situação vivenciada como estressora (Duarte, 2012). Portanto, verifica-se que indivíduos que experimentam o crescimento pós-traumático podem ter uma vida mais satisfatória e gratificante, mas não parece ser a mesma coisa que não ter preocupações, sentir-se bem ou estar feliz, uma vez que proporciona uma oportunidade de viver melhor e passar por transformações a partir das mudanças já mencionadas.

Estudos empíricos, frequentemente, reportam essas mudanças em pessoas que experimentaram diferentes eventos adversos (Cho & Park, 2013), a exemplo, dos estudos com refugiados e imigrantes (Weiss & Beirg, 2008), sobreviventes de acidentes (Nishi, Matsuoka,

& Kim, 2010), adolescentes com ideação suicida em Hong Kong (Yu et al., 2010), indivíduos em tratamento de leucemia (Danhauer et al., 2012), estudantes universitários em luto (Duarte, 2012), pessoas com experiência na guerra do Iraque (Kaler et al., 2011), adultos vítimas de assédio sexual (Ullman, 2014), pessoas que preenchem os critérios de avaliação de traumas segundo o DSM-IV (Osei-Bonsu, Weaver, Eisen, & Wal, 2012), sobreviventes de doenças graves no coração (Bluvtein et al., 2012), HIV/AIDS (Sawyer, Ayers, & Field, 2010) e estudos nos âmbitos individual e comunitário com pessoas que sofreram com o terrorismo (Vázquez, Pérez-Sales, & Matt, 2006).

Ademais, merecem destaque os estudos realizados com divorciados, os quais apresentam a amostra com a mesma característica desta dissertação. Adultos que passaram pela experiência do divórcio afirmam vivenciar episódios depressivos e sintomas semelhantes aos do estresse psicológico, relatados por indivíduos que experimentaram episódios que ameaçam a vida e outros eventos estressantes (Middeldorp, Cath, Beem, Willemsen, & Boomsma, 2008; Miller, Chen, & Zhou, 2007). Entretanto, pesquisas mostraram que adultos que passaram por um divórcio, relataram crescimento pós-traumático, pois vivenciaram uma maior sensação de autonomia e competência, mais habilidades de enfrentamento, autoconfiança e reflexão desenvolvidas, mais senso de coerência e otimismo, e novas perspectivas de vida em consequência da adaptação frente às mudanças nos variados domínios da vida que a separação exige (Kulik & Heine-Cohen, 2011; Lamela, Figueiredo, Bastos, & Martins, 2014; Thomas & Ryan, 2008).

Tashiro, Frazier e Berman, (2006) asseveram que o divórcio pode ser um gatilho para o crescimento psicológico. O fracasso no casamento, expectativas e planos frustrados podem proporcionar a ressignificação das crenças, sentimentos e escolhas, promovendo mudanças positivas para o indivíduo, caracterizando o crescimento pós-traumático. Logo, reconhecendo a importância de estudar e mensurar o construto em diferentes contextos, a seguir apresenta-se

uma maneira de avaliar essas mudanças de forma eficaz, através de escalas, sobretudo a utilizada neste estudo, o fenômeno crescimento pós-traumático pode ser abordado tendo vista a sua natureza multidimensional.

3.3.2. *Mensuração do crescimento pós-traumático*

Como observado, o estudo do fenômeno crescimento pós-traumático ainda é recente, porém apresenta-se de forma crescente, o qual cada vez mais se consolida. Nesta perspectiva, destaca-se que a tarefa de mensurá-lo é feita a partir de instrumentos que já foram desenvolvidos para a avaliação da experiência subjetiva de alterações psicológicas positivas após eventos traumáticos (Resende et al., 2008). A literatura encontrada aponta que pelo menos sete instrumentos já foram construídos (Linley & Joseph, 2004), a saber: *Stress-Related Growth Scale*, *Revised Stress-Related Growth Scale*, *Changes in Outlook Questionnaire*, *Thriving Scale*, *Illness Cognition Questionnaire*, *Perceived Benefit Scales*, além do mais comumente utilizado e citado: o *Posttraumatic Growth Inventory*– PTGI, o qual, diferente dos outros instrumentos que mensuram mudanças positivas de maneira geral, foi construído especificamente para mensurar o que se conceitua teoricamente como crescimento pós-traumático.

Instrumento utilizado no presente estudo, o *Posttraumatic Growth Inventory*, trata-se de uma medida desenvolvida por Tedeschi e Calhoun (1996), composto por 21 itens, organizado em cinco fatores – relação com os outros (7 itens), novas possibilidades (5 itens), força pessoal (4 itens), mudança espiritual (2 itens) e valorização da vida (3 itens), os quais apresentaram índice de consistência interna total (alfa de *Cronbach* = 0,90) e de suas cinco dimensões variando de 0,67 a 0,85. Esta medida tem como objetivo primordial aceder às mudanças psicológicas positivas relatadas por indivíduos que experienciam uma situação adversa (Bluvtein et al., 2012; Lau et al., 2013, Resende et al., 2008).

O seu uso tem notoriedade em nível internacional. Construída nos Estados Unidos, já teve suas qualidades psicométricas testadas e sua versão traduzida em diversos países e idiomas: Holanda (Jaarsma, Pool, Sanderman, & Ranchor, 2006), Israel (Lev-Wiesel, Goldblatt, Eisikovitz, & Admi, 2008), Japão (Taku et al., 2007), Alemanha (Maercker & Langner, 2001), Itália (Prati & Pietrantonio, 2014), Espanha (Weiss & Berger, 2006) Portugal (Teixeira & Pereira, 2013), China (Lau et al., 2013), Turquia (Dirik & Karanci, 2008), Hungria (Thege, Kovács, & Balog, 2013) e Austrália (Morris, Shakespeare-Finch, Rieck, & Newbery, 2005), além de países latinos (Berger & Weiss, 2006).

No tocante às estruturas fatoriais, observa-se que, apesar do uso generalizado da medida, a dimensionalidade do PTGI tem sido um tema de intenso debate (Osei-Bonsu et al., 2012). Mesmo tendo sido desenvolvidos vários estudos a fim de avaliar a estrutura fatorial do PTGI, resultados deixam a questão sobre a dimensionalidade do CPT com uma resposta ambígua (Thege, et al., 2014). A esse respeito, encontram-se estudos que representam o PTGI como unifatorial, no qual todos os itens saturam em um mesmo fator (Joseph, Linley, & Harris, 2005), dois fatores (Thege, et al., 2014), três fatores (Taku et al., 2007), com quatro fatores (Ho, Chan & Ho, 2004) e até mesmo com seis fatores (Morris, Wilson, & Chambers, 2013), além de versões da estrutura original, pentafatorial, adaptada em Portugal com apenas 10 itens, dois para cada fator (Lamela et al., 2014), uma versão chinesa, composta por apenas 15 itens (Liu et al., 2013) e uma adaptada na Turquia para crianças (Cryder et al., 2006).

Nesse cenário, esclarece-se que esta pesquisa utiliza a versão adaptada para o Português brasileiro por Medeiros, Couto, Fonsêca, Silva e Medeiros (no prelo). Esses autores validaram o PTGI em uma amostra brasileira, comprovando as qualidades psicométricas da estrutura pentafatorial deste instrumento. Depois de testar modelos alternativos, composto por um fator, no qual todos os 21 itens saturam em um fator geral e trifatorial, testando a estrutura a partir das três grandes categorias teóricas do crescimento pós-traumático descritas acima. Os resultados

corroboraram o original (Tedeschi & Calhoun, 1996) e outros estudos que vêm demonstrando o modelo de cinco fatores como fiel e válido na avaliação do crescimento pós-traumático (Lau et al., 2013). Além de ser a estrutura que melhor representa esse fenômeno, salvaguardando assim a sua multidisciplinariedade, possibilitando mudanças em diferentes dimensões da vida do indivíduo (Ramos & Leal, 2013).

No que diz respeito à avaliação e mensuração do crescimento pós-traumático, os fatores que predizem ou que resultam desse processo ainda são inconclusivos e contraditórios (Lindstrom et al., 2013). A seguir, são apresentados os correlatos do crescimento pós-traumático, para que, em seguida, finalmente, destaque a relação dos três construtos abordados nesta pesquisa.

3.3.3. Correlatos do crescimento pós-traumático

Em relação aos estudos com as variáveis demográficas, tem-se que, quanto ao sexo, embora os estudos ainda sejam inconsistentes, as mulheres experimentam mais crescimento do que os homens, os quais não buscam ajuda nem compartilham suas experiências traumáticas, encarando-as como fracasso (Ramos & Leal, 2013; Tedeschi & Calhoun, 2004). Em relação à idade, é provável que os mais jovens possam reportar mais crescimento, visto que os seus esquemas cognitivos sobre si e sobre o mundo ainda não estão consolidados e, como tal, são mais susceptíveis a rupturas e mudanças (Fonseca, 2011; Vázquez et al., 2008). Ademais, pessoas com níveis de escolaridade e renda mais elevados são geralmente mais propensos a apresentar mais crescimentos ou benefícios, levando em consideração que as dificuldades impostas pelo meio agem na aprendizagem de crenças sobre si mesmo e sobre o próprio meio que podem conduzir a práticas de saúde inadequadas ou insuficientes no processo de adaptação e enfrentamento psicológico (Tedeschi & Calhoun, 2004).

Sabe-se que o suporte social se revela também um importante fator para o crescimento. Uma vez que proporciona a oportunidade de o indivíduo contar repetidamente a sua história,

oferecendo novas perspectivas, possibilitando a atribuição de significado e a criação de uma nova e integradora narrativa de vida (Duarte, 2012). Esse apoio social é encontrado em grupos de suportes, família ou amigos, sobretudo em pessoas que também estiveram em uma situação adversa e podem compartilhar uma ajuda recíproca (Vázquez et al., 2008) e continuada, mantendo relacionamentos mais próximos, mais compassivos, com novos contatos e amizades que transformem, também, o apoio social em um resultado (Prati & Pietrantonì, 2009).

A ruminação deliberada, contemplação do acontecimento traumático, também é um importante fator que acontece com o passar do tempo após o trauma, relacionado com o crescimento (Cann et al., 2010; Triplett et al., 2012). O que prevalece imediatamente são os pensamentos intrusivos, uma ruminação automática relativa ao trauma, como tentativa de diminuir a angústia emocional provocada pela experiência adversa (Ramos & Leal, 2013). A identificação do impacto positivo desses dois estilos de ruminação é importante para a compreensão dos processos de adaptação pós-traumática, especialmente os que conduzem à experiência do crescimento (Stockton, Hunt, & Joseph, 2011; Zhang, Yan, Du, & Liu, 2013).

No tocante aos estudos com as dimensões da personalidade, considerando o modelo *Big Five*, pesquisas apontam todos os domínios com uma associação positiva com o crescimento, excetuando neuroticismo que mantém relação negativa (Lechner, Stoelb, & Antoni, 2008). De forma mais modesta, Calhoun e Tedeschi (2004) asseveram, especificamente, que extroversão e abertura a novas experiências são mais relacionados ao crescimento. É possível que pessoas com essas características apresentem mais emoções e afetos positivos em situações de adversidade e tenham uma melhor base para pôr em prática os mecanismos de reflexão, reexaminação, reconstrução das crenças (Fonseca, 2011), além de estarem envolvidas no processamento cognitivo mais eficazmente (Tedeschi & Calhoun, 2004).

Outros fatores relevantes na previsão do crescimento pós-traumático são as crenças religiosas e espirituais. Segundo Bert (2011), essas podem se tornar a base de sua filosofia de

vida, proporcionando forças, orientações e assistência no esforço investido na compreensão dos eventos traumáticos. Subandi, Achmad, Kurniati e Febri (2014) encontraram um papel significativo da espiritualidade na explicação do crescimento. Gall, Kristjansson, Charbonneau e Florack (2009) concluíram que a espiritualidade e a religiosidade dão uma orientação individual sobre como se comportar e avaliar uma situação adversa, que medidas devem ser tomadas, bem como decidir qual estratégia de enfrentamento será usada.

Há um recente interesse na influência da gratidão, posto que indivíduos que são gratos, após a vivência de um trauma, formam cognições positivas que ajudam restabelecer o significado do mundo (Wu, Zhou, Liu, & Chen, 2014). Vivenciam emoções positivas que se alarguem o repertório de ações, pensamentos e otimismo durante o tempo de adaptação (Fredrickson, 2004). Os resultados de um estudo longitudinal com adolescentes chineses sobreviventes de terremoto sugerem que a gratidão é um fator preditivo estável para o desenvolvimento do crescimento pós-traumático (Zhou & Wu, 2015). Outros relatam associação positiva entre esses construtos numa amostra de mulheres com história de trauma (Vernon, Dillon & Steiner, 2009) e após terremotos (Zhou, An, Wu, Chen, & Long, 2014).

Ainda há muito para investigar sobre quais características determinam a ocorrência do fenômeno crescimento pós-traumático. Destaca-se a importância das estreitas relações desses construtos abordados nos estudos supracitados, evidenciando a essencial contribuição de desenvolver emoções positivas para o pleno desenvolvimento físico e psíquico do ser humano.

A partir das investigações da Psicologia Positiva, o apoio social tem um importante papel nesse processo, uma vez que uma melhor relação interpessoal favorece as pessoas em busca do bem-estar psicológico (Henderson & Brown, 1988; Werdel & Wicks, 2012). Portanto, segundo Toussaint e Friedman (2009), atitudes pró-sociais favorecem o desenvolvimento de mais afetos positivos e reconhecimento subjetivo de forças e virtudes. Posto isso, a seguir, comenta a relação das três variáveis abordadas nesta dissertação.

3.4. Valores Humanos, Perdão e Crescimento Pós-traumático

Tendo sido mostrada a relação do perdão com possíveis impactos na saúde, investe-se agora no conhecimento científico sobre as virtudes, forças pessoais e mudanças positivas experimentadas pelo indivíduo que concede o perdão. Este estudo, reconhecendo-o também como uma atitude pró-social, buscará a relação entre o ato de perdoar e o crescimento pós-traumático. Mesmo as pesquisas dos dois, isoladamente, apresentarem uma base significativa, investigações empíricas que os relacionam na literatura psicológica ainda são inconclusivas. As evidências, ainda que limitadas, sugerem que o perdão e o crescimento pós-traumático estão relacionados, porém esta estimativa é feita a partir de uma relação intuitiva (Fischer, 2006). Foi encontrado, na literatura consultada, apenas um achado que indica esta ocorrência. Em uma pesquisa desenvolvida com adolescentes judeus em Israel, os participantes foram avaliados após sobreviver a um terremoto e aqueles que depois desse evento traumático mantiveram comportamentos pró-sociais, como ser grato às pessoas e conceder o perdão, apresentaram maiores índices de crescimento pós-traumático (Laufer, Raz-Hamama, Levine, & Solomon, 2009). Não obstante, o estudo é potencialmente clínico e importante para o avanço científico, sendo digno de discussões e produções que busquem preencher essa lacuna (Werdel & Wicks, 2012).

Para além dessa relação, pesquisadores e profissionais buscam maximizar as possibilidades de mudança do indivíduo que está lidando com uma situação de mágoa, por meio da abertura de meios ou canais diversificados. Embora as definições sejam plurais, o objetivo último das investigações que envolvem o perdão é descobrir maneiras de promover atitudes positivas que possam sustentar a decisão de perdoar (Andrade, 2014). Nessa direção, destaca-se a importância de pesquisas empíricas que relacionem outros construtos de natureza benevolente. Para tanto, nesta oportunidade buscará uma explicação pautada nos valores humanos, construto de natureza social e que apresenta poder preditivo frente a outros

fenômenos psicológicos, ressaltando, novamente, que este estudo se baseia na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos proposta por Gouveia (1998, 2003, 2013), na qual, em estudo realizado por Lopes (2016), os valores sociais, especificamente a subfunção *interativa*, explicaram o perdão conjugal. Barbosa (2015) obteve resultados semelhantes quanto ao poder preditivo dos valores sociais, ao encontrar uma relação positiva e significativa com o perdão em uma amostra de cinco países.

Finalmente, resultados encontrados por Medeiros, Couto, Fonsêca, Brito e Castro (no prelo) sugerem que pessoas que pontuam alto nas subfunções *interativa*, *normativa*, *existência* e *realização* apresentam maiores índices de crescimento pós-traumático após vivenciarem uma situação adversa. Dessa forma, parece existir relação entre os valores humanos, o perdão e o crescimento pós-traumático, sendo os resultados encontrados nesses estudos uma justificativa para a execução desta dissertação, tendo como objetivo geral: conhecer em que medida os valores humanos básicos explicam o perdão e o índice de crescimento pós-traumático no âmbito do divórcio. E, ainda, como específicos: adaptar e reunir evidências psicométricas de validade e precisão do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) para o contexto brasileiro, conhecer em que medida o perdão se correlaciona com o crescimento pós-traumático, identificar quais os valores primados pelas pessoas que concedem o perdão para o ex-cônjuge, identificar quais os valores primados pelas pessoas que apresentam crescimento pós-traumático depois de uma situação de divórcio, identificar a influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade, nível de religiosidade, status de relacionamento atual, características do divórcio) no perdão e no crescimento pós-traumático, no âmbito do divórcio.

PARTE II.
ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO IV: PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS
DO CUESTIONARIO DE PERDÓN EM DIVORCIO-SEPARACIÓN (CPD)

4.1. Método

4.1.1. Delineamento e hipóteses

Este primeiro estudo, de natureza *ex post facto*, com ênfase psicométrica, tem como objetivo adaptar, reunindo evidências de validade e consistência interna do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S), para o contexto brasileiro. Para tanto, formulou-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1: O *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) apresentará uma estrutura unifatorial (*perdão no divórcio*) com índices psicométricos aceitáveis, demonstrando evidências de validade e precisão, assim como apresentado no estudo original (Yáñez-Yaben & González, 2012).

4.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra por conveniência (não-probabilista) composta por 200 indivíduos (idades de 19 a 71 anos, $M = 38,42$, $DP = 11,51$) da população geral que já passaram pelo processo de divórcio. A maioria residia nos estados da Paraíba (29,32%) e Piauí (27,21%) e foram distribuídos equitativamente entre os sexos (100 homens e 100 mulheres). Quanto à escolaridade, a maioria (31%) possui pós-graduação. A renda familiar modal foi a categoria “entre R\$1.577 e R\$2.364” (25,5%), seguida de “entre R\$2.365 e R\$4.728” (24%) e “entre R\$4.729 e R\$7.092” (15,5%). Os participantes viveram em média 9,14 anos ($DP = 6,29$) ao lado do ex-cônjuge, estando em média a 5,84 anos ($DP = 6,01$) divorciados. Ademais, a maior parte (70,5%) tiveram um divórcio consensual (sem brigas) e afirmaram estar presentes em outro relacionamento amoroso (52%). Com relação ao nível de religiosidade, em uma escala, podendo variar entre 1 = *nada/pouco* e 7 = *muito*, a média dos participantes foi de 4,90 ($DP = 1,68$).

4.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam a um livreto contendo os seguintes instrumentos:

Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación (CPD-S): criado em espanhol, objetiva avaliar o perdão frente ao ex-parceiro (Yáñez-Yaben & González, 2012). Este questionário apresenta em sua versão final 5 itens, todos pertencentes a um único fator (e.g., item 1: *Eu perdoei meu/minha ex-parceiro(a)*; item 5: *Espero que meu/minha ex-parceiro(a) receba o que merece por todo mal que ele/ela me fez*). Teve seus dados coletados originalmente em uma amostra de 223 pais divorciados de diferentes lugares da Espanha, apresentando uma consistência interna satisfatória (alfa de *Cronbach* = 0,77), explicando 48% da variância. Os 5 itens da escala são avaliados em uma escala *Likert* de cinco pontos, variando de 1 = *discordo totalmente* a 5 = *concordo totalmente* (Anexo I).

Questionário sociodemográfico: conjunto de perguntas que objetivaram caracterizar os participantes, bem como fazer análises comparativas. Consta de questões sobre o processo de divórcio (tempo ao lado do ex-cônjuge, tempo divorciado, tipo), idade, sexo, renda e nível de religiosidade (Anexo II).

4.1.4. Procedimentos

Inicialmente, foi realizada a tradução do CPD-S por meio da técnica de *back translation* (Sousa & Rojjanasrirat, 2010), auxiliada por profissionais bilíngues (Português-Espanhol). Assim, a medida foi traduzida por dois psicólogos bilíngues e em seguida retraduzida para o espanhol, com a colaboração de dois professores bilíngues de língua espanhola que não conheciam o instrumento (tradução às cegas). Em seguida, as versões foram comparadas em termos de sua equivalência. Os tradutores estavam atentos às diferenças culturais de cada idioma, fazendo, quando necessário, as devidas adequações e adaptações na redação dos itens, comprovando-se que a tradução ao português refletia adequadamente o sentido da medida em espanhol.

Posteriormente, após checar a correspondência dos itens originais e os traduzidos, submeteu-se a versão à próxima etapa de validação semântica, seguindo os procedimentos

estabelecidos por Pasquali (2010). Em uma amostra de 10 participantes integrantes da população alvo do estudo, distribuídos equitativamente entre homens e mulheres, verificaram-se possíveis dificuldades de leitura e interpretação dos itens do instrumento utilizado. Na oportunidade não foram apontados problemas para compreensão dos itens e orientações de como respondê-los, dessa forma, prosseguiu com o uso do instrumento.

Desse modo, para a aplicação dos instrumentos, três colaboradores, devidamente treinados previamente, visitavam residências, escolhidas acidentalmente em estados brasileiros. Na ocasião, convidavam as pessoas para participarem da pesquisa. Neste momento, informavam o objetivo geral do estudo, o caráter voluntário da participação, bem como garantiam o anonimato das respostas e a possibilidade de desistir de sua participação no estudo a qualquer momento, sem nenhum ônus.

As coletas também foram feitas *on-line* por meio da plataforma *Google Docs*. Os participantes foram contatados via *e-mail*, redes sociais e pessoalmente. Os indivíduos acessaram um endereço eletrônico que esteve disponível entre o período de maio de 2015 e abril de 2016. Tenha-se em conta que há evidências de uma adequada equivalência entre dados coletados presencialmente com o tradicional método lápis-papel, e coletados *on-line* (Brock, Barry, Lawrence, Dey, & Rolffs, 2012). Tanto os participantes dessa coleta quanto aqueles que participaram da etapa de validação semântica assinaram termos de consentimento livre e esclarecido (Anexo III) antes de responderem aos instrumentos, que de forma individual, eram necessários, em média, 10 minutos para sua conclusão.

Destaca-se que foram asseguradas todas as recomendações éticas relacionadas às pesquisas com seres humanos, conforme o disposto na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo a realização do estudo aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CAAE: 46788315.1.0000.5188; Parecer nº 1.197.954).

4.1.5. Análises de dados

Com o pacote estatístico IBM SPSS (versão 21), empregou-se o cálculo de estatísticas descritivas (frequências, medidas de tendência central e dispersão), que objetivaram descrever a amostra; Análise Multivariada de Variância (MANOVA) para verificar o poder discriminativo dos itens da escala, isto é, sua capacidade de discriminar indivíduos com pontuações próximas. Ainda com esse *software*, foram realizadas análise fatorial exploratória, Análise Paralela, alfa de *Cronbach* e homogeneidade para verificar evidências psicométricas de validade e fidedignidade da medida.

4.2. Resultados

Os resultados serão apresentados em subseções, a partir do objetivo que se propõe as análises estatísticas realizadas. Dessa forma, a seguir, inicia-se com o subtópico que aborda a discriminação dos itens.

4.2.1. Poder discriminativo dos itens

Inicialmente, procurou-se conhecer o poder discriminativo dos itens, formando dois grupos a partir da mediana da pontuação total do CPD-S; os participantes com pontuação abaixo e acima da mediana formaram os grupos critério inferior e superior, respectivamente. Por meio de uma MANOVA, pode-se verificar se seus itens discriminam pessoas com pontuações próximas, a fim de decidir pela permanência destes entre o conjunto que o compõe. Observou-se que todos os itens discriminaram na direção esperada [$\text{Lambda de Wilks} = 0,25$, $F(5, 174) = 102,32$, $p < 0,01$, $\eta^2 = 0,74$]. Esses resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3.
Poder discriminativos dos itens do CPD-S

Grupo critérios							
Inferior (n = 85)		Superior (n= 95)		Contraste			
Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	η^2p
1	2,55	0,08	4,58	0,08	292,21	0,001*	0,62
2	2,36	0,12	3,39	0,12	34,32	0,001*	0,16
3	2,76	0,10	4,28	0,09	111,99	0,001*	0,38
4	2,74	0,09	4,36	0,09	142,47	0,001*	0,44
5	3,16	0,11	4,53	0,11	68,73	0,001*	0,28

Nota: * Item discriminativo ($p < 0,01$)

De acordo com a Tabela 3, nota-se no contraste que todos os cinco itens se mostraram discriminativos ($p < 0,01$), tendo o tamanho de efeito (η^2p) variado de 0,16 (item 2) a 0,62 (item 1), sendo este último o item com o melhor poder discriminativo. Dessa maneira, com a qualidade métrica dos itens individualmente assegurada, partiu-se para a próxima etapa, conhecer evidências de validade e precisão do instrumento.

4.2.2. Validade e precisão do CPD-S

Para se verificar a estrutura fatorial, optou-se por realizar uma análise fatorial exploratória (AFE) com o método de extração dos eixos principais, a fim de compreender um construto latente que gera a covariância entre os itens (Costello & Osbourne, 2005; Ogasawara, 2003; Floyd & Widaman, 1995; Velicer, Eaton, & Fava, 2000). Para tanto, buscou-se verificar se os dados são passíveis de fatoração, calculando os índices: *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) = 0,72 e o teste de esfericidade de *Bartlett* = 268,59 (10); $p < 0,001$. Esses valores demonstram que a matriz de correlações é adequada para a análise, considerando que o primeiro indica a possibilidade de aplicação da AFE para o conjunto de dados, sendo aceitáveis valores acima de 0,70 (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009) e o segundo por sua vez, avalia em que

medida a matriz de (co)variância é similar a uma matriz-identidade (os elementos da diagonal principal tem valor igual a um, e os demais elementos da matriz são aproximadamente zero, ou seja, não apresentam correlações entre si; Field, 2005). O teste de Esfericidade de *Bartlett* rejeita tal hipótese (matriz de identidade) quando os níveis de significância são menores que 0,05 (Tabachnick & Fidell, 2013).

A partir disso, optou-se por realizar uma AFE sem fixar, inicialmente, o número de fatores a extrair. Observa-se que emergiram dois fatores com autovalores superiores a 1 no critério de Kaiser, 2,51 e 1,01, explicando conjuntamente 70,56% da variância total. O critério de Cattell, representando os autovalores no gráfico *scree test*, mostrado na Figura 4, sugere a existência de no máximo um fator, dado que dos círculos que representam os autovalores, apenas um destaca-se dos demais. Em seguida, a fim de dirimir dúvidas quanto à quantidade das dimensões, decidiu-se realizar uma Análise Paralela (AP; critério de Horn; Hayton, Allen, & Scarpello, 2004), por ser considerada mais robusta do que os utilizados anteriormente, Kaiser e Cattell.

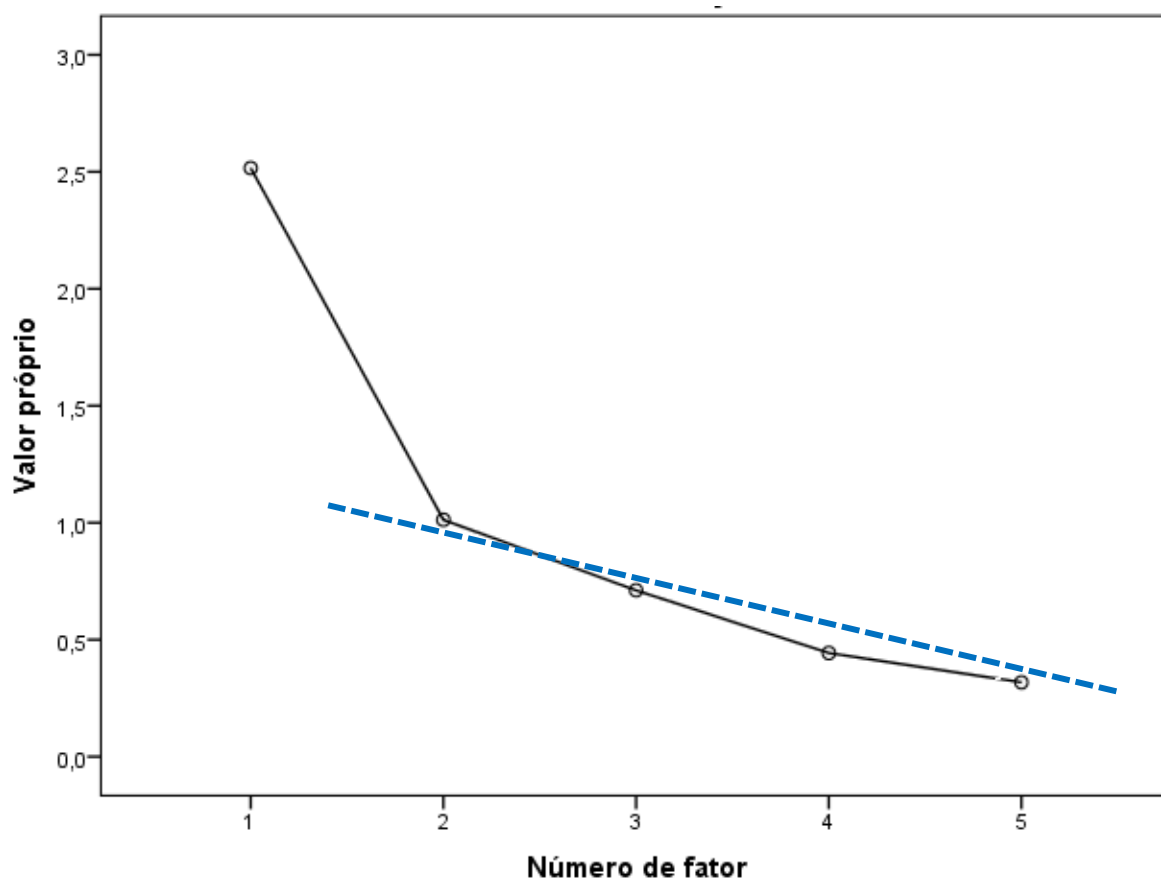


Figura 4- Representação gráfica dos valores próprios

A AP demonstra ter uma maior acurácia na determinação do número de fatores a ser retido por ser uma técnica baseada em amostras, e não baseada na população. Foram comparados autovalores empíricos e as médias dos gerados aleatoriamente por 1.000 bancos de dados com características (tamanho amostral e quantidade de itens do instrumento) iguais do banco empírico (Franklin et al., 1995; Zwick & Velicer, 1986). Dessa forma, quando comparado os autovalores dos dados reais (2,51 e 1,01) com a média dos dados aleatórios (1,20 e 1,09), recomenda-se extrair apenas um fator, tendo em vista que este segundo autovalor foi maior do que o seu correspondente gerado pelo critério de Kaiser na AFE.

Portanto, procedeu-se a uma nova AFE, desta vez atendendo à recomendação de extrair um fator, assumindo o critério de saturação mínima igual ou superior a $|0,30|$, como sugerido pela literatura (Pasquali, 2010). Os resultados desta análise são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4.

Estrutura fatorial do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación*.

Itens	Fator	h ²
04. Apesar do comportamento do meu/minha ex-parceiro(a) ter me machucado, não guardo rancor dele(a).	0,81*	0,65
01. Estou com raiva do meu/minha ex-parceiro(a).(R)	0,74*	0,54
03. Eu perdoei o meu/minha ex-parceiro(a).	0,67*	0,45
05. Espero que meu/minha ex-parceiro(a) receba o que merece por todo mal que ele/ela me fez. (R)	0,55*	0,31
02. Não posso evitar de culpar meu/minha ex-parceiro(a) por ter causado o fim do nosso relacionamento. (R)	0,24	0,06
Quantidade de itens	4	
Variância explicada (%)	50,31	
Valor próprio	2,51	
Alfa de Cronbach	0,78	
Homogeneidade	0,47	

Nota: * carga fatorial considerada satisfatória, isto é, $> |0,30|$. (R) = Itens revertidos. h² = comunalidade

Em resumo, de acordo com a Tabela 4, os resultados parecem bem consistentes, sugerindo evidências satisfatórias acerca da validade fatorial do CPD-S. Unicamente, o item 2 não atingiu a saturação mínima de 0,30. Dessa forma, o fator denominado “*Perdão no âmbito do divórcio*” ficou composto por 4 itens, com cargas fatoriais variando de 0,55 (item 05, “*Espero que meu/minha ex-parceiro(a) receba o que merece por todo mal que ele/ela me fez*”) a 0,81 (item 04, “*Apesar do comportamento de meu/minha ex-parceiro(a) ter me machucado, não guardo rancor dele(a)*”). Ademais, apresentou um alfa de Cronbach de 0,78 e um índice de homogeneidade (correlação média inter-itens/ $r_{i.i}$) de 0,48, portanto, é possível observar que sua consistência interna pareceu igualmente favorável.

4.3. Discussão parcial

No desenvolvimento, avaliação e refinamento de instrumentos psicológicos, comumente, é utilizado o procedimento estatístico da análise fatorial exploratória (Damásio, 2012; Floyd & Widaman, 1995). Nesse estudo, acredita-se que o objetivo tenha sido alcançado, buscando assim, descobrir a conexão causal entre fatores latentes hipotéticos e um conjunto de itens ou indicadores, por considerá-la um dos propósitos dos modelos de análise fatorial (Markus & Borsboom, 2013). Para tanto, enfatiza-se que todos os procedimentos recomendados na literatura (Hayton, Allen, & Scarpello, 2004; Pasquali, 2012) foram realizados, podendo-se considerar os achados confiáveis.

Nessa direção, verificou-se que o *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) ficou composto por um único fator, o qual explica 50,3% da variância total, formado por 4 itens. Unicamente o item 2 (*Não posso evitar de culpar meu/minha ex-parceiro(a) por ter causado o fim do nosso relacionamento*) não atingiu a carga fatorial mínima necessária de $|0,30|$ recomendada na literatura (Pasquali, 2010). Além disso, o instrumento apresentou consistência interna (alfa de *Cronbach*; Nunnally, 1978) superior a 0,70, valor considerado adequado (Blunch, 2008; Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014;), porém, levando em conta que este índice é afetado pela quantidade de itens do fator (Pasquali, 2010), calculou-se o índice de homogeneidade, o qual se demonstrou igualmente favorável (Clark & Watson, 1995). Confirmando assim a *Hipótese 1*, o CPD-S reuniu evidências de validade e precisão, com uma estrutura unifatorial, assim como apresentado no estudo original (Yárnoz-Yaben & González, 2012).

Dessa forma, a partir deste *Estudo 1* pode-se contar com uma escala adaptada para o Português-brasileiro com qualidades psicométricas apropriadas, que de maneira breve avalia os aspectos do perdão no âmbito do divórcio (McCullough & Witvliet, 2002; Yárnoz -Yaben et al., 2015). Entretanto, devido à característica tão somente exploratória da técnica utilizada, faz-

se necessário averiguar a estrutura fatorial encontrada nessa ocasião, utilizando técnicas confirmatórias, a exemplo da análise fatorial confirmatória (AFC). Esse é um dos objetivos do segundo estudo, que será descrito a seguir.

CAPÍTULO V: PERDÃO

E CPT NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO A PARTIR DOS VALORES HUMANOS

5.1. Método

5.1.1. Delineamento e hipóteses

Este segundo estudo, correlacional de natureza *ex post facto*, tem como objetivos averiguar a estrutura do CPD-S encontrada no primeiro estudo, conhecer como as variáveis abordadas estão relacionadas e em que medida os valores humanos explicam o perdão no âmbito do divórcio e o índice de crescimento pós-traumático. Além de identificar a influência de variáveis sociodemográficas (sexo, *status* atual de relacionamento amoroso, características do divórcio, idade e nível de religiosidade), no perdão e CPT. Para tanto, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 2: A estrutura unifatorial do CPD-S será confirmada, apresentando índices de ajustes com qualidades aceitáveis (Byrne, 2010; Hair, et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2013).

Hipótese 3: O perdão no divórcio apresentará correlação positiva e significativa com as dimensões do CPT. Ao conceder o perdão, aumenta-se a qualidade da relação interpessoal. Em consequência, as pessoas assumem um caráter adaptativo e essencial ao processo de reorganização da experiência e no planejamento de novas rotas de desenvolvimentos (Lamela et al., 2010).

Hipótese 4: Quanto às subfunções valorativas, unicamente as representantes do tipo de orientação social (*interativa* e *normativa*) apresentarão poder preditivo do perdão no âmbito do divórcio, uma vez que pessoas que priorizam os valores dessas subfunções buscam manter boas relações interpessoais; além de encontrar na literatura achados similares (Lopes, 2016; Strelan & McKee, 2014).

Hipótese 5: As subfunções representantes do tipo de orientação social (*interativa* e *normativa*) apresentarão poder preditivo do CPT, tendo em vista as metas sociais voltadas para as comunidades (Gouveia, 2013) que promoverão busca de novas possibilidades e rumos de vida.

Hipótese 6: As subfunções representantes do tipo de orientação pessoal (*experimentação e realização*) apresentarão poder preditivo do CPT. Estima-se isso, uma vez que os indivíduos, que priorizam os valores que as compõem, buscam uma melhor autoestima e voltam-se para mudanças e inovações (Gouveia, 2013).

Hipótese 7: As pessoas que passaram maior tempo ao lado do parceiro apresentarão maiores índices de perdão. Tendo em vista que o perdão é oferecido proporcionalmente à proximidade com as pessoas (Rique & Camino, 2010).

Hipótese 8: As pessoas que estão a mais tempo divorciadas apresentarão maiores índices de perdão. Considerando que há um aumento das interações positivas com o avançar dos anos do divórcio (Lamela et al., 2010).

Hipótese 9: Os indivíduos com maiores graus de religiosidade apresentarão maiores magnitudes de perdão. Pois ensinamentos religiosos podem ajudar a diminuir o ressentimento e a dor causada por ofensas, encorajando as pessoas a perdoar e mostrando como fazer (Mullet et al., 2003).

Hipótese 10: Os participantes mais velhos apresentarão maiores índices de perdão frente ao ex-cônjuge. Estima-se isto, pois, os estudos com variáveis demográficas sugerem que com o avanço da idade ocorre a diminuição do desejo de vingança (Mullet, et al., 1998) e a capacidade de perdoar aumenta (Fehr et al., 2010).

Hipótese 11: As mulheres apresentarão maiores índices de perdão no divórcio por priorizarem relações harmoniosas (Miller et al., 2008; Mullet et al., 1998).

Hipótese 12: As pessoas que estão em outro relacionamento amoroso pontuarão mais em perdão no divórcio. A diminuição da vinculação, frequente nas situações pós-divórcio, promove reduções de ressentimentos e desejos de vingança, focalizando as energias em novas oportunidades (Feeney & Monin, 2008).

Hipótese 13: Os participantes da condição tipo de divórcio consensual apresentarão maiores índices de perdão com relação ao ex-parceiro. Pois, estima-se que o processo de desvinculação da figura de cônjuge é acelerado durante o processo de tomada da decisão (Madden-Derdich & Arditti, 1999).

Hipótese 14: As pessoas que passaram maior tempo ao lado do parceiro apresentarão menores índices de CPT. Tem em vista que a vinculação com o cônjuge, com a vida de casado, parece ser maior, minimizando a possibilidade de ainda reconhecer outras possibilidades (Lamela, Figueredo, & Bastos, 2010).

Hipótese 15: As pessoas que estão a mais tempo divorciadas apresentarão maiores índices de CPT. Considera-se que, com o passar do tempo, as pessoas tendem a se libertar da vivência traumática do divórcio e buscam seguir sua vida (Hetherington, Cox, & Cox, 1982).

Hipótese 16: As pessoas com maiores graus de religiosidade apresentarão maiores magnitudes de CPT. Pois, os ensinamentos religiosos oferecem uma orientação individual sobre como se comportar e avaliar uma situação adversa (Gall, Kristjansson, Charbonneau, & Florack, 2009).

Hipótese 17: Mulheres apresentarão maiores índices de crescimento pós-traumático. Mesmo sabendo que a relação entre o gênero e o crescimento se revela pouco consensual, há indícios que apontam o sexo feminino com maiores níveis de crescimento (Duarte, 2012; Linley & Joseph, 2004; Vishnevsky et al., 2010).

Hipótese 18: Os mais jovens apresentarão maiores índices de crescimento pós-traumático. Jovens adultos parecem estar mais receptivos às novas aprendizagens e mudanças que este processo implica. Pessoas mais velhas parecem já ter aprendido todas as suas lições de vida (Tedeschi & Calhoun 2004; Duarte, 2012).

Hipótese 19: As pessoas que estão em outro relacionamento amoroso pontuarão mais em CPT. Reconhecer e se permitir continuar vivendo facilita que as pessoas focalizem as suas energias em novas oportunidades (Feeney & Monin, 2008).

Hipótese 20: Os participantes da condição tipo de divórcio consensual apresentarão maiores índices de CPT. Estima-se que o processo de decisão em conjunto, acelera a percepção dos cônjuges de que o casamento acabou e que a vida deve continuar e tomar outras rotas (Madden-Derdich & Arditti, 1999).

5.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra por conveniência (*não-probabilista*) composta por 200 indivíduos (idades de 18 a 84 anos, $M = 42,02$, $DP = 11,99$) da população geral que já passaram pelo processo de divórcio. A maioria era residente no estado do Piauí (44,12%) e do sexo feminino (75%). Quanto à escolaridade, a maioria (27,5%) possui apenas o ensino médio completo. A renda familiar modal foi a categoria “entre R\$881 e R\$1.576” (22,5%), seguida de “entre R\$2.365 e R\$4.728” (21,7%) e “entre R\$1.577 e R\$2.364” (18,7%). Viveram em média 10,56 anos ($DP = 7,48$) ao lado do ex-cônjuge, estão em média a 8,63 anos ($DP = 8,19$) divorciados e a maior parte (66,5%) tiveram um divórcio consensual (sem brigas). Atualmente 58% desses participantes afirmaram que não estão em outro relacionamento amoroso. Com relação ao nível de religiosidade, em uma escala podendo variar entre 1 = *nada/pouco* e 7 = *muito*, a média dos participantes foi de 4,98 ($DP = 1,83$).

5.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam a um livreto contendo os instrumentos descritos no estudo 1 (CPD-S e questões sociodemográficas) acrescidos dos descritos a seguir.

Questionário dos Valores Básicos– QVB-18. Criado por Gouveia (1998), inicialmente composto por 66 itens, após ser refinado psicometricamente, possuiu 24 itens (Gouveia, 2003) e atualmente, versão utilizada aqui, é composto por 18 itens, os quais representam os valores

(Gouveia, Milfont, & Guerra, 2014a). Para cada um dos valores existem dois descritores que retratam o sentido dado, por exemplo, o valor *Afetividade* sugere “Ter uma relação de afeto profunda e duradora” e “ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos”. Tais valores são distribuídos equitativamente entre as seis subfunções valorativas e são avaliados pelo respondente de acordo com a importância como um princípio-guia na sua vida, utilizando, para tanto, uma escala de sete pontos que varia de 1 (*Totalmente não importante*) a 7 (*Extremamente importante*). O QVB-18 tem apresentado qualidades psicométricas satisfatórias [validade (construto) e precisão (consistência interna e confiabilidade composta)], para fins de pesquisas, em todos os estados brasileiros (Medeiros, 2011). Nesse estudo os indicadores de consistência interna da medida, avaliado pelo alfa de *Cronbach*, variaram de 0,47 (*Realização*) a 0,60 (*Normativa*), sendo esses valores baixos comumente identificados em medidas de valores (e.g., Schwartz, 2005; Anexo IV).

Posttraumatic Growth Inventory (PTGI). Desenvolvido por Tedeschi e Calhoun (1996) e adaptado para o Brasil por Medeiros et al. (no prelo), avalia o grau de mudanças positivas percebidas pelo indivíduo após um acontecimento adverso. O PTGI é uma escala de 21 itens e possui 5 fatores: *Relação com os outros* (itens 6, 8, 9, 15, 16, 20 e 21), *Novas possibilidades* (itens 3, 7, 11, 14 e 17), *Mudança Pessoal* (itens 4, 10, 12 e 19), *Mudança Espiritual* (itens 5 e 18) e *Apreciação da Vida* (itens 1, 2 e 13), sendo que o valor total (somatório de todos os itens) corresponde ao índice de crescimento pós-traumático. Os itens, a exemplo do item 2: “Dou mais valor à minha vida” e do item 19: “Descobri que sou mais forte do que pensava”, são respondidos com escala de respostas do tipo *Likert* que varia de 0 (Não experimentei mudança como resultado desse trauma) a 5 (Mudei completamente), em que consideram ter mudado em consequência de um determinado trauma (Anexo V). Nesse estudo, as dimensões do PTGI apresentaram alfas de *Cronbach* variando de 0,77 (*Mudança Espiritual*) a 0,86 (*Relação com os outros*), além de um “ α total” = 0,95.

5.1.4. Procedimento

Os procedimentos adotados aqui para a coleta de dados foram similares ao do primeiro estudo. Ressalta-se que foram seguidas todas as orientações previstas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Com o acréscimo de dois instrumentos, o tempo médio de resposta foi de aproximadamente 20 minutos.

5.1.5. Análises de dados

Com o *software* AMOS (versão 21), empregou-se uma análise fatorial confirmatória (AFC), testando a adequação da estrutura unifatorial do CPD-S, encontrada no Estudo 1. Os seguintes indicadores foram utilizados para avaliar a adequação do modelo (Byrne, 2010; Hair, et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2013): (1) χ^2 / gl (razão entre o χ^2 e o número de graus de liberdade) é uma tentativa de tornar o χ^2 menos dependente do tamanho amostral. Valores entre 2 e 3 indicam um bom ajuste; (2) *Comparative Fit Index* (CFI) é um índice comparativo. Frequentemente, valores a partir de 0,90 são referências de um modelo ajustado; (3) *Tucker-Lewis Index* (TLI) apresenta uma medida de parcimônia entre os índices do modelo proposto e do modelo nulo. Varia de zero a um, com índice aceitável acima de 0,90. (4) *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA) e seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), recomendando-se valores entre 0,05 e 0,08, admitindo-se até 0,10. O *Pclose* é um indicador mais criterioso, testando a hipótese nula de $RMSEA < 0,05$. Quando seu valor é próximo a zero, rejeita-se esta hipótese, sugerindo ausência de ajuste do modelo. Portanto, é recomendado $Pclose > 0,05$ como indicativo de modelo ajustado.

Também foi utilizado o pacote estatístico *IBM SPSS* (versão 21). Com esse, efetuou-se o cálculo de forma de distribuição (assimetria e curtose), para avaliar a plausibilidade da distribuição normal dos itens do CPD-S, análises descritivas, que objetivou descrever a amostra. Calcularam-se os alfas de *Cronbach* das medidas, além da confiabilidade composta do CPD-S, buscando evidências de sua consistência interna. Por meio de correlações *r* de *Pearson*,

seguidas de regressões lineares (*simples e múltiplas*), pode-se verificar o padrão de relações entre as subfunções valorativas, o perdão e o índice de CPT.

Ainda com o IBM SPSS foram realizados testes-*t* de *Student* para medidas independentes, a fim de identificar a influência de algumas variáveis sociodemográficas (sexo, *status* atual de relacionamento amoroso e tipo de divórcio) no perdão e CPT e realizou-se uma análise de variância, ANOVA, com uma única variável dependente, buscando verificar se existiam diferenças entre as médias dos grupos formados a partir da faixa etária dos participantes. Ademais, correlações de *Pearson* foram calculadas para conhecer em que medida o fator geral do CPT e o perdão estão correlacionados com outras variáveis sociodemográficas (o tempo ao lado do ex-cônjuge, o tempo divorciado e o nível de religiosidade) dos participantes.

5.2. Resultados

Os resultados serão apresentados em subseções, a partir do objetivo que se propõe com as análises estatísticas realizadas. Dessa forma, a seguir, inicia-se com o subtópico que aborda a análise confirmatória do *CPD-S*.

5.2.1. Análise confirmatória do *CPD-S*

Em conformidade com o *Estudo 1*, testou-se o modelo unifatorial para *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (*CPD-S*), ou seja, os quatro itens saturando no mesmo fator geral. Inicialmente, buscou-se verificar se os itens apresentavam distribuições normais; os valores de assimetria e curtose que mais se desviaram foram para os itens 5 (-0,99 e -0,25, respectivamente) e 3 (-0,57 e 0,86, respectivamente). Portanto, os estimadores não foram tão extremos e não comprometem a fiabilidade das conclusões relativas à qualidade do modelo (Marôco, 2014), tenham-se em conta, também, o tamanho amostral ($n = 200$) e a razão de participantes por item (mínimo de 10) serem adequados (Biddle, Markland, Gilbourne,

Chatzisarantis, & Sparkes, 2001; Hair et al., 2009). Dessa forma, os resultados sugerindo como apropriado, executou-se uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), adotando o estimador ML (*Maximum Likelihood*). O modelo do CPD-S é demonstrado na Figura 5.

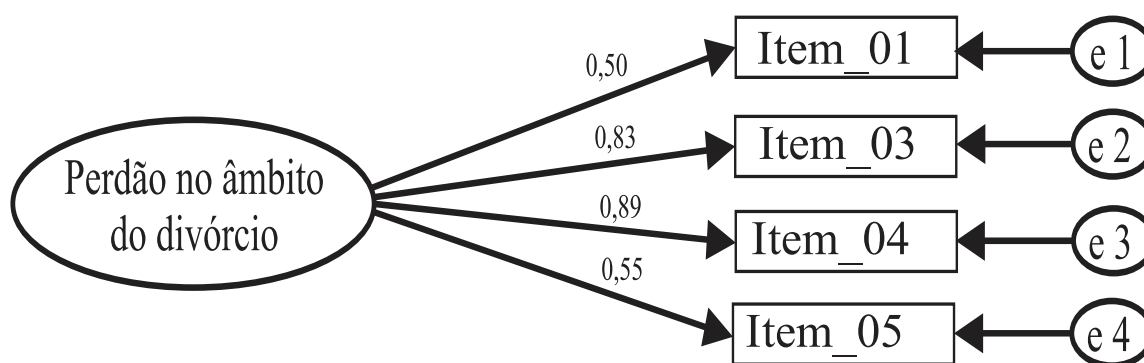


Figura 5. Estrutura Fatorial do CDP-S.

Os resultados da Modelagem de Equações Estruturais apresentaram índices de ajuste com qualidade satisfatória para este modelo: $\chi^2 (2) = 5,58$, $\chi^2/\text{gl} = 2,78$, CFI = 0,98, TLI = 0,96, RMSEA = 0,091 (IC90% = 0,001-0,142) e $P_{\text{close}} = 0,15$. Ressalta-se que todos os pesos fatoriais (*Lambdas* – λ) foram positivos e diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $z > 1,96$, $p < 0,001$), indicando que o fator prediz satisfatoriamente as respostas aos itens. Procurou-se, ainda, conhecer o coeficiente alfa de *Cronbach* ($\alpha = 0,78$) e para dirimir dúvidas, uma vez que esse índice é influenciado pelo número de itens (Pasquali, 2010), foi calculado o valor da Confiabilidade Composta (CC = 0,80). Portanto, esses achados parecem apoiar o parâmetro de consistência interna da medida.

5.2.2. Correlatos e preditores do perdão e crescimento pós-traumático

Posteriormente, com o propósito de conhecer como as seis subfunções valorativas, o perdão no âmbito do divórcio e o CPT se correlacionam, procedeu-se ao cálculo de coeficientes de correlação r de Pearson. Inicialmente, observou-se que perdão no âmbito do divórcio apresentou correlação positiva e significativa, quanto as dimensões do PTGI, unicamente com o fator *Mudança Espiritual* ($r = 0,20$, $p < 0,001$), sugerindo que quanto maior a pontuação na

medida de perdão, maior é aquela em mudanças espirituais. No tocante aos correlatos valorativos, verificou-se que somente a subfunção *interativa* apresentou correlação positiva e significativa com o perdão ($r = 0,17, p < 0,001$), indicando que pessoas que endossam os valores representativos dessa subfunção pontuam mais em perdão. Já quanto ao fenômeno CPT, levou-se em consideração o fator geral do PTGI, calculado a partir da somatória de todos os 21 itens, e constatou-se correlações positivas e significativas com as subfunções *interativa* ($r = 0,24, p < 0,001$), *normativa* ($r = 0,28, p < 0,001$), *suprapessoal* ($r = 0,20, p < 0,001$), *existência* ($r = 0,20, p < 0,001$) e *realização* ($r = 0,31, p < 0,001$). Portanto, excetuando a subfunção *experimentação*, quanto maior a magnitude nas subfunções valorativas, maior é aquela no fator geral do PTGI. Os resultados são mostrados na Tabela 5.

Tabela 05.

Estatísticas descritivas e correlações entre as subfunções valorativas, perdão e crescimento pós-traumático.

Dimensões	M	DP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1	16,43	2,87	0,49	0,45**	0,44**	0,59**	0,28**	0,28**	0,17**	0,23**	0,24**	0,16**	0,18**	0,21**	0,24**
2	17,07	2,76		0,60	0,51**	0,50**	0,06	0,32**	0,08	0,26**	0,22**	0,24**	0,32**	0,22**	0,28**
3	16,37	2,87			0,57	0,56**	0,35**	0,33**	0,08	0,16*	0,19**	0,20**	0,12	0,21**	0,20**
4	18,28	2,43				0,60	0,24**	0,32**	0,09	0,17*	0,21**	0,17*	0,16*	0,20**	0,20**
5	13,58	3,38					0,55	0,41**	-0,01	0,13	0,12	0,10	-0,01	0,17*	0,13
6	13,92	3,05						0,47	-0,05	0,29**	0,28**	0,29**	0,18**	0,29**	0,31**
7	14,69	4,13							0,78	0,12	0,04	0,10	0,20**	-0,02	0,09
8	22,32	8,55								0,86	0,79**	0,75**	0,71**	0,73**	0,93**
9	17,90	5,63									0,84	0,78**	0,62**	0,79**	0,91**
10	15,01	4,66										0,82	0,68**	0,80**	0,89**
11	6,51	3,01											0,77	0,60**	0,78**
12	10,75	3,81												0,80	0,87**
13	14,69	4,13													0,95

Nota: ** $p < 0,001$; * $p < 0,05$ (teste unicaudal); **1** = Subfunção Interativa; **2** = Subfunção Normativa; **3** = Subfunção Suprapessoal; **4** = Subfunção Existência; **5** = Subfunção Experimentação; **6** = Subfunção Realização; **7** = Perdão no âmbito do divórcio; **8** = Relação com os outros; **9** = Novas possibilidades; **10** = Mudança Pessoal; **11** = Mudança Espiritual; **12** = Apreciação da vida; **13** = PTGI-fator geral. Os valores nas diagonais correspondem aos coeficientes de consistência interna mensurados através do alfa de Cronbach.

Complementando as análises acerca da associação entre as variáveis estudadas, procedeu-se em um primeiro momento uma regressão linear simples, procurando conhecer em que medida a subfunção *interativa* explica o perdão no âmbito do divórcio, considerando a análise de regressão uma extensão da análise de correlação. Posteriormente, executou-se uma análise de regressão linear múltipla, a qual permite avaliar o efeito que uma ou mais variáveis antecedentes têm em uma variável consequente (Dancey & Reidy, 2006), utilizando-se o método *stepwise*, por diminuir a incidência de problemas de multicolinearidade das variáveis (Field, 2005). No caso, tomaram-se as subfunções valorativas como variáveis antecedentes, tendo como critério empírico a significância do coeficiente de correlação na seleção para entrar na análise de regressão, e o fator geral do PTGI, como variável consequente. Descrevem-se, a seguir, os resultados.

Observou-se que a subfunção *interativa* ($\beta = 0,17, p < 0,05$) foi tida como preditora do perdão no âmbito do divórcio. Nesse caso [R^2 ajustado = 0,02; $F(1;198) = 5,74; p < 0,001$], contribuindo com 2% da explicação total do construto em questão. Por fim, foi efetuada uma regressão linear múltipla *stepwise* (por etapas) com todas as variáveis que apresentaram correlação com o fator geral do PTGI. De acordo com os resultados detalhados na Tabela 6, foi possível observar que entraram como melhores preditoras das mudanças positivas depois da vivência estressora do divórcio as subfunções: *realização* ($\beta = 0,24, p < 0,01$) e *normativa* ($\beta = 0,20, p < 0,01$), as quais fizeram parte da equação de regressão, explicando em conjunto 12% da variância total (R^2 ajustado).

Tabela 6.

Regressão linear tomando as subfunções valorativas como variáveis preditores do CPT.

Preditores		R	R ² Ajustado	F	B	Beta	t
Crescimento pós- traumático	<i>Realização</i>	0,31	0,09	20,32	1,81	0,24	3,43*
	<i>Normativa</i>	0,28	0,08	14,56	1,66	0,20	2,84*

Nota: * $p < 0,05$. R^2 : contribuição individual de cada variável no modelo.

5.2.3. Relação e influência de variáveis sociodemográficas no CPT e no perdão

Considerando a estrutura do CDP-S unifatorial, através da somatória dos quatro itens, pode-se calcular a pontuação total e conhecer em que medida o perdão no âmbito do divórcio relaciona-se com o nível de religiosidade, tempo ao lado do ex-cônjuge e tempo divorciado que os participantes declararam. Para tanto, realizaram-se correlações de *Pearson* e, a partir dos resultados, constataram-se que não houve correlações significativas entre o índice de perdão e o tempo ao lado do ex-cônjuge ($r = 0,10$; $p = 0,13$). Entretanto, foram encontradas correlações positivas e significativas com o tempo divorciado ($r = 0,15$; $p = 0,03$) e com o nível de religiosidade ($r = 0,21$; $p = 0,02$). Sugere-se, assim, que quando o indivíduo apresentar maior grau de religiosidade e maior tempo de divórcio, maior será a sua magnitude no perdão frente ao ex-cônjuge.

Em seguida, a fim de estudar as fontes de variações no índice de perdão, realizou-se uma análise de variância, ANOVA, como única variável dependente o índice geral do perdão e, como variável independente, a idade dos participantes. Para tanto, foram criados grupos, definidos como: jovem adulto (até 35 anos); adulto maduro (36-59 anos) e idosos (60 anos ou mais). Diferenças significativas foram encontradas para essas condições [$F(2,193) = 8,18$, $p < 0,001$], apresentando um tamanho do efeito com um η^2 (eta parcial) de 0,08, o qual demonstra que 8%, aproximadamente, da variação das pontuações do CPD-S pode ser creditada às diferenças de faixa etária dos participantes. Um teste *post hoc* (DHS de Tukey) apontou existir uma maior diferença significativa ($p = 0,01$) entre os grupos dos idosos ($M = 15,71$; $DP = 3,31$) e jovem adulto ($M = 12,23$; $DP = 4,54$), com o valor do tamanho de efeito ($d = 0,44$) indicando que essas condições diferem por 0,44 desvio padrão.

Além disso, prosseguindo com as análises acerca das fontes de variações no índice de perdão no âmbito do divórcio, desta vez buscando comparar duas condições, realizaram-se testes *t* de *student* para amostras independentes com outras três variáveis sócio-demográficas

dos participantes, a saber: sexo, *status* atual de relacionamento amoroso e tipo de divórcio. A partir dos resultados, não foram encontradas diferenças significativas das médias para sexo participantes [$t(198) = 1,04$; $p = 0,29$] e *status* atual de relacionamento [$t(196) = 0,89$; $p = 0,37$]. Contudo, os resultados apontam uma diferença significativa das médias de 1,84, com intervalo de confiança (i.c 95%) entre 0,61 a 3,05, entre os participantes que passaram por diferentes tipos de divórcio [$t(196) = 2,95$; $p < 0,05$; $d = 0,22$], sugerindo que aqueles que tiveram um divórcio consensual ($M = 15,26$, $DP = 3,91$) apresentaram maiores índices de perdão que aqueles que passaram por um divórcio litigioso ($M = 12,42$, $DP = 4,38$).

Quanto ao CPT, considerou-se o fator geral do PTGI, ou seja, a somatória de todos os 21 itens, e pode-se conhecer em que medida o crescimento pós-traumático experienciado pelas pessoas divorciadas está relacionado com o nível de religiosidade, tempo ao lado do ex-cônjuge e tempo divorciado que os participantes declararam. Para tanto, realizaram-se correlações de *Pearson*. Verificou-se, então, nos resultados, que não existiu correlação significativa entre o CPT e o tempo ao lado do ex-cônjuge ($r = 0,01$; $p = 0,93$), contudo, existem correlações positivas e estatisticamente significativas entre o CPT e o tempo divorciado ($r = 0,21$; $p = 0,02$) e o nível de religiosidade ($r = 0,21$; $p = 0,01$).

Ademais, foram executados testes *t* para amostras independentes e pode-se observar que não existem diferenças significativas na pontuação do CPT quanto ao sexo dos participantes [$t(198) = 1,51$; $p = 0,13$], *status* atual de relacionamento [$t(198) = 1,04$; $p = 0,29$] nem quanto ao tipo de divórcio [$t(198) = 1,35$; $p = 0,17$]. Ainda, executou-se uma ANOVA buscando a influência das faixas etárias criadas e, a partir dos resultados, verificou-se que não existem diferenças significativas quanto às faixas etárias das pessoas divorciadas [$F(2,197) = 0,15$, $p = 0,85$].

5.3. Discussão parcial

Nesse *Estudo 2*, buscou-se, primeiramente, averiguar a estrutura fatorial do CPD-S encontrada no primeiro estudo. A análise fatorial confirmatória, considerando a estrutura de um único fator, composta por quatro itens, apresentou indicadores de ajuste satisfatórios de acordo com a literatura (e.g., CFI e TLI > 0,90 e RMSEA < 0,10; Byrne, 2010; Hair, et al., 2009; Tabachnick & Fidell, 2013), acontecendo o mesmo com os seus índices de consistência interna (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014; Nunnally, 1978). Os achados confirmam a estrutura unidimensional como teoricamente esperada (Yárnoz-Yaben & González, 2012), corroborando assim com a *Hipótese 2*.

Vencida essa etapa, buscou-se a relação entre as variáveis do estudo. Corroborando em parte com a *hipótese 3*, os resultados indicaram uma correlação positiva e estatisticamente significativa, unicamente, com o fator *Mudança Espiritual*, sugerindo que pessoas que pontuam alto em perdão apresentam elevadas magnitudes também nesta dimensão do CPT. Assim, após a experiência não satisfatória com o casamento, indivíduos minimizam as energias voltadas para o ex-cônjuge, tendem a perdoá-lo buscando mais significados para sua vida no processo de adaptação, planejamento, desenvolvimentos de novas rotas e oportunidades para sua vida (Lamela et al., 2010). Dessa forma, mudam prioridades e opções de vida em vários domínios (Lindstrom et al., 2013), sobretudo, espirituais e existenciais, aumentando sua fé e interesse pelos ensinamentos religiosos (e.g., perdão; Calhoun & Tedeschi, 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Além disso, considerando que esta dissertação aborda os valores humanos como variáveis que guiam o comportamento e representa cognitivamente as necessidades (Gouveia, 2013), buscou-se atingir o objetivo geral deste estudo, verificando a relação e o poder preditivo das subfunções valorativas no perdão no âmbito do divórcio. Os resultados, corroborando

parcialmente a *Hipótese 4*, indicam que pessoas que priorizam valores da subfunção *interativa*, sendo eles: afetividade, convivência e apoio social, apresentam maiores índices de perdão, uma vez que esses valores são essenciais para estabelecer, regular e manter as relações interpessoais, representando pessoas que se preocupam e nutrem sentimentos de cuidado e afeto com o outro (Braithwaite & Law, 1985; Gouveia, 2013). Esses resultados coincidem com os achados de Lopes (2016), os quais evidenciaram a relação dessa subfunção com o perdão conjugal e contradizem os achados de Barbosa (2015), os quais não demonstram relação com a predisposição para perdoar. Especificamente no âmbito do divórcio, sugere-se, também, que pessoas que priorizam essa subfunção concedem o perdão ao ex-cônjuge buscando evitar desentendimentos e garantindo obtenção de ajuda quando necessário (Braithwaite & Scott, 1991).

Identificou-se, também, a relação dos valores humanos com as mudanças psicológicas positivas que o indivíduo experimenta, resultando de um processo de luta perante a vivência de grandes crises ou eventos traumáticos, caracterizando o CPT (Bluvtein et al., 2012; Lau et al., 2013; Tedeschi, Park, & Calhoun, 1998). Levando-se em conta as subfunções valorativas, a partir do tipo de orientação, buscou-se a relação com o fator geral do CPT, resultado da somatória de todos os 21 itens, distribuídos nas cinco dimensões, que compõem o PTGI.

Dessa forma, observou-se a relação com as duas subfunções do tipo de orientação social (*interativa* e *normativa*), dado que pessoas guiadas pelos valores que representam essas subfunções voltam-se para o grupo como unidade principal de sobrevivência (Gouveia, 2013) e têm maior facilidade com o processo de enfrentamento e adaptação bem sucedida de experiências traumáticas (Ramos & Leal, 2013), pois, a busca pelo suporte social providenciará a oportunidade do indivíduo contar repetidamente a sua história, oferecendo novas perspectivas sobre a mesma, possibilitando a atribuição de significado e a criação de uma nova e integradora

narrativa de vida (Duarte, 2012). Ademais, aumenta a sensação de compaixão por outros que passam por dificuldades semelhantes (Calhoun & Tedeschi, 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Especificamente, a subfunção *normativa* demonstrou poder de predição das mudanças positivas experimentadas pelos divorciados. Corroborando, em parte, a *hipótese 5*, esse achado sugere que pessoas que priorizam os valores tradição, obediência e religiosidade apresentam altos índices de crescimento pós-traumático, assim como demonstraram Medeiros et al., (artigo submetido para publicação), quando em uma amostra do nordeste brasileiro encontraram que a subfunção *normativa* apresenta a maior magnitude de relação com o CPT. Nessa direção, pessoas que enfrentam uma crise têm mais probabilidade de se tornarem engajadas cognitivamente com as questões existenciais fundamentais sobre a morte e o sentido de vida (Calhoun et al., 2010; Duarte, 2012). Para além de uma religião específica, indivíduos se motivam para satisfazer suas necessidades e reconhecem a existência de uma entidade superior, buscando, assim, uma vida tranquila por meio da harmonia social (Braithwaite & Scott, 1991; Gouveia et al., 2014). Portanto, apresentam mudanças espirituais, existenciais e religiosas, aumentado sua fé e a procura de mais significados para sua vida no processo de adaptação do divórcio (Calhoun & Tedeschi, 2012; Tedeschi & Calhoun, 1996).

Com os valores pessoais (subfunções *experimentação* e *realização*) esperava-se relação com o CPT, dado que pessoas que pontuam alto nos valores que as compõem voltam suas energias para mudanças e inovações (Gouveia, 2013). Porém, os resultados indicaram que apenas a subfunção *realização* teve relação e poder preditivo com o CPT, corroborando assim, parcialmente a *hipótese 6*. Nesse sentido, pessoas que endossam os valores dessa subfunção sentem a necessidade de autoestima (Maslow, 1954; Ronen, 1994) e a demonstração de competências, favorecendo, assim, que depois do divórcio, as mudanças sejam percebidas no próprio indivíduo. Reconhecendo-se como mais forte e confiante em si mesmo, a desilusão com o casamento é encarada como mais uma experiência e aprendizado, sentindo-se capaz de

enfrentar adversidades futuras, buscando desenvolver e transparecer esta autoimagem de detentor de mais recursos próprios (Lindstrom et al., 2013; Ramos & Leal, 2013). Converte, assim, com os achados de Kulik e Heine-Cohen (2011), Lamela et al., (2014) e Thomas e Ryan (2008), os quais asseveram que, especificamente as pessoas divorciadas, ao procurar superar o fracasso, experimentam maior sensação de autonomia e competência, além de desenvolverem mais habilidades de enfrentamento.

Por fim, verificou-se a relação do CPT com os valores centrais (subfunções *suprapessoal* e *existência*), os quais são considerados a base estruturante da organização valorativa. Expressando uma alternativa de coexistência, é compatível com os outros tipos de orientação (Gouveia, 2013), por esse motivo, não foram criadas hipóteses com tais subfunções. Não obstante, a relação ocorreu e é teoricamente explicada, pois, após a vivência adversa, o indivíduo, priorizando as condições básicas para sua sobrevivência tanto biológica, como psicológica, sente a necessidade de reexaminar as crenças e reconstruir sua narrativa de vida (Triplett et al., 2012), facilitando o crescimento. Além disso, segundo Resende, Sendas e Maia (2008) a experiência de um evento traumático, como é o caso do divórcio, leva o indivíduo a engatar no processamento cognitivo a fim de alcançar um significado e propósito à própria existência, aumentando a probabilidade de experienciar mudanças positivas.

Ainda, foi possível identificar a influência de variáveis sociodemográficas no perdão do âmbito do divórcio. No tocante ao tempo ao lado do parceiro, não foi encontrada relação, assim como no estudo de Yárnoz-Yaben (2015), porém, contradiz o que se esperava a partir da *Hipótese 7*, pois, segundo Rique e Camino (2010), o perdão é concedido proporcionalmente à proximidade com as pessoas. Não obstante, os resultados indicam que o nível de envolvimento desenvolvido no casamento não pode ser mensurado unicamente com a quantidade de tempo de convívio mantida pelos cônjuges, considerando que o companheirismo, o comprometimento com a relação, o apego desenvolvido pelo parceiro (Yárnoz-Yaben, 2010) dentre outras

variáveis, sobretudo a satisfação conjugal (Almeida, 2016) atingida no período de união, são consideradas como intervenientes na intensidade e proximidade entre os cônjuges, aumentando assim a probabilidade de conceder o perdão.

Maiores índices de perdão tiveram correlação positiva e significativa com o tempo de divórcio, indicando que quanto mais tempo o fato ter ocorrido, maior será a probabilidade de conceder o perdão ao ex-cônjuge, corroborando assim a *Hipótese 8*. Essa relação é teoricamente abordada e explicada por Lamela, Figueredo e Bastos (2010) em seu estudo com pais divorciados, no qual asseveram que com o avançar dos anos, após o divórcio, há também um aumento das interações positivas, diminuição da evitação e dos confrontos. A distância mantida favorece uma melhor convivência, uma diminuição da raiva, magoa e rancor, tornando a transgressão mais perdoável (McCullough, Fincham, & Tsang, 2003; Wohl & McGrath, 2007). Considera-se, ainda, que ao longo do tempo, os indivíduos que são mais tolerantes e concebem o perdão, se adaptam mais satisfatoriamente a situação pós-divórcio, demonstrando maiores níveis de bem-estar subjetivo (Yárnoz-Yaben, Garmendia, & Comino, 2015).

Indo ao encontro da *Hipótese 9*, os resultados demonstraram uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o ato de perdoar e o nível que os participantes se consideram religiosos. Esse achado era teoricamente esperado, uma vez que as pessoas religiosas perdoam mais facilmente (Mullet et al., 2003), seguindo os ensinamentos religiosos para diminuir o ressentimento e a dor causada por ofensas (Menezes, 2009). Perdoar é considerado uma virtude da prática das religiões (Webb et al., 2012) e as pessoas aprendem, através de orações, sermões e leituras de escrituras religiosas, que por serem perdoadas por Deus, deveriam perdoar (Rye, 2005).

No tocante a idade dos participantes, verificou-se que, assim como esperado na *Hipótese 10*, as pessoas mais velhas apresentaram maiores índices de perdão frente ao ex-cônjuge, corroborando, também, outras pesquisas realizadas na área (Miller & Worthington, 2010; Miller et al., 2008). Estima-se que com o avanço da idade ocorre a diminuição do desejo de vingança (Mullet, et al., 1998) e o aumento da capacidade de perdoar (Fehr et al., 2010; Steiner, Allemand, & McCullough, 2011), considerando que, em idades avançadas, o nível de satisfação com a vida, saúde e longevidade são diretamente influenciadas pela capacidade de manutenção de relacionamentos com outras pessoas (Simões, 2006). Ademais, em uma revisão meta-analítica, Riek e Mania (2012) constaram que a idade dos participantes era um moderador significativo das relações de perdão com vários desfechos, como a depressão. Logo, pessoas mais velhas que já vivenciaram um divórcio manuseiam a situação traumática e priorizam as qualidades das relações, pois, segundo Lang e Cartensen, (2002) se sentem com uma vida limitada e com fim próximo, tendendo a ser mais benevolente; com receio da solidão, objetivam pertencer a grupos sociais (e.g., família, amigos).

Quanto ao sexo dos participantes, os resultados apontaram que homens e mulheres não se diferenciam na magnitude do perdão ofertado ao ex-cônjuge. Isso contradiz pesquisas anteriores (Miller et al., 2008; Park, 1998) e não corrobora a *Hipótese 11*, que as mulheres apresentariam maiores índices de perdão. Logo, sugere-se que, mesmo as mulheres priorizando relações mais harmoniosas, (Mullet et al., 1998) não concebem o perdão no âmbito do divórcio em uma magnitude maior que os homens. Nessa direção, outras pesquisas também indicam não existir diferenças significativas quanto ao sexo (Subkoviak et al., 1995; Rique & Camino, 2010) e que o efeito dessa variável sobre a capacidade de perdoar é muito pequeno (Fehr et al., 2010). Ademais, essa ausência de diferenças é explicada por Green, DeCourville e Sadava, (2012) e Zhu (2014) ao sugerirem que os homens e as mulheres apresentam o mesmo mecanismo subjacente para o perdão.

Não foi encontrada, também, diferença na magnitude dos participantes que atualmente estão ou não em outro relacionamento amoroso. Esse achado vai de encontro a *hipótese 12* e a premissa de que novos relacionamentos promovem diminuição de ressentimentos e desejos de vinganças (Feeney & Monin, 2008), sugerindo que estar com outra pessoa não é determinante para conceder o perdão ao ex-cônjuge. Mesmo buscando novas oportunidades e permitindo-se reconstruir a vida amorosa, esquecendo o que foi vivenciado, isso não significa dizer que a pessoa não guarda mais rancor e ressentimentos da outra com quem foi casada (Enright & Coyle, 1998).

Não obstante, uma variável que parece ter influência é o tipo de divórcio. Os resultados corroboraram a *hipótese 13*, apontando que os indivíduos que tiveram um divórcio consensual apresentam maiores índices de perdão frente ao ex-cônjuge. Nesse sentido, leva-se em conta que ainda no casamento, durante o processo em que decidem pelo fim, os cônjuges já iniciam a desvinculação da figura, ou seja, já imagina, planeja e conclui ser a melhor opção não manter o relacionamento (Madden-Derdich & Arditti, 1999). Reduzindo os motivos para nutrir sentimentos negativos, promove atitudes e posicionamentos mais positivos, sobretudo o perdão (Paludo & Koller, 2007).

No tocante a influência das variáveis sociodemográficas nas pontuações do crescimento pós-traumático, este tomado a partir da pontuação geral do PTGI, pode-se observar, primeiramente, que não existiu relação entre o tempo ao lado do parceiro e os índices de CPT, divergindo do que era esperado. A partir da *hipótese 14*, acreditava-se que uma maior vinculação aconteceria com maiores anos de casado e isso dificultaria a possibilidade de reconhecimento e busca por novas oportunidades (Lamela, Figueredo, & Bastos, 2010). No entanto, a ausência dessa relação parece sugerir que as pessoas, ao se divorciarem, quando são decididas a reconstruir sua vida, não levam em consideração a história vivenciada ao lado do parceiro. Uma vez que os planos de se casarem a fim de viverem juntos para sempre são

interrompidos, acontece uma exigência por um processo de ressignificação frente ao fracasso, ao controle sobre os eventos e atribuição de, muitas vezes, diferentes responsabilidades (e.g., no trabalho, com diferentes amigos; Koenig-Kellas et al., 2008; Yárnoz-Yaben et al., 2015).

Nessa linha, os resultados também indicam que mais tempo de divórcio auxilia a ressignificação do fracasso, tendo em vista que as pessoas experienciam maiores índices de CPT. Corroborando a *hipótese 15*, os achados apontam que as pessoas minimizam as dificuldades de desvinculação ao passar do tempo e buscam fugir e superar a vivência traumática do divórcio, dando continuidade a sua vida (Hetherington, Cox, & Cox, 1982). Reconhecendo-se como solteiras de novo, dessa vez com uma bagagem de aprendizados e experiências, procuram canalizar as suas energias para novos projetos, abandonando de vez, frequentes fantasias de retaliação, vingança, ódio e ressentimento contra o ex-cônjuge (Menezes, 2009; Yárnoz -Yaben et al., 2015).

Vale destacar também que, como esperado, a religiosidade apresenta-se como uma variável que auxilia no processo de adaptação e crescimento no âmbito do divórcio. Corroborando a *hipótese 16*, os resultados apontaram que as pessoas com maiores graus de religiosidade apresentam maiores magnitudes de CPT. A partir da literatura especializada, isso é explicado, pois os ensinamentos religiosos oferecem uma orientação para os indivíduos lidar com situações estressoras (Gall et al., 2009). Ensinamentos como o perdão, supracitado, e a gratidão, a qual proporciona que as pessoas, mesmo após a situação adversa do divórcio, agradeçam e reconheçam muitas coisas boas no cotidiano e que ainda há vida, formando cognições positivas que ajudam restabelecer o significado do mundo (Wu, Zhou, Liu, & Chen, 2014). Portanto, após a vivência do divórcio, são avaliados os comportamentos e as estratégias a serem tomadas; e, nessas situações, segundo Bert (2011), para muitas pessoas, a religiosidade se torna a base de sua filosofia de vida, proporcionando forças, orientações e assistência no esforço investido na compreensão dos eventos.

Outra variável sociodemográfica considerada neste estudo foi o sexo dos participantes. Os resultados apontam não existirem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, indo de encontro à *hipótese 17*, a qual afirmava que participantes do sexo feminino apresentariam maiores índices de CPT e também com estudos que relatam indícios de maiores níveis de crescimento em mulheres (Duarte, 2012; Linley & Joseph, 2004; Vishnevsky et al., 2010). Mesmo os resultados quanto ao sexo ainda demonstrarem ser inconclusivos, considera-se que os homens sentem medo de demonstrar fracasso, caso precisem pedir ajuda ou compartilhar suas experiências traumáticas (Ramos & Leal, 2013; Tedeschi & Calhoun, 2004).

No entanto, especificamente no âmbito do divórcio, os resultados aqui encontrados indicam que as peculiaridades não se diferem quanto ao sexo, por ser um dos mais severos estressores destruturantes na vida adulta (Holmes & Rahe, 1967). Consequentemente, o elevado nível de estresse que acompanha o processo de separação faz com que, tanto os homens como as mulheres, sintam maior necessidade de reexaminar as suas crenças. Dessa forma, aumenta a probabilidade de experienciarem mudanças positivas após o evento traumático (Cann et al., 2010; Triplett et al., 2012).

Assim como o sexo, os resultados indicaram que a faixa etária dos participantes não influencia as pontuações do CPT. Contrariamente à *hipótese 18* e outros achados (Powell, Rosner, Butollo, Tedeschi, & Calhoun, 2003; Tedeschi & Calhoun, 2004; Duarte, 2012), os mais jovens não demonstraram maiores índices. Isso pode ser teoricamente discutido levando-se em consideração que, por um lado, os jovens adultos e adultos maduros ainda estão abertos a novas aprendizagens e encaram a situação adversa do divórcio como uma oportunidade de aprender coisas novas, de saber lidar com situações e de perceber que a vida é feita de escolhas – mesmo algumas não obtendo o resultado desejado, percebem que existem outras disponíveis (Tedeschi & Calhoun, 2004). Por outro lado, os mais velhos já passaram por muita coisa na vida e mais facilmente atingem um nível de maturidade que auxilia a ressignificar o evento,

além de perceberem que há outras pessoas (e.g., filhos, netos, amigos) que ainda estão ao seu lado e serão seus companheiros, devendo a energia ser voltada para estes. Além de considerarem que a vida não acabou, os idosos, atualmente, ainda se sentem vigorosos e buscam experiências novas e realizações (Duarte, 2012; Ramos & Leal, 2013).

Outra hipótese não corroborada foi a de que as pessoas que estão em outro relacionamento amoroso pontuam mais em CPT. Divergindo do que era esperado na *hipótese 19*, os resultados sugerem que os ex-cônjuges que seguem sua vida não sentem necessidade de encontrar outra pessoa para que o processo de adaptação ao trauma seja promovido. Para tanto, parece ser necessário traçar novas rotas de desenvolvimento e ter um planejamento de reorganização da experiência (Lamela et al., 2014). Segundo Feeney e Monin (2008), o reconhecimento e a atitude de se permitir continuar vivendo facilita que as pessoas focalizem suas energias em novas oportunidades, buscando assim, comportamentos, pensamentos e vivências que aumentem sua autoestima.

Por fim, observa-se que outra hipótese (20) não foi corroborada. Os participantes não apresentaram diferenças estatisticamente significativas quanto à condição do tipo de divórcio (consensual ou litigioso). Propondo testar essa hipótese de maneira inovadora quanto ao fenômeno do CPT em divorciados, os resultados sugerem que sair de uma relação com ou sem brigas não interfere na percepção dos cônjuges de que o casamento acabou e que a vida deve continuar e tomar outras rotas (Madden-Derdich & Arditti, 1999). Como observado, quando foram testadas outras hipóteses, fica claro que características do divórcio não influenciam diretamente a experimentação do CPT, sendo fundamental no processo que mudanças cognitivas individuais na luta pelo enfrentamento da situação traumática aconteçam de maneira saudável. Isso contribui com a diminuição de vinculação, pensamentos e desejos negativos para com o ex-parceiro e reconhecimento de forças, potencialidades, oportunidades, valorização da

vida, dos amigos, além do aumento de sua fé e ressignificação da filosofia de vida (Feeney & Monin, 2008; Lau et al., 2013; Tedeschi, Park, & Calhoun, 1998).

6.1. Principais contribuições dos estudos

A presente dissertação teve como objetivo geral conhecer em que medida os valores humanos básicos explicam o perdão no âmbito do divórcio/separação e o índice de crescimento pós-traumático. Ainda, foram elaborados objetivos específicos: (1) adaptar e reunir evidências psicométricas de validade e precisão do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S) para o contexto brasileiro; (2) conhecer em que medida o perdão se correlaciona com o crescimento pós-traumático; (3) identificar quais os valores primados pelas pessoas que concedem o perdão para o ex-cônjuge; (4) identificar quais os valores primados pelas pessoas que apresentam crescimento pós-traumático depois de uma situação de divórcio; (5) identificar a influência de algumas variáveis sociodemográficas (e.g., sexo, a idade, nível de religiosidade, status de relacionamento atual, características do divórcio), no perdão e CPT no âmbito do divórcio.

Para tanto, foram realizados dois estudos com amostras independentes. No que se refere ao *Estudo 1*, reuniram-se evidências de validade fatorial e consistência interna do QPD-S. No que diz respeito ao *Estudo 2*, inicialmente, a análise fatorial confirmatória, considerando a estrutura de um único fator, apresentou indicadores de ajuste satisfatórios de acordo com a literatura (e.g., CFI e TLI > 0,90 e RMSEA < 0,10; Tabachnick & Fidell, 2013), acontecendo o mesmo com os seus índices de consistência interna (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014; Nunnally, 1978).

Sabendo da importância de se contar com instrumentos que apresentem qualidades psicométricas adequadas e fundamentação teórica sólida, que justifique seu uso e sua utilidade para se compreender seus antecedentes e consequentes (Clark & Watson, 1995), acredita-se que, o presente estudo, apresente uma valiosa contribuição para a produção científica crescente acerca do perdão; proporcionando um instrumento com suas

qualidades asseguradas que se torna alternativa, em Português brasileiro, para pesquisadores interessados em avaliar e conhecer os correlatos do perdão no âmbito do divórcio (McCullough & Witvliet, 2002; Yárnoz-Yaben, 2015).

Nesses últimos anos, o CPD-S vem sendo utilizado com o fim de analisar o lugar do perdão posteriormente ao divórcio, demonstrando relações sólidas com o bem-estar subjetivo, satisfação com a vida, adaptação com a separação (Yárnoz-Yaben et al., 2015) e, semelhantemente, foi realizado no *Estudo 2*, com variáveis sócio-demográficas, identificando a influência, por exemplo, da idade, sexo, anos de casados e de divorciados (Yárnoz-Yaben, 2015). Sendo assim, considera-se que no processo de adaptação e mudanças positivas pós-divórcio, o perdão é abordado como um integrante relevante e indispensável a ser estudado (Leime et al., 2012), pois, atitudes positivas promovem condições para o desenvolvimento pleno e saudável dos aspectos biológicos e sociais dos seres humanos (Paludo & Koller, 2007).

Não obstante, o perdão não evita o sofrimento e não suprime as dificuldades da situação adversa (Beltrão, 2012). Perdoar na situação de divórcio pode proporcionar uma prática e estabelecer um estágio para expressões diversificadas em respostas a traumas de vida maiores que a pessoa possa, porventura, ter vivido ou ainda vivenciar (Santana & Lopes, 2012). Nesse caminho, o indivíduo que supera o rancor, direciona suas energias para sua própria vida, reconhece-se com mais forças, novas oportunidades, aprendizagens e experiencia mudanças positivas.

Tais mudanças, caracterizando o crescimento pós-traumático (Calhoun & Tedeschi, 2012), são respostas frente ao processo de ressignificação do fim do casamento, que para além dos manejos de raiva, culpa, vergonha (Alves et al., 2014), também é encarado como gatilho para novas oportunidades (Lamela et al., 2014). Dessa forma, esse construto foi abordado como consequente do ato de perdoar, sugerindo a relação com,

unicamente, uma dimensão do CPT, contudo os achados contribuem com evidências científicas, com a crescente e limitada investigação, feita de forma intuitiva, que diz respeito à relação desses dois construtos (Fischer, 2006; Laufer et al., 2009).

Atingindo o objetivo geral deste estudo, ainda no *Estudo 2*, buscou-se conhecer o poder preditivo dos valores humanos, os quais apresentaram-se como explicadores do perdão e do crescimento pós-traumático no âmbito do divórcio, demonstrando a centralidade desse construto para a compreensão dos fenômenos sociais, fato de relativo consenso entre os cientistas sociais (Estramiana et al., 2013). Especificamente, utilizando a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998, 2003, 2013), os achados contribuem com evidências das funções valorativas, sobretudo guiar os comportamentos humanos, representando as prioridades dos valores na explicação dos fenômenos, perdão e CPT, abordados.

Em outros estudos, as relações com o perdão (Barbosa, 2015; Lopes, 2016) e com o CPT (Medeiros et al., no prelo) já haviam sido apresentadas e serviram de suporte teórico para esta pesquisa. Não obstante, a relevância dos resultados desta dissertação, para além dos supracitados, diz respeito à particularidade da amostra e contribuições para o trabalho clínico e aplicação de teorias da Psicologia Social. Encarando o divórcio como um dos eventos mais traumáticos na vida adulta, os valores humanos passam a merecer mais destaque no trabalho de adaptação e regulação saudável, sobretudo no trabalho de ressignificação das crenças e tomadas de decisões pós-divórcio. Ressalta-se também a natureza benevolente do ser humano e positiva dos valores (Gouveia, 2013), a contribuição deste construto para a Psicologia Cognitiva (Krüger, 2015) e a possibilidade de mudanças ao longo do ciclo de vida (Gouveia, Vione, Milfont, & Fischer, 2015).

Dessa forma, partindo dessas premissas, advoga-se a importância de conscientizar as pessoas para importância dos valores humanos no processo comportamental. Tendo

uma relevante relação com o perdão e mudanças positivas pós-divórcio, consequentemente na qualidade de vida e manutenção da saúde, sugere-se a possibilidade de ser uma estratégia das políticas públicas na área da saúde. Nesse sentido, incentiva-se o surgimento e manutenção de estudos de intervenção e educação terapêutica, baseados nos valores humanos, para o perdão e CPT, atingindo pessoas que, cotidianamente, experienciam transgressões, adversidades e buscam novas oportunidades na vida.

6.2. Limitações da pesquisa

Não obstante, esta pesquisa, igualmente a todos os empreendimentos científicos, não está isenta de limitações. Pode-se apontar o viés amostra por conveniência (Cozby, 2003), limitando os achados para o contexto em que a coleta foi realizada, porém, ressalta-se que este estudo não teve como objetivo generalizar os seus resultados. Ademais, nas respostas dos participantes não foi controlado o viés desejabilidade social, de modo que ambos os estudos possam ter sofrido influências, por tratar-se de um fator de distorção de respostas ou promoção pessoal (Gouveia, Guerra, Souza, Santos, & Costa, 2009), comum em coletas de autorrelato (Anastasi & Urbina, 2000).

Outra limitação diz respeito ao delineamento da pesquisa, correlacional, através do qual não se pode afirmar relação de causa e efeito, sendo isso restrito às pesquisas experimentais (Breakwell, Hammond, Fife-Schaw, & Smith, 2010). Além disso, as magnitudes das relações encontradas, de maneira geral, foram estatisticamente baixas, contudo, se caracterizam como satisfatórias, tendo em vista a natureza dos construtos abordados, além de parecer raro obter correlações acima de $|0,30|$ em estudos na área da Psicologia (Gouveia, Santos, & Milfont, 2009; Hemphill, 2003). Tais limitações não invalidam a contribuição dos achados da presente dissertação, proporcionando, de

maneira inovadora, evidências científicas para uma temática recente, atingindo todos os objetivos propostos e contribuindo para o arcabouço teórico da Psicologia.

6.3. Direções futuras e conclusões

A partir disso, sugerem-se que novas pesquisas sejam realizadas, empreendendo esforços para compor amostras maiores, heterogêneas, de diferentes regiões do Brasil e de forma randômica. Com o intuito de replicar e refinar o uso do CPD-S, realizam-se, também, outras análises mais robustas, como o caso da invariância fatorial em grupos, a fim de dirimir viés de respostas e a verificação da validade convergente com outros instrumentos que mensurem a predisposição para perdoar em diferentes situações (e.g., *Willingness to Forgive*; DeShea, 2003; Gouveia et al., 2015).

Sugere-se também o uso de medidas implícitas, as quais têm a intenção de acessar as associações automáticas e espontâneas, que fogem do controle consciente dos indivíduos (Barbosa, 2015), buscando minimizar o viés desejabilidade social, além de investigar outras variáveis no âmbito do divórcio, acrescentando, por exemplo, personalidade na tentativa, juntamente com os valores humanos, de explicar o perdão e o CPT, e outras variáveis consequentes do perdão (e.g., adaptação ao divórcio, bem-estar subjetivo).

Dado o exposto, acredita-se que esta dissertação reafirmou o poder preditivo dos valores humanos em diferentes fenômenos psicossociais (Bardi & Schwartz, 2003) e na compreensão das ações, julgamentos, escolhas e opiniões (Gouveia, 2013; Rokeach, 1973), além de evidenciar a centralidade deste construto nos estudos da Psicologia Social, demonstrando a parcimônia da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, utilizada como âncora nesta pesquisa, nas explicações do perdão e CPT. Sob à luz da Psicologia Positiva, disponibiliza dados inéditos e uma contribuição relevante para a temática e o

trabalho do psicólogo com pessoas divorciadas, principalmente dando suporte para uma psicoeducação que objetive proporcionar mudanças nas prioridades valorativas, direcionando para as que condizem com um melhor enfrentamento dessa adversidade.

Referências

- Abreu, E. L. (2013). *A relação entre o pensamento moral da justiça e pensamento moral do perdão*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Afeck, G., & Tennen, H. (1996). Construing benefits from adversity: Adaptational significance and dispositional underpinnings. *Journal of Personality*, 64, 899-922.
- Affleck, G., Tennen, H., Croog, S., & Levine, S. (1987). Causal attributions, perceived benefits, and morbidity after a heart attack: An 8-year study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55(1), 29-35.
- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares* (3ª edição) Portugal: Quarteto.
- Almeida, A. C. (2016). *Satisfação conjugal e valores humanos dos casais de famílias intactas e recasadas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Alves, A. P., Cúnico, S. D., Arpini, D.M., Smaniotto, A. C., & Bopp, M. E. T. (2014). Mediação familiar: Possibilitando diálogos acerca da guarda compartilhada. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(2), 193-200.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Andrade, T, F. (2014). *Refinamento psicométrico da Escala de Atitudes para o Perdão (EFI)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Araújo, L. F. de. (2013). A psicologia positiva como fomentadora do bem-estar e da felicidade. *Psicologia em Estudo*, 18(4), 753-755.

- Araújo, R. C. R. (2013). *As bases genéticas da personalidade, dos valores humanos e da preocupação com a honra*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Baltes, P., Gluck, J., & Kunzmann, U. (2002). Wisdom: Its structure and function in regulation successful life span development. In C. R. Snyder, & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 327-347). New York: Oxford University Press.
- Barbosa, L. H. G. M. (2015). *Explicando a disposição para perdoar: O papel dos valores humanos e das crenças ao mundo justo/injusto*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Bardi, A., & Schwartz, S. H. (2003). Values and behavior: Strength and structure of relations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(10), 1207-1220.
- Bartlett, M. Y., & DeSteno, D. (2006). Gratitude and prosocial behavior: Helping when it costs you. *Psychological Science*, 17, 319-325.
- Barros, J (2002). Perdão: Teoria e avaliação (proposta de uma nova escala). *Psicologia, Educação e Cultura*, 6, 289-318.
- Bastinello, M. R., & Hutz, C. S. (2015). Do otimismo explicativo ao disposicional: A perspectiva da psicologia positiva. *Psico-USF*, 20(2), 237-247.
- Beltrão, A. G. (2012). *Internalização das motivações para o perdão e seus efeitos sobre o significado de vida*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica. Lisboa, Portugal.
- Berkel, L. V., Crandall, C. S., Eidelman, S., & Blanchard, J. C. (2015). Hierarchy, Dominance, and Deliberation: Egalitarian Values Require Mental Effort. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 41(9), 1207-22.

- Berry, J.W., & Worthington, E.L., Jr. (2001). Forgiveness, relationship quality, stress while imagining relationship events, and physical and mental health. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 447-455.
- Berger, R., & Weiss, T. (2006). Posttraumatic growth in Latina immigrants. *Journal of Immigrant and Refugee Studies*, 4, 55-72.
- Bert, S., C. (2011). The influence of religiosity and spirituality on adolescent mothers and their teenage children. *Journal Youth Adolescence* 40, 72-84.
- Biddle, S.J.H., Markland, D., Gilbourne, D., Chatzisarantis, N.L.D., & Sparkes, A.C. (2001). Quantitative and qualitative research issues in sport psychology. *Journal of Sport Sciences*, 19(1), 777-809.
- Blocher, W.G., & Wade, N.G. (2010). Sustained effectiveness of two brief group interventions: Comparing an explicit forgiveness-promoting treatment with a process-oriented treatment. *Journal of Mental Health Counseling*, 32(1), 58-74.
- Bluvtein, I., Moravchick, L., Sheps, D., Schreiber S., & Bloch, M. (2012). Posttraumatic growth, posttraumatic stress symptoms and mental health among coronary heart disease survivors. *Journal Clinical Psychology Medicine Settings*, 20, 164-172.
- Bonach, K., & Sales, E. (2002). Forgiveness as a mediator between post divorce cognitive processes and co-parenting quality. *Journal of Divorce and Remarriage*, 38, 17-38.
- Bond, M. H. (1988). Finding universal dimensions of individual variation in multicultural studies of values: The Roakeach and Chinese Value Surveys. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 1009-1015.
- Bono, G., McCullough, M., & Root, L. (2004). Forgiveness, feeling connected to others, and well-being: Two Longitudinal Studies. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20(10), 1-14.

- Braithwaite, V. A., & Law, H. G. (1985). Structure of human values: Testing the adequacy of the Rokeach Value Survey: *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 250-263.
- Braithwaite, V. A., & Scott, W. A. (1991). Values. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and socialpsychological attitudes* (pp. 661-753). New York: Academic Press.
- Brown, R. P. (2003). Measuring individual differences in the tendency to forgive: Construct validity and links with depression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 759-771.
- Brandão, J. M., Mahfoud, M. & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Pandéia*, 21(49), 263-271.
- Brasil. (2014). *Estatísticas do Registro Civil 2013*. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtm>
- Breakwell, G. M, Hammond, C., Fife-Schaw, & Smith, J.A. (Orgs.). (2010). *Métodos de pesquisa em psicologia*. 3ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Brock, R. L., Barry, R. A., Lawrence, E., Dey, J., & Rolffs, J. (2012). Internet administration of paper-and-pencil questionnaires used in couple research: Assessing psychometric equivalence. *Assessment*, 19(2), 226-242.
- Burt, M. R., & Katz, B. L. (1987). Dimensions of recovery from rape: Focus on growth outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 2(1), 57-81.
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming* (2 ed.). New York, NY: Routledge.
- Cahali, Y. S. (2002). *Divórcio e Separação*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (1999). *Facilitating posttraumatic growth: A clinician's guide*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2004). Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence. *Psychological Inquiry*, 15(1), 1-18.

- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2006). The foundations of posttraumatic growth: An expanded framework. In L. G. Calhoun, & R. G. Tedeschi (Ed.), *Handbook of posttraumatic Growth* (pp. 3-23). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2012). Crescimento Pós-Traumático em intervenções clínicas cognitivo-comportamentais. In V. E. Caballo, (2012). *Manual para o tratamento cognitivo-comportamental dos transtornos psicológicos da atualidade: intervenções em crise, transtornos da personalidade e do relacionamento e psicologia da saúde*. São Paulo: Santos.
- Calhoun, L. G., Tedeschi, R. G., Cann, A., & Hanks, E. (2010). Positive Outcomes Following Bereavement: Paths to Posttraumatic Growth. *Psychologica Belgica*, 12, 125-143.
- Calhoun, L. G., Tedeschi, R. G., Cann, A., & McMillan, J. (2000). A correlational test of the relationship between posttraumatic growth, religion, and cognitive processing. *Journal of Traumatic Stress*, 13, 521-527.
- Calo-Blanco, A. (2014). Fairness, freedom, and forgiveness in health care. *Social Choice and Welfare*, 43(1), 141-151.
- Campos, A. P., & Merlo, P. M. S (2005). Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Revista Topoi*, 6(11), 327-361.
- Campo, C. B., & Porto, J. B. (2010). Escala de Valores Pessoais: Validação da versão reduzida em amostra de trabalhadores brasileiros, *Psico-PUCRS*, 41, 208-213
- Cann, A., Calhoun, L. G., Tedeschi, R. G., Taku, K., Vishnevsky, T., Triplett, K. N., & Danhauer, S. C. (2010). A short form of the Posttraumatic Growth Inventory. *Anxiety, Stress, and Coping*, 23(2), 127-137.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.

- Carter, B., McGoldrick, M. (2001). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In Carter, B., & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de família*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Cardoso, T., (2013). *Construção e validação de uma escala dos atributos pessoais da resiliência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Saúde. São Bernardo do Campo, SP.
- Castro, R. (2014). Psicologia Positiva e Depressão. *Revista Latinoamericana de Psicologia Positiva*, 1(1), 32-42.
- Cerqueira, F. A. (2014). Educação cognitiva e psicologia positiva: Inter-relações entre saberes e práticas. *Revista Latinoamericana de Psicologia Positiva*, 1(1), 19-32.
- Cerveny, C. M. O. (2002). Pensando a família sistemicamente. In C. M. O. Cerveny, & C. M. E. Berthoud (Eds.), *Visitando a família ao longo do ciclo vital*, (p.p 15-28). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Cho, D., & Park, C. L. (2013). Growth Following Trauma: Overview and Current Status Crecimiento tras el trauma: Revisión general y estado actual. *Terapia psicológica*, 31(1), 69-79.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, 7(3), 309-319.
- Código Civil (2002). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm
- Coelho, J. A. P. M. (2009). *Habilidades de conservação de água: Uma explicação pautada em valores humanos, emoções e atitudes*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- Cryder, C.H., Kilmer, R. P., Tedeschi, R. G., & Calhoun L. G. (2006). An exploratory study of posttraumatic growth in children following a natural disaster. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76, 65–69.
- Costa, D. J. (2010). *A família nas constituições*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_169/R169-02.pdf>.
- Costello, A. B., & Osborne, J. W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), 1-9.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11 (2), 213-228.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática: para psicologia usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Danhauer, S. C., Russell, G. B., Tedeschi, R. G., Jesse, M. T., Vishnevsky, T., Daley, K., Carroll, S., Triplett, K. N., Calhoun, L. G. Cann, A., & Powell, B. L. (2012). A longitudinal investigation of posttraumatic growth in adult patients undergoing treatment for acute leukemia. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, 20, 13-24.
- Denham, S. A., Neal, K., Wilson, B. J., Pickering, S., & Boyatzis, C. J. (2005). Emotional development and forgiveness in children: emerging evidence. In E. L. Worthington (Ed.), *Handbook of forgiveness* (pp. 127-142). New York: Routledge.
- DeShea L. A. (2003). Scenario-based scale of willingness to forgive. *Individual Differences Research*, 1, 201-17.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa

- Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 132-151). Porto Alegre, RS: Artmed Editora S.A.
- DiBlasio, F. A. (1998). The use of decision-based forgiveness intervention within intergenerational family therapy. *Journal of Family Therapy*, 20, 77-94.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The Science of happiness, and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 55(1), 34-43.
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. E. (2009). Subjective well-being: "The Science of happiness and life satisfaction. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology*. 2nd ed. (pp. 187-194). New York: Oxford University Press.
- Dirik, G., & Karanci, A., N. (2008). Variables Related to Posttraumatic Growth in Turkish Rheumatoid Arthritis Patients. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, 15(3), 93-203.
- Duarte, A. M. P. (2012). *Experiência do luto e crescimento pós-traumático à luz da perspectiva da vinculação numa amostra de estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Centro Regional de Braga.
- Duckworth, A.L., Steen, T.A., & Seligman, M.E.P. (2005). Positive psychology in clinical practice. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 629-651.
- Edmonds, S., & Hooker, K. (1992). Perceived changes in life meaning following bereavement. *Omega: Journal of Death and Dying*, 25(4), 307-318.
- Elder, G. H., & Clipp, E. C. (1989) Combat experience and emotional health: impairment and resilience in later life. *Journal of Personality*, 5(2), 311-341.
- Enright, R. D., & Coyle, C. T. (1998). Researching the process model of forgiveness within psychological interventions. In E. L. Worthington (Ed.), *Dimensions of forgiveness: Psychological research and theological perspectives* (pp. 139-161). Philadelphia: Templeton Press.

- Enright, R. D., Freedman, S., & Rique, J. (1998). The psychology of interpersonal forgiveness. In R. D. Enright & J. E. North (Eds.), *Exploring forgiveness* (pp. 46-62). London: Wisconsin Press.
- Enright, R. D., & Fitzgibbons, R. P. (2000). *Helping clients forgive: An empirical guide for resolving anger and restoring hope*. Washington: American Psychological Association.
- Enright, R. D., Gassin, E. A., & Wu, C. (1992). Forgiveness: A developmental view. *Journal of Moral Education*, 21(2), 99-111.
- Enright, R. D., & North, J. (Eds.). (1998). *Exploring forgiveness*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Enright, R. D., & The Human Development Study Group (1991). The moral development of forgiveness. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development* (pp. 123–152). Hillsdale: Erlbaum.
- Estramiana, J. L. A., Pereira, C., Monter, M. R., & Zlobina, A. (2013). Valores sociais. In L. Camino; A. R. Torres; M. E. Lima, & M. E. Pereira. (Org.). *Psicologia social: temas e teorias*. (pp. 309-344). 2ed. Brasília: Technopolitik.
- Exline, J. J., & Baumeister, R. F. (2001). Expressing forgiveness and repentance: Benefits and barriers. In M.E. McCullough, K.I. Pargament, & C.E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research, and practice* (pp. 133-155). New York: Guilford Press.
- Exline, J. J., Worthington, E. L., Hill, P., & McCullough, M. E. (2003). Forgiveness and Justice: A research Agenda for Social and Personality Psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 337-348.
- Faco, V. M. G., & Mechiori, M. E. (2009). Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. In: T.G.M. Valle. *Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica.

- Feeney, B. C., & Monin, J. K. (2008). An attachment-theoretical perspective on divorce. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 934-957). New York: Guilford.
- Fehr, R., Gelfand, M. J., & Nag, M. (2010). The road to forgiveness: A meta-analytic synthesis of its situational and dispositional correlates. *Psychological Bulletin*, 136, 894-914.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (2010). Miniaurélio: O dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo.
- Ferreira, S. G. (2013). *Razões para viver em diferentes grupos etários: relações com a espiritualidade, religiosidade, perdão e bem-estar*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Porto.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. 2. ed. London: Sage.
- Fischer, P. C. (2006). The link between posttraumatic growth and forgiveness: An intuitive truth. In L. G. Calhoun & R. G. Tedeschi (Eds.), *Handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 311–333). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Fischer, P. C., Milfont, T. L., & Gouveia, V. V. (2011). Does social context affect value structures? Testing the within-country stability of value structure with a functional theory of values. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 42, 253-270.
- Fischer, R., Vauclair, C. M., Fontaine, J. R., & Schwartz, S. H. (2010). Are individual-level and country-level value structures different? Testing Hofstede's legacy with the Schwartz Value Survey. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41(2), 135-151.
- Flanigan, B. (1998). Forgiveness and the unforgivable. In R. D. Enright, & J. North, (Ed.), *Exploring forgiveness*. (pp. 95-105). Madison, University of Wisconsin Press.
- Floyd, F. J., & Widaman, K. F. (1995). Factor analysis in the development and refinement of clinical assessment instruments. *Psychological Assessment*, 7(3), 286-299.

- Fonseca, C. C. (2011). *Crescimento pós-traumático: O impacto de falar sobre os aspectos positivos de uma experiência traumática*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de psicologia. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Formiga, N. S. (2002). *Condutas anti-sociais e delitivas: Uma explicação baseada nos valores humanos*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Formiga, N. S. (2012). *O estudo da empatia: reflexões sobre um construto psicológico em diversas áreas científicas*. Disponível em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0639.pdf>
- Franklin, S. B., Gibson, D. J., Robertson, P. A., Pohlmann, J. T., & Fralish, J. S. (1995). Parallel Analysis: A method for determining significant principal components. *Journal of Vegetation Science*, 6(1), 99-106.
- Fredrickson, B. L. (2004). *Gratitude, like other positive emotions, broadens and builds*. In R. A. Emmons & M. E. McCullough (Eds.), *The psychology of gratitude* (pp. 145–166). New York: Oxford University Press.
- Freedman, S. y Knupp, A. (2003). The impact of forgiveness on adolescent adjustment to parental divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 39, 135-165.
- Freire, S. E. A. (2013). *Poliamor, uma forma não exclusiva de amar: correlatos valorativos e afetivos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia, João Pessoa, PB.
- Gall, T. L., Kristjansson, E., Charbonneau, C., & Florack, P. (2009). A longitudinal study on the role of spirituality in response to the diagnosis and treatment of breast cancer. *Journal of Behavioral Medicine*, 32, 174-186.
- Goldring, J. (2011). *The development an implicit association test for measuring forgiveness*. Tese de Doutorado. Universidade de Adelaide, Austrália.

- Gonçalves, R. C. (2009). *Direito Civi Brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Gordon, K. C., Baucom, D. H., & Snyder, D. K. (2004). An integrative intervention for promoting recovery from extramarital affairs. *Journal of Marital and Family Therapy*, 30(2), 213-232.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo e del colectivismo: Una comparación intra e Intercultural*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 431-443.
- Gouveia, V.V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M., Sousa, D. M. F. D., Santos, W. S., & Costa, J. D. M. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: Evidências de sua validade fatorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 87-98.
- Gouveia, V. V., Martínez, E., Meira, M., & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: Análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 6, 133-142.
- Gouveia, V. V., Freires, L. A., Gouveia, R. S. V., Souza Filho, J. F. D., Souza, R. V. L. D., & Monteiro, R. P. (2015). Willingness to Forgive Scale: Structure, reliability and factorial invariance. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(2), 151-161.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M., (2014a). Functional theory of human values: Testing its content and structure Hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 60, 41-47.

- Gouveia, V. V., Milfont, T. L. & Guerra, V. M., (2014b). The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement-A reply to Schwartz (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 250-253.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Milfont, T. L., Fischer, R., Clemente, M., & Espinosa, P. (2010). Teoría funcionalista de los valores humanos en Españã: Comprobación de las hipótesis de contenido y estructura. *Interamerican Journal of Psychology*, 44, 203-214.
- Gouveia, V.V., Sousa, D. M. F., Fonsêca, P. N., Gouveia, R. S. V., Gomes, A. I. A. S. B., & Araújo, R. C. R. (2011). Valores, metas de realização e desempenho acadêmico: Proposta de um modelo explicativo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14, 323-331.
- Gouveia, V. V., Vione, K. C., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2015). Patterns of value change during the life span: Some evidence from a functional approach to values. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 41(9), 1276-90.
- Guerra, V. M. (2009). *Community, autonomy, and divinity: Studying morality across cultures*. Tese de Doutorado, Department of Psychology, Universidade de Kent, Inglaterra.
- Guerra, V. N., Gouveia, V. V., Sousa, D. M., Lima, T. J., & Freire, L. A. (2012). Sexual liberalism-conservatism: The effect of human values, gender, and previous sexual experience. *Archives of Sexual Behavior*, 41, 1027-1039.
- Hair, Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Multivariate data analysis* (6^a ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall.
- Hall, J., H., & Fincham, F. D. (2005). Self-forgiveness: The stepchild of forgiveness research. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 24(5), 621-637.
- Handelsman, M., Knapp, S., & Gottlieb, M. (2002). Positive ethics. In C. R. Snyder, & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology*. (pp.731-744). New York: Oxford University Press.
- Hayton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory

- factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7(2), 191-205.
- Hemphill, J. F. (2003). Interpreting the magnitudes of correlation coefficients. *American Psychologists*, 58, 78-80.
- Henderson, A. S., & Brown, G. W. (1988). Social support: The hypothesis and the evidence. In S. Henderson & G. D. Burrows (Eds.), *Handbook of Social Psychiatry* (pp. 73–85). Amsterdam: The Netherlands: Elsevier.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (2002). Love. In C. R. Snyder, & S. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 472-484). New York: Oxford University Press.
- Hernández, C. I., Llorens, S., & Rodríguez, A. M. (2014). Empleados saludables y calidad de servicio en el sector sanitario. *Anales de Psicología*, 30, 247-258.
- Hervás, G. (2009). Psicología positiva: Una introducción. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 66, 23-41.
- Hitlin, S., & Piliavin, J. A. (2004). Values: Reviving a dormant concept. *Annual Review of Sociology*, 30, 359-393.
- Ho, S. M. Y., Chan, C. L. W., & Ho, R. T. H. (2004). Posttraumatic growth in Chinese cancer survivors. *Psycho-Oncology*, 13, 377-389.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G. (1997) *Cultures and organizations: Software of the mind*, London: McGraw-Hill.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J., & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: Software of the Mind*. (3rd ed.). New York: McGraw-Hill.

- Hofstede, G. (2011) Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. Online Readings in Psychology and Culture. Disponível em: <http://scholarworks.gvsu.edu/orpc/contents.html>
- Holgado-Tello, F. P., Chacón-MoscOSO, S., Barbero-García, I., & Vila-Abad, E. (2010). Polychoric versus Pearson correlations in exploratory and confirmatory factor analysis of ordinal variables. *Quality & Quantity*, 44(1), 153-166.
- Holmes, T., & Rahe, R. (1967). The social readjustment rating scale. *Journal of Psychosomatic Research*, 11, 213-218.
- Hook, J. N., Worthington, E. L., Utsey, S. O., Davis, D. E., Gartner, A. L., Jennings, D. J., ... Dueck, A. (2012). Does forgiveness require interpersonal interactions? Individual differences in conceptualization of forgiveness. *Personality and Individual Differences*, 53(5), 687-692.
- Horwitz, L. (2003). The capacity to forgive: Intrapsychic and developmental perspectives. *Journal of the American Psychoanalytic association*, 3(2), 458-51.
- Hutz, C. S., Koller, S. H., & Bandeira, D. R. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1(12), 79-86.
- Hutz, C. S., & Zanon, C (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, 10(1), 41-49.
- Inglehart, R. (1977). Long term trends in mass support for European unification. *Government and Opposition*, 12(2), 150-177.
- Inglehart, (1997). Modernization and postmodernization: Cultural, economic and political change in 43 Societies. Princeton, Princeton University Press.
- Jaarsma, T. A., Pool, G., Sanderman, R., & Ranchor, A. V. (2006). Psychometric properties of the Dutch version of the Posttraumatic Growth Inventory among cancer patients. *Psycho-Oncology*, 15, 911-920.

- Janoff-Bulman, R. (1989). Assumptive worlds and the stress of traumatic events: Applications of the schema construct. *Social Cognition: Stress, Coping, and Social Cognition*, 7, 113-136.
- Janoff-Bulman, R. (2004). Posttraumatic growth: Three explanatory models. *Psychological Inquiry*, 15, 30-34.
- Joseph, S., & Linley, P. A. (2005). Positive adjustment to threatening events: An organismic valuing theory of growth through adversity. *Review of General Psychology*, 9(3), 262-280.
- Joseph, S., Murphy, D., & Regel, S. (2012). An affective-cognitive processing model of post-traumatic growth. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 19, 316-325.
- Kaler, M., Erbes, C., Tedeschi, R., Arbisi, P., & Polusny, M. (2011). Factor structure and concurrent validity of the Posttraumatic Growth Inventory-Short Form among veterans from the Iraq War. *Journal of Traumatic Stress*, 24, 200-207.
- Koenig Kellas, J., Bean, D., Cunningham, C., & Cheng, K. Y. (2008). The ex-files: Trajectories, turning points, and adjustment in the development of post-dissolutional relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25, 23-50.
- Krüger, H. (2015). A contribuição dos valores para a terapia cognitiva. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 153-167.
- Kulik, L., & Heine-Cohen, E. (2011). Coping resources, perceived stress and adjustment to divorce among Israeli women: Assessing effects. *The Journal of Social Psychology*, 151, 5-30.
- Lamela D., Figueiredo B., Bastos A., & Martins H. (2014). Psychometric properties of the Portuguese version of the Posttraumatic Growth Inventory short form among divorced adults. *European Journal of Psychological Assessment*, 30(1), 3-14.
- Lamela D., Figueiredo B., & Bastos A. (2010) Adaptação ao Divórcio e Relações coparentais: Contributos da Teoria da Vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.

- Lander, I. (2012). Towards the incorporation of forgiveness therapy in healing the complex trauma of parental incarceration. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 29(1), 1-19.
- Lang, F. R., & Carstensen, L. L. (2002). Time counts: future time perspective, goals, and social relationships. *Psychology and Aging*, 17(1), 125-139.
- Lau, J. T. F., Yeung, N. C. Y., Yu, X., Zhang, J., Mak, W. W. S., Lui, W. W. S., & Zhang, J. (2015). Inventory for children (PTGI-C-R): Psychometric properties of the chinese version of the Revised Posttraumatic Growth. *Asia Pacific Journal Public Health*, 27(2), 310-320.
- Laufer, A., Raz-Hamama, Y., Levine, S. Z., & Solomon, Z. (2009). Posttraumatic growth in adolescence: The role of religiosity, distress, and forgiveness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 28, 862-880.
- Lechner, S. C., Stoelb, B. L., & Antoni, M. H. (2008). Group-based therapies for benefit finding in cancer. In S. Joseph & P. A. Linley (Eds.), *Trauma, recovery, and growth: Positive psychological perspectives on posttraumatic stress* (pp. 207-231). Hoboken, NJ: Wiley.
- Leime, J., Luna, V., Leite, J., & Neto, J. R. (2012). O Pensamento do Perdão em Idosos Institucionalizados. *Psico-PUCRS*, 43(1), 69-76.
- Lev-Wiesel, R., Goldblatt, H., Eisikovits, Z., & Admi, H. (2008). Growth in the shadow of war: The case of social workers and nurses working in a shared war reality. *The British Journal of Social Work*, 10, 1-21.
- Lima, T. J. S. (2012). *Modelos de valores de Schwartz e Gouveia: comparando conteúdo, estrutura e poder preditivo*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Linley, P.A., & Joseph, S. (2004). Positive change following trauma and adversity: A review. *Journal of Traumatic Stress*, 17, 11-21.

- Lindstrom, C. M., Cann, A., Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2013). The relationship of core belief challenge, rumination, disclosure, and sociocultural elements to posttraumatic growth. *Psychological Trauma, 5*, 50-55.
- Lopes, B. J. (2016). *Perdão conjugal: Uma explicação a partir dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Luskin, F. (2007). *O poder do perdão*. São Paulo: Francis.
- Madden-Derdich, D., & Arditti, J. (1999). The ties that bind: Attachment between former spouses. *Family Relations, 48*, 243-249.
- Madeira, S. R. M. (2013). *Relação entre as características da situação vivida, suporte social e resiliência, após a vivência de um acontecimento potencialmente traumático*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Maercker, A., & Langner, R. (2001). Personliche reifung durch belastungen und traumata: Ein vergleich zweier fragebogen zur erfassung selbstwahrgenommener reifung nach traumatischen erlebnissen. *Diagnostica, 47*, 153-162.
- Maroco, J. (2014). *Análise de equações estruturais*. (2 ed.) Lisboa. Portugal: ReportNumber.
- Marujo, H. A., Neto, L. M., & Balancho, L. S. F. (2013). Emergência, desenvolvimento e desafios da psicologia positiva: Da experiência subjetiva à mudança social. *Ecos, 3*, 180-201.
- Maio, G. R., Thomas, G., Fincham, F. D., & Caenelley, K. B. (2008). Unraveling the role of forgiveness in family relationships. *Journal of Personality and Social Psychology, 94*, 307-319.
- Maltby, J., Macaskill, A., & Day, L. (2001). Failure to forgive self and others: A replication and extension of the relationship between forgiveness, personality, social desirability and general health. *Personality and Individual Differences, 30*(5), 881-885.

- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper and Row.
- Mazor, A., Batiste-Harel, P., & Gampel, Y. (1998). Divorcing spouse's coping patterns, attachment bonding and forgiveness processes in the post-divorce experience. *Journal of Divorce & Remarriage*, 29, 65-81.
- McCullough, M. E. (2000). Forgiveness as human strength: Theory, measurement, and links to well-being. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19 (1), 43-55.
- McCullough, M. E., Hoyt, W. T., & Rachal, K. C. (2000). What we know (and need to know) about assessing forgiveness constructs. In M. E. McCullough, K. I. Pargament, & C. E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research and practice* (pp. 156-175). New York: The Guilford Press.
- McCullough, M. E., & Hoyt, W. T. (2002). Transgression-related motivational dispositions: Personality substrates of forgiveness and their links to the Big Five. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(11), 1556-1573.
- McCullough, M. E., Kilpatrick, S. D., Emmons, R. A., & Larson, D. B. (2001). Is gratitude a moral affect? *Psychological Bulletin*, 127, 249-266.
- McCullough, M. E., Fincham, F. D., & Tsang, J. (2003). Forgiveness, forbearance, and time: The temporal unfolding of transgression-related interpersonal motivations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 540-557.
- McCullough, M. E., Pargament, K. I., & Thoresen, C. E. (2001). The psychology of forgiveness: History, conceptual issues and overview. In M. E. McCullough, K. I. Pargament & C. E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research, and practice* (pp. 1-14). New York: Guilford Press.
- McCullough, M. E., Rachal, K., Sandage, S., Worthington, E. L., Brown, S., & Hight, T. (1998). Interpersonal forgiving in close relationships: II. Theoretical elaboration and measurement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75 (6), 1586-1603.

- McCullough, M. E., Root, L. M., & Cohen, A. D. (2006). Writing about the personal benefits of a transgression facilitates forgiveness. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74, 887-897.
- McCullough, M. E., & Witvliet, C. (2002). The psychology of forgiveness. In C. R. Snyder, & S. Lopez (Eds.), *Handbook of Positive Psychology* (pp. 446-458). New York: Oxford University Press.
- McCullough, M. E., Worthington, E. L., Jr., & Rachal, K. C. (1997). Interpersonal forgiving in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 321-336.
- McNulty, J. K. (2010). Forgiveness increases the likelihood of subsequent partner transgressions in marriage. *Journal of Family Psychology: JFP: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 24(6), 787-90.
- McNulty, J. K. (2011). The dark side of forgiveness: the tendency to forgive predicts continued psychological and physical aggression in marriage. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 37(6), 770-83.
- Medeiros, E. D. (2011) *Teoria funcionalista dos valores humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado não publicada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Medeiros, E. D., Couto, R. N., Fonsêca, P. N., Silva, P. G. N., & Medeiros, P. B. C. (no prelo). *Posttraumatic Growth Inventory (PTGI): Adaptação e validade fatorial no nordeste brasileiro*. *Psico-USF*.
- Medeiros, E. D., Couto, R. N., Fonsêca, P. N., Brito, R. C. S. & Castro, L. S. (no prelo). Correlatos valorativos do crescimento pós-traumático em uma amostra brasileira, *Psicologia e Saber Social*.
- Mellor, D., Fung, S. W. T., & Mamat-Muhammad, N. H. (2012). Forgiveness, Empathy and Gender: A Malaysian Perspective. *Sex Roles*, 67(1-2), 98-107.

- Menezes, A. P. L. F. (2009). *A propensão para o perdão na pessoa idosa*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Braga.
- Mezzaroba, O., Feitosa, R. J. R., Silveira, V. O., Séllos-Knoerr, V. C., Santiago, M. R., ...Gardin, V. S. G. (2014). *Direito de família*. Curitiba, PR: Clássica Editora.
- Middeldorp, C., Cath, D., Beem, A., Willemsen, G., & Boomsma, D. (2008). Life events, anxious depression and personality: A prospective and genetic study. *Psychological Medicine*, 38, 1557-1565.
- Milfont, T. L. (2001). *A intenção de constituir família: Suas bases normativas e relacionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Miller, A. J., Everett, L. Worthington, J., & McDaniel, M. A. (2008). Gender and forgiveness: A meta-analytic review and research agenda. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 27, 843-876.
- Miller, G., Chen, E., & Zhou, E. (2007). If it goes up, must it come down? Chronic stress and the hypothalamic-pituitary-adrenocortical axis in humans. *Psychological Bulletin*, 133(1), 25-45.
- Montellano, F. (2012). *Orientação religiosa e sua relação com atitudes altruístas e perdão: O papel mediador das emoções autoconscientes*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social e Organizações. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Morris, B. A., Shakespeare-Finch, J. E., Rieck, M., & Newbery, J. (2005). Multidimensional nature of posttraumatic growth in an Australian population. *Journal of Traumatic Stress*, 18, 575-585.
- Morris, B. A., Wilson, B., & Chambers, S.K. (2013). Newfound compassion after prostate cancer: a psychometric evaluation of additional items in the Posttraumatic Growth Inventory. *Supportive Care in Cancer*, 21(12), 3371-3378.

- Mullet, E., Barros, J., Usaï, V., Frongia, L., Neto, F., & Rivière Shafighi, S. (2003). Religious involvement and the forgiving personality. *Journal of Personality*, 71(1), 1-19.
- Mullet, E., Houdbine, A., Laumonier, S., & Giard, M. (1998). "Forgivingness": Factor structure in sample of young, middle-aged, and elderly adults. *European Psychologist*, 3, 289-297.
- Mullett, E., & Stolberg, A. (1999). The development of the Co-parenting Behaviors Questionnaire: An instrument for children of divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 31, 115-137.
- Munro, D. J. (1985). Introduction. In D. Munro (Ed.), *Individualism and holism: Studies in Confucian and Taoist values* (pp. 1-34). Ann Arbor. Center for Chinese Studies, University of Michigan.
- Neto, F. M., & Mullet, E. (2012). Perdão e reconciliação entre grupos: A perspectiva timorense. *Ariús*, 18(1), 31-54.
- Nishi, D., Matsuoka, Y., & Kim, Y. (2010). Posttraumatic growth, posttraumatic stress disorder and resilience of motor vehicle accident survivors. *BioPsychoSocial Medicine*, 4 (7).
- Noronha, A. P. P., Dellazzana-Zanon L. L., & C. Zanon. (2015). Internal structure of the characters strengths scale in Brazil. *Psico-USF*, 20(2), 229-235.
- Nunes, M.A.S. (2011). *Tempo e família: Ciclo ou percursos familiares. A Família em Medicina Geral e Familiar, conceitos e práticas*. (pp. 31-62) Lisboa, Portugal: Verlag Dashofer, Health & Pharma Publishing.
- Ogasawara, H. (2003). Oblique factors and components with independent clusters. *Psychometrika*, 68, 299-321.
- Oliveira, C. M. S. (2011). *O impacto da emenda nº. 66/2010 sobre o sistema binário de dissolução do casamento no brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, SC.

- Onsei-Bonsu, P. E., Weaver, T. L., Eisen, S. V., & Wal, J. S. V. (2012). Posttraumatic Growth Inventory: Factor structure in the context of DSM-IV traumatic events. *International Scholarly Research Network*. (2012), 1-9.
- Pacico, J. C., & Bastinello, M. R. (2014). As origens da psicologia positiva e os primeiros estudos brasileiros. In C. Hutz (2014). *Avaliação em psicologia positiva*. (pp. 13-22). Porto Alegre. RS: Artmed.
- Pacico, J. C., Zanon, C., Bastinello, M. R., Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2013). Adaptation and validation of the brazilian version of the Hope Index. *Internation Journal of Testing*, 13, 193-200.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia*, 17(36), 9-20.
- Pargament, K., & Mahoney, A. (2002). Spirituality: Discovering and conserving the sacred. In C. R. Snyder, & S. J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 646-659). New York: Oxford University Press.
- Pargament, K. I., McCullough, M. E., & Thoresen, C. E. (2001). The frontier of forgiveness: Seven directions for psychological study and practice. In M. E. McCullough, K. I. Pargament & C.E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research, and practice* (pp. 299-319). New York: Guilford Press.
- Park, S. (1998). *Measuring forgiveness across three cultures*. Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin-Madison, WI.
- Park, C. L. (2010). Making sense of the meaning literature: An integrative review of meaning making and its effects on adjustment to stressful life events. *Psychological Bulletin*, 136, 257-301.
- Park, C. L., Cohen, L. H., & Murch, R. (1996). Assessment and prediction of stress-related growth. *Journal of Personality*, 64, 71-105.

- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pessoa, V. S. (2011). *Análise de conhecimento e das atitudes frente às fontes renováveis de energia: Uma contribuição da Psicologia*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Peterson, C. (2013). *Pursuing the good life. 100 reflections on positive psychology*. New York: Oxford University Press.
- Pires, J. G., Nunes, M. F. O., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Instrumentos baseados em psicologia positiva no Brasil: Uma revisão sistemática. *Psico-USF*, 20(2), 287-295.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos de risco*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008) Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405-416.
- Polydoro, S. A. F. & Guerreiro-Casanova, D. C. Escala de autoeficácia na formação superior: construção e estudo de validação. *Avaliação Psicológica*, 9, 267-278.
- Powell, S., Rosner, R., Butollo, W., Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. G. (2003). *Journal of Clinical Psychology*, 59, 71-83.
- Prati, G., & Pietrantonio, L. (2009). Optimism, social support, and coping strategies as factors contributing to posttraumatic growth: A meta-analysis. *Journal of Loss and Trauma*, 14, 364-388.
- Prati G., & Pietrantonio L. (2014). Italian adaptation and confirmatory analysis on the full and the short form of the Posttraumatic Growth Inventory. *Journal of Loss and Trauma*. 19 (1), 12-22.

- Pureza, J. R., Kuhn, C. H. C., Castro, E. K., & Lisboa, C. S. M. (2012). Psicologia positiva no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8(2), 109-117.
- Ramos, M. (2005). *Crescer em stresse. Usar o stresse para envelhecer com sucesso*. Porto: Ambar.
- Ramos, C., & Leal, I. (2013). Posttraumatic growth in the aftermath of trauma: A literature review about related factors and application contexts. *Psychology, Community & Health*, 1, 43-54.
- Reppold, C. T., Gurgel, L. L., & Schiavon, C., C. (2015). Research in positive psychology: A Systematic Literature Review. *Psico-USF*, 20(2) 275-285.
- Resende, C., Sendas, S., & Maia, A. (2008). Estudo das características psicométricas do Posttraumatic Growth Inventory- PTGI- (Inventário de Crescimento Pós-Traumático) para a população portuguesa. In A. P. Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, S. Martind, & V. Ramalho. (Ed.), *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 1-16). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Rey, R. A., Valero, A. P. B., Paniello, S. H., & Monge, M. S. (2012). *Psicología positiva aplicada a la Educación*. Programa “Aula Felices”. Zaragoza: Espanha.
- Rich, G.J. (2001). Positive psychology: An introduction. *Journal of Humanistic Psychology*, 41, 8-12.
- Riek, B. M., & Mania, E. W. (2012). The antecedents and consequences of interpersonal forgiveness: A meta-analytic review. *Personal Relationships*, 19, 304-325.
- Rique, J. (1999). *A cross-cultural study on the Enright Forgiveness Inventory (EFI): A measure for Interperonal Forgiveness. Samples from Brazil and the United States*. (Doctoral dissertation, University of Wisconsin, Madison, 1999). Dissertation Abstracts International, 61 (2- A), 512.

- Rique, J., Camino, C. P. S., Enright, R. D., & Queiroz, P. (2007). Perdão interpessoal em contextos de injustiça no Brasil e nos EUA. *Psico-PUCRS*, 38(2), 182-189.
- Rique, J., & Camino, C. P. S. (2010). O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 23(3), 525-532.
- Rique, J., Camino, C. P. S., Santos, W. S., & Gouveia, V. V. (2009). Análises confirmatória da Escala de Atitudes para o Perdão - EFI. *Avaliação Psicológica*, 8(2), 169-178.
- Rizzardo, A. (2008). *Direito de família: Lei nº. 10.406, de 10.01.2002*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense.
- Rogers, C. R. (1969). *Psychotherapy and personality change*. Chicago. University of Chicago Press. (Original publicado em 1954).
- Rohan, M.J. (2002). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 255-277.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rokeach, M (1981) *Crenças, atitudes e valores*. Rio de Janeiro: Interciência LTDA.
- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores humanos: uma perspectiva histórica. Em M. Ros, M., & V. V. Gouveia (Cords.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-53), São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Rosenberg, M. (1989). *Society and the adolescent self-image*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.
- Rye, S. (2005). The religious path toward forgiveness. *Mental Health, Religion & Culture*, 8 (3), 205-215.
- Rye, M. S., Folck, C. D., Heim, T. A., Olszewski, B. T., & Traina, E. (2004). Forgiveness of an ex-spouse: How does it relate to mental health following a divorce? *Journal of Divorce and Remarriage*, 41, 31-51.

- Rye, M.S., Loiacono, D.M., Folck, C.D., Olszewski, B.T., Heim, T.A., & Madia, B.P. (2001). Evaluation of the psychometric properties of two forgiveness scales. *Current Psychology: Developmental, Learning, Personality, Social*, 20(3), 260-277.
- Sansone, R. A., Kelley, A. R., & Forbis, J. S. (2013). The relationship between forgiveness and history of suicide attempt. *Mental Health, Religion and Culture*, 16(1), 37-41.
- Santana, R. G., & Lopes, R. F. F. (2012). Aspectos conceituais do perdão no campo da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 618-631.
- Sawyer, A., Ayers, S., & Field, A. P. (2010). Posttraumatic growth and adjustment among individuals with cancer or HIV/AIDS: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 30, 436-447.
- Scaliente, G. C. (2012). *Divórcio parental, estresse infantil e desempenho escolar: algumas reflexões*. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Teoria e Prática da Educação e Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual de Maringá, PR.
- Scorsolini-Colin, F. & Santos, M.A. (2009). Psicologia positiva e os instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(23), 440-448.
- Seligman, M. E. P. (2002). Positive psychology, positive prevention, and positive therapy. In C. R. Snyder & S. L. Lopez. (Eds.) *Handbook of positive psychology*. New York: Oxford University Press.
- Seligman, M. (2003). Foreword: The past and future of positive psychology. In C. L. M. Keyes, & J. Haidt (Eds.), *Flourishing: Positive psychology and the life well lived* (pp. 11-20). Washington DC: American Psychological Association.
- Seligman, M. (2004) *Felicidade Autêntica: Usando a Psicologia Positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Seligman, M. E. P. (2011). *Florescer: Uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- Seligman, M. E., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology. An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.
- Seligman, M. E. P., Steen, T., Park, N., & Peterson, C. (2005). Positive psychology progress: Empirical validation of interventions. *American Psychologist*, 60(5), 410-421.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. (1992). Universal in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Org.), *Advanced in experimental social psychology* (pp. 1-65). Nova York: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H. (2005). Valores humanos básicos: Seu contexto e estrutura intercultural. In A. Tamayo & J. B. Porto (Orgs). *Valores e comportamento nas organizações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schwartz, S. H. (2006). Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In M. Ross & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados*. (pp. 55-85). São Paulo: Editora Senac.
- Schwartz, S. H. (2012). An overview of the Schwartz theory of basic values. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2, 1-20.
- Schwartz, S. H. (2014). Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 247-249.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: Extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878-891.

- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement*. East Norwalk. Appleton-Century-Crofts.
- Simões, A. (2006). *A Nova Velhice*. Porto: Ambar.
- Snyder, C. R., & Lopez, S. J. (2007). *Psicologia positiva: Uma abordagem científica e prática das qualidades humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Soares, A. K. S. (2013). *Valores humanos e bullying: Um estudo pautado na congruência entre pais e filhos*. Dissertação de Mestrado não publicada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Soares, A. K. S. (2015). *Valores humanos no nível individual e cultural: um estudo pautado na teoria funcionalista*. Tese de Doutorado não publicada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Souza, L. E. C. (2012). *Medindo valores com parcelas de itens: contribuições à teoria funcionalista dos valores*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Sousa, V., & Rojjanasrirat, W. (2010). Translation, adaptation and validation of instruments or scales for use in cross-cultural health care research: A clear and user friendly guideline. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, 17(2), 268-274.
- Steiner, M., Allemand, M. & McCullough, M. E. (2011). Age differences in forgivingness: The role of transgression frequency and intensity. *Journal of Research in Personality*, 45, 670-678.
- Strelan, P., & Covic, T. (2006). A review of forgiveness process models and a coping framework to guide future research. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25, 1059-1085.
- Sternberg, R. J. (org). (2005). *Por que as pessoas espertas podem ser tão tolas?* Rio de Janeiro: José Olympio.

- Strelan, P., Feather, N. T., & McKee, I. (2011). Retributive and Inclusive Justice Goals and Forgiveness: The influence of Motivational Values. *Social Justice Research.*, 24, 126-142.
- Subandi, M. A, Achmad, T., Kurniati, T., & Febri, R. (2014). Spirituality, gratitude, hope and post-traumatic growth among the survivors of the 2010 eruption of Mount Merapi in Java, Indonesia. *Australasian Journal of Disaster and Trauma Studies* 18(1), 19-26.
- Stockton, H., Hunt, N., & Joseph, S. (2011). Cognitive processing, rumination, and posttraumatic growth. *Journal of Traumatic Stress*, 24, 85-92.
- Subkoviak, M.J., Enright, R.D., Wu, C.R., Gassin, E.A., Freedman, S., Olson, L.M, & Sarinopoulos, I. (1995). Measuring interpersonal forgiveness in late adolescence and middle adulthood. *J Adolesc*, 18(6), 641-55.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics* (6^a ed). New York: Allyn & Bacon.
- Tam, K. P., Lee, S. L, Kim, Y. H., Li, Y, & Chao, M. M. (2012). Intersubjective model of value transmission: parents using perceived norms as reference when socializing children. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(8), 1041-1052.
- Tashiro, T., Frazier, P., & Berman, M. (2006). Stress-related growth following divorce and relationship dissolution. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution* (pp. 361-384). Mahwah, NH: Erlbaum.
- Taku, K., Calhoun, L. G., Tedeschi, R. G., Gil-Rivas, R., Kilmer, & R. P., Cann, A. (2007). Examining post-traumatic growth among Japanese university. *Anxiety, Stress, & Coping*, 20(4), 353-367.
- Taku, K., Kilmer, R. P., Cann, A., Tedeschi, R. G. & Calhoun, L. G. (2012) Exploring Posttraumatic Growth in Japanese Youth. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice and Policy*, 4, 411-419.

- Tamayo, A. (2007). Contribuições ao estudo dos valores pessoais, laborais e organizacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 17-24.
- Tamayo, A., & Porto, B. J. (2009). Validação do Questionário de Perfis de Valores (QPV) no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 369-376.
- Tedeschi, R. G. (2011). Posttraumatic growth in combat veterans. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, 18, 137-144.
- Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. G. (1996). The posttraumatic growth inventory: Measuring the positive legacy of trauma. *Journal of Traumatic Stress*, 9, 455-471.
- Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. G. (2004). Posttraumatic Growth: Conceptual foundations and empirical evidence. *Psychological Inquiry*, 15, 1-18.
- Tedeschi R.G., Park C.L., & Calhoun L.G. (1998). *Posttraumatic growth: Positive changes in the aftermath of crisis*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Teixeira, R. J., & Pereira, M. G. (2013). Growth and the cancer caregiving experience: Psychometric properties of the Portuguese Posttraumatic growth Inventory. *Families, Systems & Health*, 31(4), 382-395.
- Temoshok, L. R., & Chandra, P. S. (2001). The meaning of forgiveness in a specific situational and cultural context: Persons living with HIV/AIDS in India. In M. E. McCullough, K. I. Pargament, & C. E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research, and practice* (pp. 41-64). New York: Guilford Press.
- Tennen, H., & Affleck, G. (1998). Personality and transformation in the face of adversity. In R. G. Tedeschi, C. L. Park, & L. G. Calhoun (Eds.), *Posttraumatic growth: Positive changes in the aftermath of crisis* (pp. 65-98). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Thege, B., K., Kovács, E. & Balog, P. (2014). A bifactor model of the Posttraumatic Growth Inventory. *Health Psychology & Behavioural Medicine*, 1, 529-540.

- Thomas, C., & Ryan, M. (2008). Women's perception of the divorce experience: A qualitative study. *Journal of Divorce and Remarriage*, 49, 210-224.
- Thorensen, C. E., Harris, A. H. S., & F. Luskin (2001). Forgiveness and health: An unanswered question. In M. E. McCullough, K. I. Pargament, & C. E. Thoresen (Eds.), *Forgiveness: Theory, research, and practice* (pp. 255-280). New York: Guilford Press.
- Torres Bernal, A., & Mille, D. (2011). Healing from Trauma: Utilizing Effective Assessment Strategies to Develop Accessible and Inclusive Goals. *Kairos, Slovenian Journal of Psychotherapy*, 5(1-2), 28-42.
- Triplett, K., Tedeschi, R., Cann, A., Calhoun, L., & Reeve, C. (2012). Posttraumatic Growth, Meaning in Life, and Life Satisfaction in Response to Trauma. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 4, 400-410.
- Toussaint, L. L., Owen, A. D., & Cheadle, A. (2012). Forgive to live: Forgiveness, health, and longevity. *Journal of Behavioral Medicine*, 35(4), 375-86.
- Toussaint, L. L., & Webb, J. R. (2005). Theoretical and Empirical Connections Between Forgiveness, Mental Health, and Well-Being. In E. Worthington Jr. (Org.), *Handbook of Forgiveness* (pp. 349-362). New York: Routledge.
- Toussaint, L., & Friedman, P. (2009). Forgiveness, Gratitude, and Well-Being: The Mediating Role of Affect and Beliefs. *Journal of Happiness Studies*, 10, 635.
- Turner, N., Barling, J., & Zacharatos, A. (2002). Positive psychology at work. In C.R. Snyder & S.J. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology*. (pp. 715-728). New York: Oxford University Press.
- Tse, W.S., & Yip, T.H.J. (2009). Relationship among dispositional forgiveness of others, interpersonal adjustment and psychological well-being: Implications for interpersonal theory of depression. *Personality and Individual Differences*, 46, 365-368.

- Ullman, S. E. (2014). Correlates of posttraumatic growth in adult sexual assault victims. *Traumatology: An International Journal*, 20(3), 219-224.
- Thompson, L. Y., Snyder, C. R., Hoffman, L., Michael, S. T., Rasmussen, H. N., Billings, L. S., ... Roberts, D. E. (2005). Dispositional forgiveness of self, others, and situations. *Journal of Personality*, 73(2), 313-360.
- Vandenplas-Hopler, C. (2000). *Desenvolvimento psicológico na idade adulta e durante a velhice (maturidade e sabedoria)*. Porto: ASA.
- Van Dyke, C. J., & Elias, M. J. (2007). How forgiveness, purpose, and religiosity are related to the mental health and well-being of youth: A review of the literature. *Mental Health, Religion & Culture*, 10, 395-415.
- Vázquez, C., Castilla, C., & Hervás, G. (2008). Reacciones frente el trauma: vulnerabilidad, resistencia y crecimiento. In E. Fernández-Abascal (Ed.), *Las Emociones Positivas* (pp. 375-392). Madrid: Pirámide.
- Vázquez, C. (2013). Positive psychology and its enemies: A reply based on scientific evidence. *Papeles del Psicólogo*, 34, 3-25.
- Vázquez, C., Pérez-Sales, P., & Matt, G. (2006). Post-traumatic stress reactions following the Madrid March 11, 2004 terrorist attacks in a Madrid community sample: A cautionary note about the measurement of psychological trauma. *Spanish Journal of Psychology*, 9, 61-74.
- Velicer, W. F., Eaton, C. A., & Fava, J. L. (2000). Construct explication through factor or componente analysis: A review and evaluation of alternative procedures for determining the number of factors or components. In R. D. Goffin & E. Helmes (Orgs.), *Problems and solutions in human assessment: Honoring Douglas N. Jackson at Seventy*. (pp. 41-71). Boston: Kluwer.
- Vernon, L. L., Dillon, J. M. & Steiner, A. R. W. (2009). Proactive coping, gratitude, and posttraumatic stress disorder in college women. *Anxiety, Stress & Coping*, 22, 117-127.

- Vione, K. C. (2012). *Prioridades valorativas mudam com a idade? Testando as hipóteses de rigidez e plasticidade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Wade, S. H. (1989). *The development of a scale to measure forgiveness*. Tese de Doutorado, Fuller Graduate School of Psychology, Pasadena, CA.
- Wald, A. (2006). *Direito Civil Brasileiro: O novo Direito de Família*, (16^a ed). São Paulo: Saraiva.
- Waterman, A.S. (2013). The humanistic psychology divide: contrasts in philosophical foundations. *American Psychologist*, 68(3), 124-133.
- Watson, D., Clark, L.A., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative affect: The PANAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 1063-1070.
- Webb, J. R., Toussaint, L., & Conway-Williams, E. (2012). Forgiveness and health: Psycho-spiritual integration and the promotion of better healthcare. *Journal of Health Care Chaplaincy*, 18, 57-73.
- Weiss, T., & Berger, R. (2006). Reliability and validity of a Spanish version of the posttraumatic growth inventory. *Research on Social Work Practice*, 16, 191–199.
- Werdel, M. B., & Wicks, R. (2012). *Primer on posttraumatic growth an introduction and guide*. New Jersey. John Wiley & Sons, Inc., Hoboken.
- Willingham, D. T. (2011). *Por que os alunos não gostam da escola? Respostas da ciência cognitiva para tornar a sala de aula atrativa e efetiva*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Wohl, M. J. A., & McGrath, A. L. (2007). The perception of time heals all wounds: Temporal distance affects willingness to forgive following an interpersonal transgression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 33, 1023-1035.
- Worthington, E. L. (2005). *Handbook of forgiveness*. New York: Routledge.

- Wu, X., Zhou, X., Liu, L., & Chen, J. (2014). Social support and deliberate rumination mediate the relationship between gratitude and post-traumatic growth in adolescents at 4.5 years after Wenchuan earthquake. *Psychological Science*, 37, 1148-1153.
- Yárnoz-Yaben, S. (2015). Forgiveness, adjustment to divorce and support from the former spouse in Spain. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 289-297.
- Yárnoz-Yaben, S., Comino, P., & Garmendia, A. (2012). Ajuste al divorcio de los progenitores y problemas de conducta en hijos de familias separadas. (Parental adjustment to divorce and behavior problems in children from divorced families). *Infancia y Rendizaje*, 35, 37-47.
- Yárnoz-Yaben, S., & González, C, P. (2012). Un instrumento para la evaluación del perdón en el ámbito del divorcio y la separación. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 12(1), 49-58.
- Yárnoz-Yaben, S., Garmendia, A. & Comino, P. (2015). Looking at the bright side: Forgiveness and subjective well-being in divorced spanish parents. *Journal Happiness Studies*.
- Ysseldyk, R., Matheson, K., & Anisman, H. (2007). Rumination: Bridging a gap between forgivingness, vengefulness, and psychological health. *Personality and Individual Differences*, 42, 1573-1584.
- Yu, X., Lau, J.T.F., Zhang, J., Mak, W.W.S., Choi, K.C., Lui, W.W.S., Zhang, J., & Chan, E.Y.Y. (2010). Posttraumatic growth and reduced suicidal ideation among adolescents Month 1 after the 5.12.2008 Sichuan Earthquake. *Journal of Affective Disorders*, 123, 327-331.
- Zanon, C., Bradagi, M., Layous, K., & Hutz, C.S. (2013). Validation of the Satisfaction with Life Scale to Brazilians: Evidences of measurement noninvariance across Brazil and US. *Social Indicators Research*, 114(2), 1-11.

- Zhou, X., An, Y., Wu, X., Chen, H., & Long, C. (2014). Social support mediate the associations between gratitude and post-traumatic growth in middle school students at three years after Wenchuan earthquake. *Psychological Development and Education*, 30, 68-74.
- Zhou, X., & Wu, X. (2015). Longitudinal relationships between gratitude, deliberate rumination, and posttraumatic growth in adolescents following the Wenchuan earthquake in China. *Scandinavian Journal of Psychology*, 56, 567-572.
- Zhu, H. (2014). Social support and affect balance mediate the association between forgiveness and life satisfaction. *Advanced on-line publication. Social Indicators Research*, 124(2), 671-681.
- Zoellner, T., & Maercker, A. (2006). Posttraumatic growth in clinical psychology: A critical review and introduction of a two-component model. *Clinical Psychology Review*, 26, 626-653.
- Zwick, W. R., & Velicer, W. F. (1986). Comparison of five rules for determining the number of componentes to retain. *Psychological Bulletin*, 99(3), 432-442.

ANEXOS

ANEXO I. *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación (CPD-S)*

INSTRUÇÕES. Avaliando o momento pós-separação, gostaríamos que você julgasse as afirmações a seguir e as respondessem utilizando a escala de resposta abaixo; indicando desta forma o quanto concorda ou discorda delas.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo e Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente

- 1._____ Estou com raiva do meu/minha ex-parceiro(a).
- 2._____ Não posso evitar de culpar meu/minha ex-parceiro(a) por ter causado o fim do nosso relacionamento.
- 3._____ Eu perdoei o meu/minha ex-parceiro(a).
- 4._____ Apesar do comportamento do meu/minha ex-parceiro(a) ter me machucado, não guardo rancor dele(a).
- 5._____ Espero que meu/minha ex-parceiro(a) receba o que merece por todo mal que ele/ela me fez.

ANEXO II. Questionário Sociodemográfico

01. Idade: ____ **2. Sexo:** Masculino () Feminino ()

03. Quanto tempo passou ao lado do seu/sua ex-parceiro(a): _____

04. Há quanto tempo está divorciado(a) ou separado(a): _____

05. O divórcio ou separação foi... () consensual (sem brigas) () litigiosa (com brigas)

06. Atualmente encontra-se em outro relacionamento? Sim () Não ()

07. Nível de Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós-Graduação

08. Atividade profissional: _____

09. Tem filhos? Sim () Não () **10. Se sim, quantos?** _____

11. Tem filhos com o(a) ex-parceiro(a)? Sim () Não () **12. Se sim, quantos?** _____

13. Marque com um X, o número que representa o quanto você se considera religioso?

Pouco	1	2	3	4	5	6	7	Muito
-------	---	---	---	---	---	---	---	-------

14. Em relação às pessoas da sua cidade, você se considera pertencente a que classe? Marque um X no número que melhor representa sua condição social.

Classe baixa			Classe média			Classe alta		
1	2	3	4	5	6	7	8	9

14. Renda Familiar

() De 0 a R\$788,00

() De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00

() De R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00

() De R\$ 2.365,00 a R\$ 4.728,00

() De R\$ 4.729,00 a R\$ 7.092,00

() Acima de R\$ 7.093,00

ANEXO III. Termo De Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa que tem como tema Perdão no âmbito do Divórcio, valores humanos e crescimento pós-traumático, desenvolvida pelo mestrando Ricardo Neves Couto, matriculado e vinculado ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, no período que vai de Agosto de 2015 à Julho de 2016.

O objetivo geral do estudo é conhecer em que medida a predisposição a perdoar o ex-cônjuge está relacionada ao nível de crescimento em pessoas que passaram por um divórcio e em que medida os valores humanos pode estar moderando esta relação. Apresentando como objetivo específico adaptar e validar medidas psicométricas, que mensurem estes construtos, para o contexto da amostra. Essa estratégia se mostra importante, pois irá contribuir para estudos sobre a avaliação do perdão, permitindo avaliar os comportamentos de proteção frente a algumas patologias, propondo uma reflexão mais acurada sobre essa temática.

Frente aos objetivos apresentados, solicitamos a sua colaboração para responder um questionário (com duração média de 15 minutos), assim como requerer sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de avaliação psicológica e saúde e possíveis publicações em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos participantes, podendo correr risco apenas de enfrentar constrangimento ao ler algum enunciado dos itens. Respeitando as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12, esta pesquisa terá como benefício a promoção de reflexão dos participantes frente a temática exposta. Vale ressaltar, que o estudo não acarretará nenhuma despesa ao colaborador.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso seja de seu interesse, ao fim da pesquisa, uma devolutiva pode ser apresentada. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, concordo participar da pesquisa “Valores, perdão no âmbito do divórcio e crescimento pós-traumático: proposta de modelo explicativo”. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ser prejudicado.

Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que recebi uma cópia deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 201__.



Impressão dactiloscópica

Assinatura do (a) pesquisador (a) Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Ricardo Neves Couto, telefone: (83)96190689/ email: r.nevescouto@gmail.com / Bancários, Rua Landoaldo Falcão de Souza, 90 / CEP: 58051-117 ou para o Centro da Saúde – 1º andar/ Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900/ telefone: (83) 3216 77 91/ eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO IV. Questionário de Valores Básicos- QVB

INSTRUÇÕES: Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, escreva um número ao lado de cada valor para indicar em que medida o considera importante como um princípio que guia sua vida.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não Importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou menos Importante	Importante	Muito Importante	Totalmente Importante

01. ____ **SEXUALIDADE**. Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. ____ **ÊXITO**. Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ____ **APOIO SOCIAL**. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. ____ **CONHECIMENTO**. Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ____ **EMOÇÃO**. Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ____ **PODER**. Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ____ **AFETIVIDADE**. Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. ____ **RELIGIOSIDADE**. Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ____ **SAÚDE**. Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar enfermo.
10. ____ **PRAZER**. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ____ **PRESTÍGIO**. Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ____ **OBEDIÊNCIA**. Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. ____ **ESTABILIDADE PESSOAL**. Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planificada.
14. ____ **CONVIVÊNCIA**. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros.
15. ____ **BELEZA**. Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ____ **TRADIÇÃO**. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ____ **SOBREVIVÊNCIA**. Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ____ **MATURIDADE**. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO V-*Posttraumatic Growth Inventory*– PTGI

INSTRUÇÕES. A seguir são apresentadas algumas perguntas. Por favor, leia-as atentamente, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, escolha a opção para indicar em que medida mais se parece com você. Para cada uma das seguintes declarações a seguir, **INDIQUE EM NÍVEL ESTA MUDANÇA OCORREU EM SUA VIDA COMO RESULTADO DESSE ACONTECIMENTO(DIVÓRCIO OU SEPARAÇÃO)**. Marque um X no quadro que melhor representar sua resposta.

0	1	2	3	4	5
Não experimentei mudança como resultado desse trauma	Quase não mudei	Mudei pouco	Mudei Moderadamente	Tive uma grande mudança	Mudei completamente

1. Mudei as minhas prioridades acerca do que é importante na vida.	0	1	2	3	4	5
2. Dou mais valor à minha vida	0	1	2	3	4	5
3. Tenho novos interesses	0	1	2	3	4	5
4. Confio mais em mim próprio	0	1	2	3	4	5
5. Compreendo melhor a espiritualidade	0	1	2	3	4	5
6. Percebo mais claramente que posso contar com as outras pessoas nos momentos difíceis	0	1	2	3	4	5
7. Estabeleci um novo rumo para a minha vida	0	1	2	3	4	5
8. Sinto-me mais próximo das outras pessoas	0	1	2	3	4	5
9. Consigo transmitir mais as minhas emoções	0	1	2	3	4	5
10. Agora sei que sou capaz de lidar com situações difíceis	0	1	2	3	4	5
11. Sou capaz de fazer coisas melhores com a vida	0	1	2	3	4	5
12. Aceito melhor a forma como as coisas são	0	1	2	3	4	5
13. Aprecio mais cada dia da vida	0	1	2	3	4	5
14. Novas oportunidades estão disponíveis. Porém, não estariam se isto não tivesse acontecido	0	1	2	3	4	5
15. Sinto mais compaixão pelas outras pessoas	0	1	2	3	4	5
16. Esforço-me mais nos meus relacionamentos	0	1	2	3	4	5
17. É mais provável eu mudar as coisas que precisam ser mudadas	0	1	2	3	4	5
18. Tenho uma fé religiosa mais forte	0	1	2	3	4	5
19. Descobri que sou mais forte do que pensava	0	1	2	3	4	5
20. Aprendi que as pessoas podem ser maravilhosas	0	1	2	3	4	5
21- Aceito melhor o facto de precisar dos outros	0	1	2	3	4	5

ANEXO VI. Carta de Aprovação do Comitê de Ética




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 7ª Reunião realizada no dia 20/08/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“VALORES, PERDÃO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO: PROPOSTA DE MODELO EXPLICATIVO”**, do pesquisador Ricardo Neves Couto. Prot.: 0405/15. CAAE: 46788315.1.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andréa Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117810
Secretária do CEP/CCS-UFPB